

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEOLOGIA
MESTRADO E DOUTORADO – PPGT /PUCPR**

GISELE FERREIRA ALBERNAZ

**A RENOVAÇÃO PAROQUIAL NA PERSPECTIVA DA EVAGELII GAUDIUM:
GESTÃO PARTILHADA, CONVERSÃO PASTORAL E MISSIONARIEDADE PARA
ANUNCIAR A ALEGRIA DO EVANGELHO NA ECLESIOLOGIA DO PAPA
FRANCISCO**

**CURITIBA-PR
2023**

GISELE FERREIRA ALBERNAZ

**A RENOVAÇÃO PAROQUIAL NA PERSPECTIVA DA EVAGELII GAUDIUM:
GESTÃO PARTILHADA, CONVERSÃO PASTORAL E MISSIONARIEDADE PARA
ANUNCIAR A ALEGRIA DO EVANGELHO NA ECLESIOLOGIA DO PAPA
FRANCISCO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Teologia – Mestrado e Doutorado PPGT/PUCPR, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Teologia.

Orientador: Prof. Dr. Elias Wolff

**CURITIBA-PR
2023**

Dados da Catalogação na Publicação
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/PUCPR
Biblioteca Central
Margareth Jansson Zanetti – CRB 9/1117

A331r 2023	Albernaz, Gisele Ferreira A renovação paroquial na perspectiva da Evangelii Gaudium : gestão partilhada, conversão pastoral e missionariedade para anunciar a alegria do evangelho na eclesiologia do Papa Francisco / Gisele Ferreira Albernaz ; orientador: Elias Wolff. – 2023. 105 f. : il. ; 30 cm Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2023 Bibliografia: f. 97-105 1. Teologia. 2. Evangelização. 3. Missão da Igreja. 4. Renovação da igreja - Igreja Católica. I. Peretti, Clélia. II. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Teologia. III. Título. CDD 20. ed. – 230
---------------	--



Programa de
**PÓS-GRADUAÇÃO
EM TEOLOGIA
PUCPR**

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE EXAME DE DISSERTAÇÃO N.º 003.2023
DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Aos dezesseis dias de fevereiro de dois mil e vinte e três, reuniu-se às dez horas, por videoconferência, a Banca Examinadora constituída pelos docentes: Prof. Dr. Elias Wolff, Prof. Dr. Elizeu da Conceição, Profa. Dra. Clelia Peretti, para examinar a Dissertação da mestranda **Gisele Ferreira Albernaz**, ano de ingresso 2021, aluna do Programa de Pós-Graduação em Teologia, Área de concentração: Teologia Sistemático - Pastoral - Linha de Pesquisa: "Teologia, Evangelização e Diversidade Religiosa". A mestranda apresentou a dissertação intitulada "**A RENOVAÇÃO PAROQUIAL NA PERSPECTIVA DA EVAGELII GAUDIUM: GESTÃO PARTILHADA, CONVERSÃO PASTORAL E MISSIONARIEDADE PARA ANUNCIAR A ALEGRIA DO EVANGELHO NA ECLESIOLOGIA DO PAPA FRANCISCO**". A candidata fez uma exposição sumária da dissertação, em seguida procedeu-se à arguição pelos Membros da Banca e, após a defesa, foi APROVADA pela Banca Examinadora, com indicação de publicação. A sessão encerrou-se às 11hs:50min. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que segue assinada pelo presidente da Banca Examinadora e pela coordenação do Programa. Os avaliadores participaram da banca de Defesa de Dissertação por videoconferência e estão de acordo com termos acima.

Prof. Dr. Elias Wolff - Presidente/Orientador

Prof. Dr. Elizeu da Conceição - Convidado Externo

Profa. Dra. Clelia Peretti - Convidado Interno




Prof. Dr. Rudolf Eduard von Sinner

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Teologia
Stricto Sensu

GISELE FERREIRA ALBERNAZ

**A RENOVAÇÃO PAROQUIAL NA PERSPECTIVA DA EVANGELII GAUDIUM:
GESTÃO PARTILHADA, CONVERSÃO PASTORAL E MISSIONARIEDADE PARA
ANUNCIAR A ALEGRIA DO EVANGELHO NA ECLESIOLOGIA DO PAPA
FRANCISCO**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Interinstitucional em Teologia, Faculdade Católica de Rondônia e Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, Área de Concentração Teologia Sistemático-Pastoral, Linha de Pesquisa Teologia, Evangelização e Diversidade Religiosa, como requisito parcial para a obtenção de título de Mestre em Teologia.

Orientador: Prof. Dr. Elias Wolff

Banca Examinadora:

Curitiba, 16 de fevereiro de 2023.

Prof. Dr. Elias Wolff
PUC-PR

Profa. Dra. Clelia Peretti
PUC-PR

Prof. Dr. Elizeu da Conceição
PUC-SP

Prof. Dr. Marcio Luiz Fernandes
PUC-PR

LISTA DE ABREVIATURAS

CDC	Código de Direito Canônico
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CELAM	Conselho Episcopal Latino-Americano
DAp	Documento de Aparecida
DGAE	Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora
EG	Exortação Apostólica Evangelii Gaudium
LG	Constituição Dogmática Lumen Gentium
Pe.	Padre
SD	Documento de Santo Domingo

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus, por ser meu refúgio e meu suporte.

Aos meus pais pelo carinho, pelas lutas, pela dedicação, pelas oportunidades, pelo amor incondicional e por serem presença constante em minha vida.

De um modo especial ao meu esposo Jocimar, pela parceria e compreensão ao longo destes dois anos de pesquisas, por estar sempre ao meu lado e acreditar nessa caminhada.

Ao meu amigo Padre Lano pelo incentivo para que eu desse este passo decisivo para a melhoria de minha carreira.

Ao meu professor orientador Elias Wolff pela dedicação, perseverança e por suas sábias considerações.

À Profa. Dra. Clélia Peretti e a todos os professores do Programa de Pós-graduação Mestrado e Doutorado PPGT-PUCPR pelas instruções e afincos com a turma.

Ao Prof. Dr. Elizeu da Conceição e à Profa. Dra. Clélia Peretti, por terem participado da banca de qualificação e defesa, pelas contribuições e estímulo para a concretização desse trabalho.

Não é o que você faz, mas quanto amor
você dedica no que faz que realmente
importa (Madre Teresa de Calcutá)

RESUMO

Com a renúncia do Papa Bento XVI, e a eleição do Papa Francisco, evidenciam-se os novos caminhos a serem trilhados pela Igreja. O perfil do Papa Francisco elucida mudanças no pensar, agir e se relacionar que logo são explicitadas com a Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, cuja proposta implica numa verdadeira transformação da Igreja, incitando a comunhão, a tolerância, a valorização de todas as culturas. A *Evangelii Gaudium* consolida um caminho de fé e de real encontro com o Senhor e marca uma “Igreja em Saída” (EG, n. 20-24) como imperativo do amor misericordioso de Deus. A *Evangelii Gaudium* evidencia a renovação como algo inadiável para tornar as paróquias mais missionárias, e a pastoral ordinária em todas as suas instâncias seja mais comunicativa e aberta, colocando os agentes pastorais em atitude constante de “saída” e, assim, favorecendo a resposta positiva de todos aqueles a quem Jesus oferece a sua amizade. É justamente nesse contexto, onde se incita a transformação da Igreja, que a temática da gestão vem ganhando cada dia mais destaque, como elemento fundamental para que a missão da Igreja seja alcançada. Contudo, tratando-se de uma Paróquia a eficiência da gestão vai além dos aspectos puramente administrativos, pois tem foco principal no acolhimento e na missão da Igreja evidenciada pela *Evangelii Gaudium*. Diante disso, este trabalho apresenta uma pesquisa bibliográfica e documental analisa a proposta de renovação paroquial a partir da *Evangelii Gaudium*, ponderando os processos pastorais e administrativos que sustentam a sua ação evangelizadora no anúncio da alegria do evangelho. As problemáticas se assentam na busca da compreensão sobre a importância da abertura e renovação da Igreja, bem como as perspectivas da gestão paroquial na “Igreja em saída” para anunciar a alegria do evangelho. Parte-se do pressuposto que paróquia é uma expressão viva de Igreja que precisa de renovação para bem cumprir sua missão. Os levantamentos realizados reforçam os aspectos da gestão das paróquias, sob a perspectiva dos ensinamentos do Papa Francisco e as necessidades da “Igreja em Saída”, fazendo um paralelo entre a Igreja contemporânea, sob a perspectiva da *Evangelii Gaudium*, e como se alcançar a eficiência da gestão atendendo aos preceitos da Exortação Apostólica pós-Sinodal escrita pelo Papa Francisco. Conclui-se que é preciso que a Igreja aprofunde a consciência de si mesma e se renove diante das necessidades da sociedade atual para que a alegria do evangelho seja eficazmente anunciada a todos os povos.

Palavras-chave: Comunidade Paroquial. *Evangelii Gaudium*. Gestão Paroquial. Igreja em Saída.

ABSTRACT

With the resignation of Pope Benedict XVI and the election of Pope Francis, the new paths to be followed by the Church become evident. The profile of Pope Francis elucidates changes in thinking, acting and relating that are soon explained with the Apostolic Exhortation *Evangelii Gaudium*, whose proposal implies a true transformation of the Church, inciting communion, tolerance, appreciation of all cultures. *Evangelii Gaudium* consolidates a journey of faith and a real encounter with the Lord and marks a "Church on the way out" (EG, n. 20-24) as an imperative of God's merciful love. The *Evangelii Gaudium* highlights renewal as something urgent to make parishes more missionary, and ordinary pastoral care in all its instances to be more communicative and open, putting pastoral agents in a constant attitude of "going out" and, thus, favoring the positive response of all those involved, to whom Jesus offers his friendship. It is precisely in this context, where the transformation of the Church is encouraged, that the issue of management is gaining more prominence every day, as a fundamental element for the Church's mission to be achieved. However, in the case of a Parish, management efficiency goes beyond purely administrative aspects, as it has a main focus on welcoming and the mission of the Church as evidenced by *Evangelii Gaudium*. In view of this, this work presents a bibliographical and documentary research that analyzes the proposal for parish renewal based on *Evangelii Gaudium*, considering the pastoral and administrative processes that support its evangelizing action in the proclamation of the joy of the gospel. The problems are based on the search for understanding about the importance of opening and renewing the Church, as well as the perspectives of parish management in the "Outgoing Church" to announce the joy of the Gospel. It is assumed that the parish is a living expression of the Church that needs renewal in order to fulfill its mission. The surveys carried out reinforce aspects of parish management, from the perspective of Pope Francis' teachings and the needs of the "Outgoing Church", making a parallel between the contemporary Church, from the perspective of *Evangelii Gaudium*, and how to achieve efficiency of management in compliance with the precepts of the Post-Synodal Apostolic Exhortation written by Pope Francis. It is concluded that the Church needs to deepen its awareness of itself and renew itself in the face of the needs of today's society so that the joy of the Gospel is effectively announced to all peoples.

Keywords: Parish Community. *Evangelii Gaudium*. Parish Management. Outgoing Church.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 PERSPECTIVA HISTÓRICA DA INSTITUIÇÃO PAROQUIAL	14
2.1 Das Igrejas Domésticas às Paróquias	14
2.2 Surgimento das paróquias e antecedentes da renovação paroquial contemporânea	18
2.2.1 Concílio de Trento e Concílio Vaticano II	23
2.2.2 Comunidades Eclesiais de Base	28
2.3 Precedentes da renovação paroquial no Brasil	33
3 A GESTÃO PAROQUIAL	39
3.1 O Conceito de Gestão	39
3.2 Perspectivas da Gestão Paroquial	42
3.2.1 Gestão econômica e captação de recursos	49
3.2.2 Secretaria Paroquial e seu papel na Igreja de Saída	51
3.2.3 Gestão partilhada e para a missão	53
3.3 Teologia da Paróquia Renovada	57
3.3.1 A espiritualidade da gestão paroquial	58
4 PARÓQUIA RENOVADA À LUZ DA <i>EVANGELII GAUDIUM</i>	64
4.1 Compreensão do significado de Paróquia	65
4.2 Comunidade Paroquial	68
4.2 Instituição Paroquial na eclesiologia do Papa Francisco	71
4.3 Comunhão e participação na Paróquia Renovada: do clericalismo a sinodalidade	73
4.4 Conversão pastoral e renovação paroquial para uma Igreja de Saída	73
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
6 REFERÊNCIAS	97

1 INTRODUÇÃO

Há séculos a paróquia tem sido a presença pública da Igreja nos diferentes lugares. Ela é referência para os católicos. Sua configuração social, entretanto, tem sofrido profundas alterações nos últimos tempos. Uma boa definição é ressaltada pelos estudos de Sá (2015, p. 15), segundo o qual “paróquia é a célula-base da Igreja: não é apenas uma subdivisão administrativa da diocese, mas um verdadeiro espaço eclesial, no qual a diocese se dá como o todo na parcela”.

A mudança de época da sociedade e o processo de secularização diminuíram a influência da paróquia sobre o cotidiano das pessoas. Há dificuldades para que seus membros se sintam participantes de uma autêntica comunidade cristã. Cresce o desafio de renovar a paróquia em vista da sua missão (DAp, n.100).

O Documento de Aparecida destaca, ainda, o elemento da formação. É preciso que as paróquias invistam na formação dos seus leigos. Compete a Paróquia o magistério de ensinar as pessoas a viverem em comunidade, esse tem sido um de seus grandes desafios.

A paróquia não é uma estrutura caduca, precisamente porque possui uma grande plasticidade, pode assumir formas muito diferentes que requerem a docilidade e a criatividade missionária do Pastor e da comunidade. Embora não seja certamente a única instituição evangelizadora, se for capaz de se reformar e adaptar constantemente, continuará a ser “a própria Igreja que vive no meio das casas dos seus filhos e das suas filhas” (EG, n. 28).

Considerando que a *Evangelii Gaudium* fomenta uma pastoral missionária para o anúncio da alegria do evangelho, é preciso compreender a Paróquia como um ministério de comunhão, com dimensões canônica, teológica e pastoral que solidificam preceitos comunitários e que colocam a “comunidade de comunidades” em relevo na visão da Igreja em Saída.

No contexto das Paróquias, a gestão fomenta e direciona a organização e estratégias para missão evangelizadora, portanto, como destaca Dall’O (2020), é algo essencial para concretização da Igreja em Saída, uma comunidade de discípulos missionários na perspectiva da *Evangelii Gaudium* (EG, n. 20-24). Desse modo, a gestão é a ferramenta que direciona ações e esforços para alcance dos objetivos. É

por meio dela que são criadas estratégias e estabelecidas as tarefas que atendam às necessidades e sejam condizentes com cada realidade específica (ARAÚJO; GARCIA, 2009; DALL'O, 2020).

As Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil (DGAE, 2015, c, n. 15) assumem a dimensão cristológica do paradigma da “Igreja em saída” como pressuposto da encarnação: “Viver o encontro com Jesus Cristo implica necessariamente amor, gratuidade, alteridade, unidade, eclesialidade, fidelidade, perdão e reconciliação”. Falta, porém, mais audácia e coragem de transformar as Diretrizes em propostas concretas de uma “Igreja em saída”.

Para que a renovação das estruturas paroquiais de fato aconteça, é preciso romper com certas estruturas, sobretudo as estruturas arcaicas, centralizadoras, que reproduzem modelos de Igreja que não respondem mais aos desafios e demandas da atualidade. É necessário que haja mudança de mentalidade na pessoa dos seus gestores e principalmente nos espaços onde estão concentrados os instrumentos de gerenciamento sejam organizados e geridos de modo que funcionem bem, em conjunto com os que ali atuam, como por exemplo, a secretaria paroquial e as pessoas que ali atendem.

A conversão da paróquia exige um novo estilo de formação. Não basta ocupar-se de conteúdos e temas, é preciso encontrar metodologias e processos que permitam desencadear uma conversão nas pessoas e uma mudança na comunidade. Hoje é indispensável uma interação na qual a pessoa não é apenas informada, mas aprende a formar-se junto com os outros. Métodos, pedagogias interativas e participativas precisam ser estimuladas. Essas metodologias devem considerar especialmente a prática das comunidades e as experiências de vida das pessoas, formando a consciência sobre o valor da vida comunitária para a fé cristã.

A comunidade cristã encontra sua inspiração na Palavra testemunhada e anunciada por Jesus, em nome do Pai, e confiada aos apóstolos (Lc 10,16). Pela Palavra de Cristo a Igreja existe e age guiada pelo Espírito Santo. Assim, o cristão encontra, no modelo de vida de Jesus e dos apóstolos, sua inspiração para ser comunidade. Para que a paróquia conheça uma conversão pastoral, é preciso que se volte às fontes bíblicas, revisitando o contexto e as circunstâncias nas quais o Senhor estabeleceu a Igreja. Assim, poderá identificar elementos que permitam compreender a paróquia como comunidade de comunidades (DAp, n.100).

Novos contextos e oportunidades estimulam a conversão pastoral da paróquia em comunidade de comunidades. Os sujeitos dessa renovação precisam assumir a sua condição de discípulos missionários, para que surja um novo ardor pela missão. A paróquia atual tem a tarefa de superar a postura burocrática, desanimada e estática para fazer resplandecer a Igreja como mistério, Povo de Deus a caminho. É preciso que a comunidade seja viva, servicial e aberta a todas as pessoas (DAP, n.100).

Perante do exposto, surgem os questionamentos que balizam a problemática desta pesquisa: Diante do apelo feito pelo Papa Francisco na exortação *Evangelii Gaudium*, qual a importância de abertura e renovação da Igreja? Qual a perspectiva da gestão paroquial na “Igreja em saída” para anunciar a alegria do evangelho?

Nesta pesquisa parte-se da hipótese de que a paróquia é uma expressão viva de Igreja que precisa de renovação para bem cumprir sua missão. Entende-se que a renovação paroquial necessita de assumir novos processos que contextualizem na realidade sociocultural atual, com planejamento de ações que respondam efetivamente às demandas dessa realidade para a missão evangelizadora. Portanto, gestão paroquial precisa incentivar a conversão pastoral e renovação paroquial, impulsionando a Igreja na sua função missionária e evangelizadora.

Neste ínterim, faz-se necessário uma boa qualificação dos agentes da missão, nos âmbitos humano, teológico, espiritual e pastoral. Igualmente necessária é uma equipe administrativa, composta por pessoas qualificadas para a função, com disponibilidade para reuniões sistemáticas para a gestão e o acompanhamento de processos administrativos em função da pastoral.

Nesta conjuntura, a pesquisa tem como objetivo geral analisar a proposta de renovação paroquial a partir da *Evangelii Gaudium*, considerando os processos pastorais e administrativos que sustentam a sua ação evangelizadora no anúncio da alegria do evangelho.

Para subsidiar a análise proposta de forma completa, o estudo contempla os seguintes objetivos específicos: a) verificar o histórico da instituição paroquial para melhor entendimento da necessidade da renovação; b) abordar a realidade da paróquia, identificando os principais desafios para se configurar como uma estrutura de acolhida eclesial; c) identificar caminhos de integração entre equipes de administração e a secretaria paroquial, com os processos de para uma paróquia mais

evangelizadora e missionária; d) descrever as características de uma paróquia renovada a partir da Exortação apostólica *Evangelii Gaudium*.

Por fim, destaca-se que a pesquisa se mostra relevante por trabalhar a necessidade de se identificar os aspectos fundamentais da gestão eclesial, uma vez que a gestão tem fundamental importância para o desenvolvimento e gerenciamento da instituição paroquial de modo a efetivar sua missão evangelizadora.

Ao tratar do papel do gestor e de sua capacidade de organização eclesial pode-se verificar que o mesmo precisa romper com os paradigmas do passado e se adaptar aos novos conceitos de como liderar pessoas, ou seja, precisa ser muito mais que um mero coordenador, se despreendendo de conceitos ultrapassados e retrógrados quando da sua atividade profissional. Ademais, para estar a serviço de uma comunidade ele necessita envolver os seus participantes de forma que todos assumam suas responsabilidades e se sintam estimulados a dar o melhor de si.

Concebida na atual conjuntura a gestão eclesial corresponde à unicidade, organicidade, consensualidade e fraternidade que nascem, perpetuam-se e estruturam-se na fé em Jesus Cristo, cuja missão é a de servir pelo amor ao cristianismo através do trabalho executado pelos seus membros nessa missão evangelizadora.

Em derradeiro, como bem destacado por Gil (2017) para que a pesquisa atinja suas finalidades é preciso que os métodos sejam bem definidos, o que engloba a definição do tipo de pesquisa, a abordagem e a técnica de coleta de dados. Portanto, destaca-se que no que se refere à metodologia, o trabalho consubstancia uma pesquisa exploratória, de abordagem qualitativa, na qual as técnicas da pesquisa bibliográfica e documental serão utilizadas para atingir os objetivos propostos.

Segundo Gil (2017) a pesquisa exploratória proporciona uma maior familiaridade com a temática abordada, principalmente quando a técnica se concentra na pesquisa bibliográfica. Ainda com base no que ensina o citado autor, a abordagem qualitativa é a que mais se adequa aos objetivos propostos, voltados para análise de questões sociais e religiosas com foco na natureza e essência das relações e não em quantidades.

Os dados são coletados por meio de pesquisa bibliográfica realizada, sobretudo nas publicações disponíveis em ambiente eletrônico, nos documentos da CNBB e na Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*. As buscas foram realizadas utilizando os

seguintes termos: “Comunidade paroquial”; “*Evangelii Gaudium*”; “Gestão Paroquial”; “Igreja em Saída”; “Paróquia”. Essa técnica de pesquisa permite a obtenção de dados relevantes que sustentam a fundamentação teórica de um estudo (MARCONI; LAKATOS, 2006).

Por fim, destaca-se que a dissertação foi didaticamente dividida em seis capítulos. Na primeira parte consta a presente introdução, na qual se apresentam as perspectivas gerais da pesquisa, seus objetivos, problemas, hipóteses e métodos. A segunda parte, capítulos dois, três e quatro, se compõe da revisão documento e de literatura propriamente dita. Na última parte do trabalho, são dispostas, no capítulo cinco, as considerações finais e, no capítulo seis, a listagem das referências utilizadas ao longo do texto e que sustentam o desenvolvimento da pesquisa.

Convém mencionar ainda que, no que se refere aos capítulos de desenvolvimento da pesquisa bibliográfica, o capítulo dois apresenta a perspectiva histórica das paróquias, elucidando os primórdios do seu surgimento até os momentos mais recentes. No capítulo três são trabalhados os aspectos atinentes a gestão paroquial, com vistas em compreender a sua importância para que a missão da Igreja se concretize. Ao final da revisão bibliográfica, o capítulo quatro adentra nas temáticas mais atuais relacionadas à Igreja e as paróquias, com vistas ao entendimento da renovação paroquial à luz da *Evangelii Gaudium*.

2 PERSPECTIVA HISTÓRICA DA INSTITUIÇÃO PAROQUIAL

Este capítulo tem como objetivo elucidar uma retrospectiva histórica da paróquia, antes de adentrar na concepção atual da instituição. Segundo Almeida (2009) é fundamental conhecer o passado da paróquia para melhor compreender seu presente e sua possível conjuntura futura. No mesmo caminho Habowski, Jacobi e Rocha (2016) constam a necessidade de se estudar a gênese histórica da paróquia e seu desenvolvimento estrutural, tanto para melhor compreensão histórica da evolução das paróquias, quanto para analisar as críticas e averiguar a necessidade de reformulações.

Nesse sentido, Silva, Tassarole e Brito (2021) elucidam que a análise cronológica da evolução histórica das paróquias é determinante para compreender as motivações que leva a Igreja Católica a, segundo eles, se “reorganizar enquanto instituição religiosa, bem como criar nova estrutura paroquial para se assegurar diante dos desafios” (SILVA; TESSAROLE; BRITO, 2021, p. 101602).

Contudo, como acenado por Reinert (2014) essa perceptiva histórica, com foco na análise da origem e desenvolvimento das paróquias não é uma tarefa fácil, principalmente porque a reconstrução histórica não é linear, e cada uma de suas configurações ao longo da história respondem aos desafios de cada época.

É incontroverso que o conhecimento da história da paróquia é imprescindível para a compreensão de sua identidade mais profunda (REINERT, 2014). Partindo dessas premissas, não basta apresentar a concepção da paróquia renovada à luz da *Evangelii Gaudium*, é fundamental uma análise preliminar da motivação para incitação de uma paróquia renovada que responda as necessidades contemporâneas. Diante disso, este capítulo apresentará os aspectos mais relevantes em torno da gênese da instituição paroquial, a fim de compreender tanto os contornos do seu nascimento, quanto as motivações para seu crescimento e reestruturação.

2.1 Das Igrejas Domésticas às Paróquias

O documento Comunidades das Comunidades evidencia que antes da dimensão comunitária da fé concretizar a instituição paroquial, ela inicialmente foi

concebida nas Igrejas Domésticas (CNBB, 2014). Diante disso, os levantamentos de Habowski, Jacobi e Rocha (2016) apontam a Igreja em comunidades domésticas como a gênese paroquial.

Antes das paróquias propriamente ditas surgiram as chamadas comunidades domésticas, ou Igreja “primitiva”, consubstanciada pela reunião dos seguidores de Jesus Cristo em Casas, num ambiente familiar, visando a realização das orações em comum, o que pode ser delineada como um “protótipo” do que mais tarde se consolidaria como paróquia (SILVA; TESSASOROLE; BRITO, 2022).

Conforme ensinam Habowski, Jacobi e Rocha (2016, p. 16) foram as Igrejas Domésticas “que mantiveram o cristianismo vivo durante a eclesiogênese e é a partir delas que surgiram as estruturas que moldariam a Igreja através dos séculos”. Os autores salientam as dificuldades de se estudar essas comunidades cristãs primitivas pelas fontes que apresente seu sentido real e histórico, indicando as Cartas Paulinas como as fontes mais autênticas, pelo fato de Paulo escrever expressamente para tais comunidades.

As *domus Ecclesiae* foram o protótipo da paróquia atual organizada em casas com espaço suficiente para conceber o encontro fraterno. Esse fato é comprovado por fontes neotestamentárias:

A primeira comunidade cristã surgiu em Jerusalém, fundada na proclamação da Palavra pelos apóstolos (At 2, 42-47; 4, 32-37), da pregação do Cristo ressuscitado, da convocação para a vivência na comunidade de fé, de caridade, oração, celebração e missão (At 6, 4; 9,40; 12,12; 8,15; 10,9). Os apóstolos eram ajudados por pregadores ambulantes, profetas, mestres ou catequistas (REINERT, 2014, p.150).

Sopesando os antecedentes históricos da paróquia, Souza (2014) enfatiza que inicialmente havia as Igrejas Domésticas, difundida especialmente pelo apóstolo Paulo que, ao condenar os tabus étnicos e sectários, implementou um projeto missionário com foco na fundação de comunidades locais, que dispusessem de ministérios diversos e não fossem dependentes da passagem de missionários.

Nas Cartas Paulinas é possível reconhecer as características básicas e as preocupações dos grupos cristãos primitivos, os quais Paulo denominou de *Domus Ecclesiae* (Igreja Doméstica) que, no tempo dos apóstolos e das pregações iniciais do

cristianismo, emergiram uma rede de comunidades cristãs que se expandiram pelo Mediterrâneo (HABOWSKI; JACOBI; ROCHA, 2016).

Como estabelecido nos levantamentos de Reinert (2014) São Paulo foi responsável pela ampla propagação do jeito de ser Igreja do início do cristianismo. Ao propagar a ideia de Igreja das Casas para difundir o evangelho em todas as cidades, convocando os fiéis a reunirem-se na propagação da fé cristã.

Como destacado pelos documentos e estudos da CNBB (2014; 2013a), foram as reuniões das Igrejas domésticas que emergiram cada vez mais comunidades cristãs:

No tempo dos apóstolos e das primeiras pregações do cristianismo, a civilização urbana se expandia pela bacia do mar Mediterrâneo, e as cidades promoviam uma revolução social e cultural. Paulo apóstolo funda, então, comunidades nas cidades mais importantes do Império. Isso implica entrar na nova organização social que emergia e, assim, modificava o estilo predominantemente rural de ser comunidade a partir da experiência da Palestina. Dessa forma, cresce uma rede de comunidades cristãs urbanas. Enquanto as comunidades do cristianismo palestinese eram profundamente itinerantes, a proposta de Paulo passa para um cristianismo que se fixa de forma sedentária (CNBB, 2013a, p. 32).

Em disposições da CNBB (2013a), percebe-se que, diversamente das comunidades palestinas, caracteristicamente itinerantes, a proposta do apóstolo Paulo instigava o sedentarismo, ou seja, fundar comunidades sob uma nova ótica organizacional. Foi nesse contexto que, no tempo do império Romano, surgiram as *Domus Ecclesiae*, ou Igrejas Domésticas, que também eram referenciadas como comunidades de determinado grupo de fiéis de uma localidade (SILVA; TESSASOROLE; BRITO, 2022; HABOWSKI; JACOBI; ROCHA, 2016).

Embora as comunidades domésticas não sejam igualmente estruturadas, com variações em razão de suas matrizes culturais, históricas e suas realidades, elas possuíam denominadores comuns (KREUTZ, 1989), como destacado por Habowski, Jacobi e Rocha (2016, p. 23) “eram arquitetadas sob uma estrutura de autoridade ligada à figura de um apóstolo e viviam um profundo laço de fraternidade e senso de responsabilidade social” e assim, conseguiam desempenhar um papel catequético e subsidiar a vivência da fé, nos termos de suas possibilidades e dos valores católicos universais.

Neste ínterim, Paulo defendeu a universalização do cristianismo e pregando:

- A Igreja vivida e compreendida como Povo de Deus;
- A presença transformadora do Espírito;
- A abolição das barreiras sociais;
- A práxis da reciprocidade;
- O amor fraterno, ao próximo, aos inimigos;
- A renúncia ao domínio;
- O sinal para as nações (movimento centrípeto versus movimento centrífugo, missão versus atração). (LOHFINK, 1987, p. 169-183, *apud*, SOUZA, 2014, p. 162).

XXXX

Nota-se que embora Paulo incitasse a autonomia e a liberdade das comunidades, também consolidava a manutenção de vínculos com as raízes antigas para ratificação da identidade da Igreja, consolidando uma nova experiência cristã com as características acima apresentadas.

Para Aguirre (2015) as Igrejas Domésticas são inspiradas no Novo Testamento, no sentido de que a igreja não pode se esquivar da real vida comunitária e não pode ser uma instituição sólida fechada em si mesmo. Portanto, no modelo em debate há uma busca pelo estabelecimento e fortalecimento de vínculos de fraternidade que traduzam a fé em Jesus Cristo. Pensamento compartilhado por Reinert (2014) ao mencionar que nas “Igrejas de Casa” já se difundia a consciência de comunhão. Com essa dinâmica, foram concebidos os primeiros espaços para reuniões das comunidades cristãs, o que permitiu a ratificação da identidade do cristianismo e a conscientização da sua distinção do judaísmo. Nestes termos, as comunidades cristãs de Roma, Jerusalém, Corinto, Antioquia, dentre outras, são comunidades primitivas (Igrejas domésticas), que se encontram nas casas para ouvir a Palavra, vivenciar a caridade ensinada por Jesus e repartir o pão (CNBB, 2014).

Por fim, convém mencionar que no segundo século, as Igrejas domésticas receberam o nome de *Títuli* e nos séculos seguintes os *Títuli* se transformaram em basílicas:

A partir do segundo século tais casas recebem o nome de *títuli*, ao gozarem de certa estabilidade para melhor estarem à disposição das comunidades cristãs. Tal nomenclatura se deve ao fato do nome do proprietário da casa estar gravado em uma pedra ou em uma tábua. Mais tarde, entre os séculos V e VI, o nome do antigo proprietário é substituído pelo de um mártir ou santo querido daquele lugar. Posteriormente, no tempo de Constantino, os *títuli* se transformam em basílicas (REINERT, 2014, p. 154).

As Igrejas domésticas foram muito importantes, tanto por auxiliar na vivência da fé em Cristo em um dado momento histórico, quanto por ser a base para o surgimento das paróquias. Com o passar dos anos, sob supervisão de um apóstolo, as comunidades foram se organizando a partir do contexto sociorreligioso, territorial e cultural. Tudo isso potencializou a visibilidade do cristianismo e o aumento dos cristãos, que após um período de perseguições, passaram a se organizar em torno do bispo, momento em que a Igreja muda de eixo, e a paróquia assume lugar de proeminente na vida eclesial (HABOWSKI; JACOBI; ROCHA, 2016).

2.2 Surgimento das paróquias e antecedentes da renovação paroquial contemporânea

A análise historiográfica remete a origem da instituição paroquial que remota ao século IV, com alguns acontecimentos que são determinantes para seu surgimento, dentre os quais destacam-se o Edito de Milão, de Constantino, no qual o cristianismo é reconhecido como religião lícita, e o Concílio de Teodósio, que oficializa o cristianismo como a religião do império (REINERT, 2014).

Embora Madelo (2013) aponte que a Igreja como uma Família humana identificada como Povo de Deus, foi se desenvolvendo, desde os primórdios, com estruturas próprias, a dimensão comunitária do exercício da fé cristã se concretizou de variadas formas ao longo da história, passando das pequenas reuniões errantes, para algo mais sedentário a partir das Igrejas Domésticas, até se chegar a algo mais próximo da acepção contemporânea da Paróquia (COMBLIN, 1991).

A paróquia é uma instituição que não se desenvolveu linearmente ao longo dos anos, a sua plena estruturação é fruto de diversas matrizes sociais e culturais que acompanham o desenvolvimento histórico da sociedade e da própria Igreja, portanto desde sua concepção inicial ela passa por diversas transformações (HABOWSKI; JACOBI; ROCHA, 2016).

Corroborando, Silva, Tessarola e Brito (2021) postulam que, por muitos séculos a Igreja não foi uma organização bem estruturada. As prévias de um aparelhamento, mais próximo do que atualmente se concebe como paróquias são notados nas

reuniões dos fiéis, tal como ocorria com Atos dos Apóstolos, com a comunhão fraterna, orações e à fração do pão e, posteriormente, com as reuniões nas casas dos fiéis.

Pelo documento Comunidade de Comunidades da CNBB (2013), é possível compreender que a instituição paroquial nasce perante o enfraquecimento da relação Igreja-casa e do estabelecimento das paróquias territoriais, incitadas pela reorganização das comunidades num modelo mais gerenciável, o que por seu turno, foi uma consequência do crescimento do cristianismo pelo mundo que compeliu a Igreja buscar formas de se consolidar como instituição religiosa.

Londoño (1997) consigna que o surgimento da paróquia ocorre entre os séculos IV e V, quando os encontros dos cristãos passam a ser referenciados territorialmente. Conforme levantamentos de Silva, Tessarole e Brito (2021), esse marco temporal coincide com alterações na ordem econômica e social, pois tais mudanças influenciaram sobremaneira a estruturação das paróquias.

Neste interregno, Reinert (2015) preleciona que, a estruturação das paróquias remete ao século IV, momento em que o cristianismo tem um aumento exponencial da quantidade de fiéis, situação que se solidifica ainda mais no século seguinte, o que subsidia o florescimento das paróquias e das comunidades, como resposta pastoral para o novo momento do cristianismo.

Segundo os apontamentos de Souza (2014), as paróquias como organização surgiram a partir do século IV, juntamente com a diocese, como observado nos registros do Cânon 77 do Concílio de Elvira (300-306) e o cânon 21 do Concílio de Arles (314). Ainda conforme o autor:

O desdobramento desta organização eclesial, paróquia, trará uma centralização na vida da Igreja e, ao mesmo tempo, o dinamismo missionário diminuirá e aumentará a preocupação sacral e sacramental. A pertença à Igreja não é mais fruto da atividade missionária – à qual se responde ou com a fé ou com a descrença, mas sempre com uma opção pessoal – e de um bem articulado catecumenato, mas de nascimento: nasce-se na Igreja como se nasce numa família, numa cidade, num país. O formato eclesial básico não é mais da pequena comunidade, mas sim do conglomerado social. Na cristandade não haverá como distinguir entre espaço civil e espaço cristão: de um lado, os âmbitos eclesiais são assumidos pela sociedade civil; do outro, as instituições sociais não eclesializadas. A passagem da *domus Ecclesiae* à *Ecclesia paroecialis*, estará consumada (SOUZA, 2014, p.165).

No período retromencionado, dois fatos são determinantes para a iniciar a reorganização, o primeiro concerne ao reconhecimento do cristianismo como religião

oficial e da Igreja como herdeira do Império Romano, e o segundo se refere ao processo de ruralização, com movimento das famílias para a zona rural que leva também a Igreja para o novo espaço, corroborando assim para a estruturação de locais de celebração no campo (SILVA; TESSAROLE; BRITO, 2021).

O aumento expressivo no número de fiéis e extensão do ministério das cidades dificultaram o atendimento dos bispos e presbíteros às exigências das comunidades mais longes do perímetro urbano, o que implicou na estruturação de locais de encontro, consolidando um marco na gênese paroquial (HABOWSKI; JACOBI; ROCHA, 2016). Neste contexto, a nova estruturação da Igreja fez surgir a paróquia, organização eclesial que tinha por base o território, que promoveu um dinamismo missionário e centralizou a vida da Igreja (SOUZA, 2014).

Silva, Tessarole e Brito (2021, p.101605) explicam que “durante o processo da *eclesiogênese* do cristianismo, sustentada pela perseverança das primeiras comunidades, é que originou estruturas que moldariam a Igreja nos próximos séculos”. Isso porque, as paróquias surgem num contexto de preocupação pastoral e missionária, na idealização de se chegar a todos os povoados, mesmo aqueles mais remotos (CNBB, 2013a).

Sob esse aspecto, a ruralização teve grande impacto no crescimento e fortalecimento da instituição paroquial, segundo ele a instalação de paróquias nas extensões rurais e, posteriormente expandida para os bairros das cidades, que deu arrimo para a consolidação da instituição entre os séculos XI e XIII.

Essa explicação vai de encontro ao prelecionado pelo Documento 104 da CNBB (2014), pelo qual depreende-se que as paróquias surgem no cerne da expansão missionária da Igreja para os povoados que circundavam as cidades. Nas informações constantes do documento, nota-se que elas nascem nesse meio rural, a partir da preocupação missionária e pastoral e, com o aumento populacional, logo vão se estendendo pelas cidades, até o momento em que ela passa a ser essencialmente uma Igreja urbana.

Corroborando, Habowski, Jacobi e Rocha (2016) pontuam que a liberdade religiosa cristã e possibilidade de manifestação pública da fé, impulsionam a vivência de uma nova era pela Igreja, e a maximização na quantidade de fiéis torna a estrutura das Igrejas domésticas obsoletas, sobretudo quando o cristianismo se torna a religião do Império. Cenário no qual a paróquia rural ganha autonomia, a instituição paroquial

ganha mais poder e se qualifica como centro de estruturação da sociedade local, ao passo que a vida da população passa a se articular em torno das paróquias.

Ao final da Idade Média a circunscrição eclesiástica já estava bem mais evoluída, entre 1080 e 1290 cerca de 80 paróquias foram edificadas somente em Paris. No início do século XVI, o Brasil também tem paróquias erigidas em Pernambuco, Porto Seguro, Olinda, São Vicente e Rio de Janeiro, sendo o século XVII marcado por um grande crescimento eclesiástico no país, quando já se computou aproximadamente 50 paróquias (POEL, 2013).

Convém observar que, no século seguinte ao do seu surgimento, a história da paróquia adentra numa nova fase, quando os sacerdotes passam a ser concedidos pelos bispos aos senhores feudais. O problema se instaura na medida que os sacerdotes passam a ser considerados uma espécie de empregados dos senhores, e com isso a filosofia missionária fica totalmente prejudicada (ALMEIDA, 2009).

Neste caminho, com todo sistema estruturado no bispo, os missionários não tinham autonomia, os párocos estavam sujeitos ao poderio jurídico e econômico dos bispos, e com isso se limitam às atividades padronizadas, tais como administrar sacramentos e celebrar a eucaristia, no território para qual eram enviados (KREUTZ, 1989).

Com a ascensão do imperador Carlos Magno, a paróquia adentra numa nova fase, com conformidade com a revitalização do império romano, colocando fim no juramento de obediência ao bispo. O que potencializou o poder econômico das paróquias ao mesmo tempo que imputou aos párocos poderes para controlar os atos externos e internos. Foi ainda no Império de Carlos Magno que o território foi dividido em dioceses e paróquias, e os bispos e presbíteros foram compelidos a assumir uma residência local.

Neste contexto de grande apoio de Igreja às políticas do Imperador, Salomão (2022) ressalta que a direta aliança da Igreja Católica que passa a gozar de uma estrutura política forte para amparar seu crescente poder. Evidenciando um período de dicotomia e a complementaridade entre o poder terreno, que tinha no imperador sua expressão máxima, e o poder espiritual (representado pela Igreja e centrado na figura do papa).

Neste contexto, é válido mencionar que estudos de Barros (2009) destacam que Impérios e domínios imperiais foram frequentes na história do mundo, mas a

aproximação e implicações na Igreja se torna mais evidente quando o Cristianismo é adotado como religião oficial a partir de Constantino.

Na alta idade média se observa o fortalecimento da aliança entre império e papado, especialmente na passagem da dinastia merovíngia para a dinastia Carolíngia (BARROS, 2009). Com uma política expansionista militar do Império de Carlos Magno, nas regiões conquistadas eram edificadas Igrejas, em volta das quais se organizavam as vilas que posteriormente seriam, ligas por estradas. Assim, Favier (2004, p. 309) ensina que “Carlos Magno passa a ser visto, simultaneamente, como o depositário de um poder universal e como o responsável pelo destino terreno da Igreja”.

Na baixa Idade Média surge as tensões entre o poder temporal (do imperador) e do espiritual (da Igreja), principalmente pela evidente manifestação dos poderes temporais na igreja, momento no qual até mesmo as paróquias rurais se submetiam aos poderes senhoriais, por meio do controle dos grandes proprietários que eram herdeiros dos criadores dessas igrejas (BARROS, 2009).

Barros (2009) salienta ainda que, nesta época, tinha-se uma estrutura tipicamente feudal, comumente os ministrantes das paróquias que orbitavam em torno de seus senhorios, o que incitava uma confusão entre a função eclesiástica propriamente dita e o benefício temporal, fosse este conferido pelo rei, pelo imperador, ou mesmo pelo grande senhor.

Diante disso o Papa Gregório VII, que assumiu em 1073, percebe a necessidade de fixar a autonomia da Igreja em relação ao Império ou qualquer outro poder Temporal, de modo a desvincular a escolha de cargos eclesiásticos de interesses e critérios políticos e colocar o Pontífice como líder máximo da Cristandade, acima de imperadores e reis. Essa, conforme Barros (2009), se tornou uma questão crucial de ser resolvida para sobrevivência e desenvolvimento da instituição eclesial.

Já no século XIII, enquanto a Igreja se fortalecia, o Império já não segue o mesmo caminho, entre 1250 e 1273 a ideia de império não se viu concretizada. Nos últimos tempos medievais, juntamente com as crises do império e do papado, a imagem de Carlos Magno é projetada para o passado e a manutenção do império como realidade política torna-se difícil. No século XIV a Igreja, também passa a enfrentar ameaças à unidade, as cisões e questionamentos em relação a seus aspectos institucionais ou à autoridade papal. De modo que “os novos tempos

anunciam, portanto, tanto a falência do projeto universal do império como do projeto universal do papado” (BARROS, 2009, p. 70).

Seguindo a retrospectiva histórica, a partir do segundo milênio a maior influência religiosa no ocidente e urbanização levaram a total decadência com as estruturas eclesiais primitivas e a reestruturação das Igrejas em comunidades urbanas, espelhando as comunidades rurais (HABOWSKI; JACOBI; ROCHA, 2016). Almeida (2009) destaca que esse novo modelo de paróquias territoriais não foi tão bem recepcionado, por não se adequar completamente à realidade urbana e sua dinâmica bem diversa daquela encontrada no ambiente rural, levando fiéis a preferirem as comunidades missionárias em detrimento das paróquias.

Com o passar dos séculos a situação foi se tornando insustentável, e os fenômenos culturais e sociais vivenciados nos séculos XIV e XV levaram a decadência eclesial que incitou a Reforma Protestante. Com isso, o catolicismo torna-se mais heterogêneo, e havia uma disputa por espaço entre o evangelismo mais radical, os antigos vícios de clérigos e leigos e o catolicismo restaurado do século XVI. Neste contexto, a instituição paroquial deixa de ser o centro do catolicismo, que passa a ser irradiado nos conventos, e se torna mais uma instituição administrativa para cumprimento de formalidades, a exemplo dos sacramentos (SOUZA, 2014).

Neste período, destacado por Habowski, Jacobi e Rocha (2016) como Igrejas Medievais, é um momento obscuro para a Igreja, no qual as falhas e dificuldades paroquiais são destacados, o pároco é visto como um membro paliativo da estrutura eclesial e a paróquia passa a ser vista como uma estrutura fria, bem distinta de sua concepção fraterna inicial sob a qual se organizarão os primeiros cristãos.

2.2.1 Concílio de Trento e Concílio Vaticano II

A expansão do cristianismo direcionou a nova organização das comunidades a partir do século IV, mas os ideais foram refinados e tempos depois que chegaram ao ápice no século XVI com Concílio de Trento, é isso que se conclui das disposições do documento da CNBB (2014) segundo o concílio convocado pelo Papa Paulo III consubstancia uma “proposta de renovação da organização da Igreja” (CNBB, 2014, p. 29).

Preliminarmente é válido destacar que o 19º concílio ecumênico da Igreja Católica (1545-1563), também conhecido por Contrarreforma, por ser concebido no contexto da Reforma Protestante, teve fulcro na asseguuração da disciplina eclesiástica e afiançar a unidade da fé, séculos depois de sua finalização, seus ideais ainda foram apontados como válidos pelo Papa João XXIII e Papa Paulo VI. No que concerne a estrutura paroquial o Concílio em tela trouxe restrições e definições fundamentais para a formação da paróquia (HABOWSKI; JACOBI; ROCHA, 2016).

Fundamentando nos comentários ao Código de Direito Canônico Silva, Tessarole e Brito (2021) consignam que a organização paroquial em si, não obstante ter seu surgimento iniciado no século IV, somente efetivou sua estrutura no Concílio de Trento, no qual o caráter pessoal, de comunidade, das várias unidades eclesiais foi acentuado e posteriormente ratificado pelo CDC.

Segundo Reinert (2014, p. 159) “o concílio de Trento reforçou a centralidade da paróquia na vida da Igreja. Estimulou ao máximo a criação de paróquias a fim de atender as demandas”, o que compele à menção de tal concílio no presente estudo.

Portanto, na proposta de abordagem do histórico de surgimento e evolução da instituição paroquial é válida a menção ao Concílio de Trento, considerando seu papel na reformulação da instituição paroquial que atendesse a expansão do cristianismo e o aumento da população de fiéis, uma vez que, como bem assevera Souza (2014, p. 167) as iniciativas tridentinas “precisaram o modelo moderno de paróquia”.

Conforme Habowski, Jacobi e Rocha (2016), a contrarreforma pontuou três aspectos de relevância com relação as paróquias: 1) instituiu seminários para a formação teológica-espiritual; 2) impôs residência fixa ao pároco, com fulcro em suas responsabilidades diretas por toda atividade pastoral territorial; e 3) determinou os limites das paróquias visando minimizar conflitos de jurisdição e competências. Diante disso os autores concluem em Trento os ideais clamados pelos fiéis não foram atingidos, pois suas propostas incitaram a disciplina clerical, afastando a Igreja da realidade social.

É importante observar que, o “o Concílio de Trento, no século XVI, mesmo considerando as novas condições sociais, culturais e religiosas surgidas do Renascimento e da Reforma Protestante, não modificou o perfil estrutural da paróquia” (CNBB, 2014, p. 24), porém suas propostas “delinearam “substancialmente o modelo de paróquia que chegou até o Concílio Vaticano II” (CNBB, 2014, p. 25).

É nesse interim que Habowski, Jacobi e Rocha (2016, p. 29-30) defendem que:

As renovações de Trento são inquestionáveis. Suas sólidas estruturas eclesiais chegaram a nós até os dias de hoje, permanecendo bem vivos na estrutura eclesiológica e, infelizmente, no imaginário estrutural da Igreja atual. As estruturas eclesiais, desde Trento, parecem ter assumido uma concreta posição reacionária, que combina perfeitamente com a posição histórica do desenvolvimento paroquial.

Seguindo os delineamentos históricos, no século XIX a paróquia se torna uma instituição mais fechada e rígida, e mesmo diante dos movimentos diversos de renovação delineados entre 1940 e 1950, somente com o Concílio Vaticano II (1962-1965) que as paróquias ganham um novo olhar, incitando o deslocamento do pároco para a comunidade, com fulcro na necessidade de paróquia envolver toda a comunidade e não se limitar a abrangência territorial, evidenciando a natureza missionária da Igreja.

Isso porque no Concílio Vaticano II acendeu-se a esperança da renovação tanto para hierarquia eclesiástica quanto para os leigos católicos (SÁ, 2015) e “constituiu um aggiornamento da Igreja para uma compreensão do desafio cristão no século XX” (DEBIASI, 2021, p.17).

A importância desse Concílio é avultada pelos documentos especialmente nos documentos em matéria de doutrina social, produzidos dentro do Concílio e publicados por Paulo VI, tais como o *Gaudium et Spes* (a constituição pastoral sobre a Igreja no mundo atual); a *Dignitatis Humanae* (decreto sobre a liberdade religiosa) e o *Inter Mirifica* (decreto sobre os meios de comunicação social). Além dos ensinamentos evidenciados no Concílio que subsidiaram a produção posterior de importantes documentos, a exemplo das encíclicas *Ecclesiam Suam* (1964), *Humanae Vitae* (1968), *Populorum Progressio* (1967), e da exortação apostólica *Evangelii Nuntiandi* (1975) (BARBOSA, 2007).

Nesse íterim, com o Concílio Vaticano II vários documentos e decretos conciliares e pós-conciliares focalizam a temática da vida paroquial e com isso as paróquias ganham destaque, o que potencializa as percepções em torno da urgente necessidade de sua renovação (REINERT, 2014, p. 160).

Na visão de March (2001), o Concílio Vaticano II traz novos rumos para a Igreja, ao reconhecer a crise universal instaurada na Igreja em razão das tendências sócias, filosóficas, culturais e políticas do mundo moderno, que compelia a mudanças rápidas

e profundas, especialmente no tocante a presença dos leigos e o necessário posicionamento sobre as questões políticas, econômicas e sociais. Corroborando, na visão de Sá (2015, p. 12):

[...] Concílio Vaticano II foi, sem dúvida, um concílio pastoral. Este evento surge da intuição profética de João XXIII e converte-se no maior acontecimento eclesial do século XX, apontando claramente o propósito, entre outros, de “adaptar melhor às necessidades da nossa época aquelas instituições que são suscetíveis de mudança”, sendo a paróquia exemplo vivo dessa mutabilidade.

É preciso mencionar que, o Concílio em questão promoveu a ruptura da instituição paroquial nos moldes herdados da cristandade. Com isso determinou novas formas de organização eclesial, caracterizadas pela participação ativa do laicato, o que, conseqüentemente, abriu a temática para além da pauta pastoral ao sopesar a relação da Igreja com o Mundo. Neste interregno é válido pontuar que:

Tanto para os críticos como para partidários, o Concílio Vaticano II marcava um dos mais importantes eventos na história do catolicismo romano. A despeito das contradições, tensões e limites que cercavam as mudanças, o concílio enfatizou a missão social da Igreja, declarou a importância do laicato dentro dela, motivou maiores responsabilidades aos católicos, corresponsabilidades entre o papa e os bispos, ou entre padres e leigos, desenvolveu a noção de Igreja como povo de Deus, valorizou o diálogo ecumênico, modificou a liturgia de modo a torná-la mais acessível, além de introduzir uma série de outras modificações. Os documentos conciliares enfatizavam o caráter hierárquico da instituição e insistiam que sua missão estava acima da política, mas a nova doutrina revia de modo significativo os padrões de autoridade e a relação entre a fé e o mundo (BARBOSA, 2007, p. 63).

Steffen (2014) reconhece que o Concílio Vaticano II teve como orientação básica a abertura da Igreja para o diálogo permanente com o mundo atual, de modo que a Igreja reflita sobre si mesma e supere a contraposição entre ela e o mundo como se fosse duas realidades paralelas. Neste ínterim, o Concílio em tela impulsiona o abandono da concepção eclesiológica essencialmente hierárquica da Igreja, e estimula a prioridade de leigos e ministérios, dando luz a uma “Igreja Povo de Deus” que se aproxima do ministério de comunhão (SÁ, 2015).

De acordo com Dall’o (2020) o Vaticano II, após vários séculos de hostilidade, desencadeia um verdadeiro processo de processo de renovação teológico-eclesial,

representando “a grande guinada que marcou definitivamente os rumos da Igreja e da teologia no mundo contemporâneo” (DALL’O, 2020, p. 38).

É válido pontuar que o XXI Concílio Ecumênico da Igreja Católica ocorre numa conjuntura em que a Igreja clamava pela renovação e as paróquias viviam um momento de grave crise ocasionada especialmente pela inviabilidade do sistema atual diante das necessidades impostas pelo contexto econômico, social e cultural. Mesmo não sem nenhuma disposição específica sobre as paróquias, o Concílio Vaticano II foi a chave para o aperfeiçoamento das estruturas eclesiais, retomando seu caráter pastoral e legitimando a paróquia em rede e em comunhão, considerando assim todas as comunidades locais de fiéis como Igreja de Cristo.

O Vaticano II defende que o mundo necessita de paróquias que busquem determinadas qualificações, como o desejo de ser um exemplo de pastoral comunitária, integrando a todos na pluralidade e na diversidade humana, apresentando o caráter universal de ser Igreja, paróquias que devem ser exemplos da realização da fraternidade na Eucaristia e na comunhão hierárquica e, sobretudo, as paróquias devem ser geradoras do espírito missionário. Nesse espírito podemos concluir que o Concílio acredita na legitimidade da paróquia e, em vez de propor uma mudança na estruturação, procura fixar pressupostos teológicos para a compreensão da sua natureza e das suas funções no âmbito da missão que a Igreja é chamada a exercer na sociedade (HABOWSKI; JACOBI; ROCHA, 2016, p. 31).

Depreende-se que o Concílio Vaticano II incita “ver o todo da Igreja e relacionar a Igreja ao todo do mundo moderno, secularizado e pluralista” (SETEFFEN, 2014, p. 16). Isso porque, visualiza a igreja em seu conjunto, no qual se fundem elementos e humanos (LG 8), de modo que estimula a renovação da vida eclesial (STEFFEN, 2014), com objetivo precípua de “desdobra-se no exercício da Igreja e da Teologia, dialogando com a cultura moderna para evangelizar homens e mulheres” (DEBIASI, 2021, p.20).

Enfim, o Concílio Vaticano II evidenciou as relações das Igrejas entre si e com Roma, instaurando uma nova eclesiologia e impõe uma mudança de mentalidade que despertou os cristãos para uma nova consciência de sua dimensão eclesial. Diante disso, “proporcionou a renovação das estruturas internas das Igrejas locais e fez com que essas mesmas Igrejas particulares se abrissem ao mundo envolvente, ou seja, ao ambiente sociopolítico e cultural” (SÁ, 2015, p. 14).

Na sequência histórica outros acontecimentos dão ênfase a necessidade de renovação paroquial, sobretudo os documentos originados nas Conferências Gerais

do Episcopado Latino-americano¹. Como o foco do estudo não é uma retrospectiva pormenorizada, as abordagens realizadas até aqui cumprem a função de apresentar a gênese das paróquias, de sua concepção preliminar até sua configuração mais moderna.

Do Concílio Vaticano adiante a paróquia já tem sua estruturação bem delineada, e o que se destacam são os movimentos em prol de uma renovação que supere o clericalismo e promova o laicato, reconhecendo na sinodalidade o caminho para Igreja cumprir com as funções que dela se espera.

2.2.2 Comunidades Eclesiais de Base

Antes de finalizar a retrospectiva histórica das paróquias, convém uma pequena abordagem acerca das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), tendo em vista representarem um importante passo para a descentralização e maior abertura da Igreja, subsidiando assim a reformulação e a conversão pastoral tão indicada pelo Papa Francisco na atualidade.

Afinal, como bem assevera Oliveira (2016) as CEBs trazem consigo uma proposta inovadora que supera os limites territoriais de uma paróquia, representando, na visão da CNBB, uma nova forma de ser Igreja e realizar a comunhão eclesial. Do mesmo modo, como destaca Barbosa (2007, p.8):

As CEBs representam um importante momento na vida da Igreja. Essas comunidades, organizadas a partir dos anos sessenta, expressam uma nova maneira de ser Igreja, representando na prática uma tentativa de descentralização e democracia na arcaica estrutura dessa Instituição.

As CEBs se multiplicaram na América Latina como resultado do projeto de Igreja preconizado pelo Concílio Ecumênico de 1962-1965, desenvolvendo-se sob diversas formas, de acordo com cada contexto cultural, social, político e eclesiástico, mas, conservando identidades comuns. Segundo o autor, tais comunidades foram

¹ I Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano (Rio de Janeiro, 1955)

II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano (Medellín, 1968)

III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano (Puebla, 1979)

IV Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano (Santo Domingo, 1992)

I V Conferência Geral do Episcopado Latino-americano e do Caribe (Aparecida, 2007)

criadas “em espaços não ocupados pelas paróquias e adotaram uma estrutura antes pastoral do que canônica (OLIVEIRA, 2016, p. 642).

Neste diapasão, conforme documentado na 7ª Reunião Ordinária do Conselho Permanente da CNBB:

A CEB não é um movimento, é nova forma de ser Igreja. É a primeira célula do grande organismo eclesial ou, como diz Medellín, ‘a célula inicial de estruturação eclesial’. Como Igreja, a CEB guarda as características fundamentais que Cristo quis dar à comunidade eclesial. A CEB é uma maneira nova de realizar a mesma comunidade eclesial que é o Corpo de Cristo (CNBB, 1982, p. 10)

Sob tal perspectiva, as CEBs distinguem-se das paróquias pela sua orientação centrífuga², que diverge da orientação centrípeta dessas, pois a CEB claramente estimula a participação ativa de seus membros no mundo, visando a transformação ao modo preconizado pela *Gaudium et Spes*, daí o motivo de serem acusadas de priorizar as ações políticas em detrimento das religiosas (OLIVEIRA, 2016).

As CEBs são caracterizadas pela ampla participação dos leigos, tanto no processo de tomada de decisões, quanto na realização das celebrações, além de conceberem uma maior reflexão bíblica e ações na sociedade. Elas nascem num cenário em que se buscava adequação da estrutura eclesial após um período de centralização em que todas as funções religiosas eram exercidas pelo clero (OLIVEIRA, 2022).

Foi no contexto de incitação de abertura e estímulo a participação efetiva dos leigos que surgem as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), como um modelo de paróquia contemporâneo que reforça uma Igreja mais alinhada com a realidade social, efetivando a aclamada mudança estrutural da Igreja que beneficia a abertura, as relações interpessoais, e o fenômeno comunitário cristão (SILVA; TESSAROLE; BRITO, 2021).

Diante disso, as CEBs transformam as paróquias em paróquias de CEBs, ou ainda, em organismos pastorais que substituem as paróquias, o que permite afirmar que as CEBs renovam as paróquias ao incluírem-se nela. Nesse sentido, as CEBs assumem o lugar antes ocupado pelas capelas, mas como uma nova perspectiva

² A força centrípeta difere da força centrífuga no sentido, sendo que a centrípeta exerce sentido para o centro do círculo que o movimento executa e a centrífuga tem seu sentido na direção oposta.

pastoral ancorada nas premissas da renovação incitadas pelo Concílio Vaticano II (OLIVEIRA, 2016).

Conforme apresentação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil Regional Sul, as Comunidades Eclesiais de Base configuram uma nova forma de ser Igreja, constituindo comunidades cristãs que tem sua experiência de fé marcada especialmente pelos predicados a seguir:

- Convivência de pessoas que moram perto umas das outras, facilitando o relacionamento e o conhecimento das situações e sonhos de cada um.
- São Igreja e se sustentam na Palavra, na Eucaristia e na Caridade.
- Têm a Palavra de Deus como fonte inspiradora de vida. Bíblia na vida e vida na Bíblia.
- Experiência de vida assumida por leigos e leigas em sintonia com a caminhada da diocese, formando rede de comunidades que decidem e planejam juntas as atividades pastorais e sociais (DAP, 180).
- Comprometidas com o Projeto de Jesus Cristo: “Defender e promover a Vida”.
- As Comunidades Eclesiais de Base são espaços em que as pessoas experimentam uma nova maneira de se relacionar, de ler a Bíblia, de celebrar, de participar da vida social e política.
- Descubrem seu papel social, buscam viver na igualdade e no respeito.
- Formam uma nova consciência de que é junto que irão construir uma sociedade sem dominação, sem exclusão.
- Lutam por uma sociedade geradora de pessoas novas, livres, dinâmicas e conscientes.
- Despertam tantos ministérios quantos sejam necessários para atender às necessidades pastorais, espirituais e sociais do povo de Deus.
- As CEB’s procuram ser verdadeiras escolas da nova sociedade, em que o poder é coletivo, partilhado e democrático (DAP, 179). (FRANCISCO, 2022, p. online)

O Documento de Aparecida afirma que as CEBs são um instrumento revitalizado das comunidades:

Demonstram seu compromisso evangelizador e missionário entre os mais simples e afastados e são expressão visível da opção preferencial pelos pobres. São fonte e semente de vários serviços e ministérios a favor da vida na sociedade e na Igreja. Mantendo-se em comunhão com seu Bispo e inserindo-se no projeto pastoral diocesano, as CEBs se convertem em um sinal de vitalidade na Igreja particular. Atuando, dessa forma, juntamente com os grupos paroquiais, associações e movimentos eclesiais, podem contribuir para revitalizar as paróquias fazendo das mesmas uma comunidade de comunidades (FALENO, 2009, p.96).

Diante disso, a “ a CEB, enquanto ‘célula viva’ da paróquia e comunidade local torna-se uma das grandes contribuições da Igreja à conquista dos direitos de cidadania no campo social” (SILVA; TESSAROLE; BRITO, 2021, p. 1016016), que, na visão de Samanes e Acosta (1999), concretizam a esperança do despertar eclesial, reforçando a comunhão, fraternidade e partilha como elementos essenciais.

Foi num processo de desenvolvimento histórico-cultural, que as estruturas da Igreja foram evoluindo e as Comunidades Eclesiais de Base organizadas em paróquias foram ganhando espaço visando propiciar a prática do Evangelho de Jesus Cristo, a Comunhão Fraterna e a fé (BOFF, 1977).

É interessante ~~pontuar~~ notar que, as paróquias de CEBs desenvolveram-se, especialmente nas periferias e em zonas do interior, pois como bem aponta Oliveira (2016) nesses locais a constituição das paróquias era mais recente, e, portanto, elas tinham estruturas menos rígidas, o que era atraente para os padres mais concatenados às ideias pastorais preconizadas Concílio Vaticano II.

No território nacional, um exemplo do desenvolvimento de paróquias de CEB nesses moldes, é observado em Volta Redonda, no estado do Rio de Janeiro, onde as paróquias e CEBs se fundiram numa única paróquia, sob cuidados de uma equipe de padres sem qualquer diferenciação pastoral entre as novas comunidades e aquelas de matrizes mais antigas (OLIVEIRA, 2016).

Schiavo (2011) observa que a criação das CEBs no Brasil, foi um dos antídotos apresentados pelo Plano Pastoral de Energia Conjunto proposto pela CNBB na década de 1960, visando a revitalização das paróquias, incitando um dinamismo da ação pastoral no país.

Para Oliveira (2016), as CEBs reforçam a presença da Igreja no mundo e incita a superação da Paróquia como única base de estrutura eclesial, num contexto em que havia várias áreas e regiões carentes de sacerdotes e era preciso ofertar a população o devido atendimento sacramental e pastoral. Tudo isso leva as CEBs a se consolidarem seu desenvolvimento às margens da estrutura canônica da paróquia e evidenciando uma estrutura pastoral.

Atualmente as CEBs tem pouca visibilidade e menor influência institucional que nos primórdios de sua concepção, mas as CEBs ainda estão em funcionamento e mesmo sem tanta visibilidade a instituição dessas comunidades foi muito importante devido ao período em que se deu, como infere Oliveira:

Essa organização, contrastante com a estrutura medieval e monárquica do catolicismo romano, foi definida em documento da CNBB como uma nova forma de ser Igreja. Sua originalidade reside no fato de que, ao realizarem as atividades pastorais habituais de modo popular e participativo, as CEBs rompem a relação clerical e introduzem na Igreja Católica um outro modo de agir. Na medida em que essa forma peculiar de ação social desdobra-se para foradelas, as CEBs passam a contribuir também para a renovação do cenário sociopolítico brasileiro, incorporando-lhe a prática participativa e igualitária desenvolvida a partir da experiência comunitária nas bases populares.

Para Silva, Tessarole e Brito (2021) as CEBs são a expressão de valorização da comunidade cristã, e subsidiam a Igreja à luz do evangelho, valorizando a comunidade eclesial, o culto eucarístico, o compartilhamento da fé, a vida fraterna, a vivência do compromisso social, a partilha do ministério e o pluralismo comunitário cristão.

Conforme documento da 7ª Reunião do Conselho Permanente da CNBB (1982) as comunidades de base são um fenômeno eclesial que configuraram um novo modo de ser Igreja, portanto, um fator de renovação interna e um novo modo da Igreja se fazer presente no mundo, daí a importância da abordagem da CEB, num estudo que referenda a renovação paroquial em diversos aspectos.

Contudo, convém observar que movimento das CEBs perde forças nos pontificados de João Paulo II e Bento XVI, uma vez que tais papas reforçaram a centralidade romana e revigoraram as paróquias em detrimento das comunidades de base, restaurando a concentração das decisões no clero e retirando o espaço das CEBs, que para sobreviverem se transformaram num movimento eclesial como bem reconhecido no Documento de Aparecida (OLIVEIRA, 2016).

Nesse caminho, embora inicialmente não fossem reconhecidas como um movimento, como bem exposto na alusão da 7ª Reunião Ordinária do Conselho Permanente da CNBB (CNBB, 1982), com o passar do tempo as CEBs adquiriram tais características visando a sua permanência.

É nesse caminho que o Documento de Aparecida reconhece as CEBs como movimento eclesial ao mencionar tais comunidades em conjunto com as Pequenas Comunidades³, as quais surgem para atender as necessidades de evangelização.

³ Conforme destaca o Documento de Aparecida “Como resposta às exigências da evangelização, junto com as comunidades eclesiais de base, existem outras formas válidas de pequenas comunidades, inclusive redes de comunidades, de movimentos, grupos de vida, de oração e de reflexão da palavra de Deus. Todas as comunidades e grupos eclesiais darão fruto na medida em que a Eucaristia for o

Assim, tal documento reconhece as CEBs como um espaço de possível congregação de fiéis católicos dentro da paróquia, configurando um movimento de oração, vida e reflexão da palavra de Deus (CELAM, 2007).

Corroborando Barbosa (2007, p. 8) preconiza que:

A partir de sua organização em pequenos grupos comunitários, as CEB's articularam com eficiência a relação Fé e Política, constituindo-se num importante movimento organizativo e reivindicatório das classes populares, com papel destacado nas lutas pela redemocratização da sociedade brasileira.

Com o papado de Francisco essa perspectiva começa a se alterar, uma vez que sob enfoque de uma “Igreja em Saída” as paróquias são desafiadas a alterar a orientação pastoral, priorizando o serviço à vida e o cuidado da “casa comum”. Diante disso Oliveira (2016) reconhece que as CEBs passam a configurar um fator da renovação paroquial, constituindo um espaço “de saída”, bem condizente com o chamado papal que impulsiona a missionariedade da paróquia e que enfraquece estrutura paroquial centralista.

2.3 Precedentes da renovação paroquial no Brasil

No documento Comunidade de Comunidades, a paróquia tem sua função servicial, aberta e livre colocada em destaque (CNBB, 2014). Mas em verdade, há muitas décadas a mudança de visão da Igreja Católica já vinha sendo vislumbrada. Segundo March (2001), em nível mundial, as décadas de 50 e 60 marcam significativas transformações na Igreja Católica e conseqüentemente nas paróquias.

Dentre os elementos que marcam a necessidade da renovação paroquial certamente se destaca o fato de que a estruturação arcaica e obsoleta não corresponde às necessidades da transmissão da fé, e a conscientização de que as ações evangelizadoras tradicionais já não conseguem atingir a maioria das pessoas (REINEIRT, 2014).

centro de sua vida e a Palavra de Deus for o farol de seu caminho e de sua atuação na única Igreja de Cristo”. (CELAM, 2007, n. 180).

Desde a 2ª Guerra Mundial vários esforços foram depreendidos para a renovação paroquial. Em perspectivas diversas e simultaneamente complementares, tais como litúrgica, eclesiológica, missionária e comunitária, há tempos a paróquia vivencia um movimento de transformação (SÁ, 2015).

Sob tais dimensões da renovação Sá (2015) elucida que a “Renovação Litúrgica” fomenta a evangelização, a catequese e o compromisso social. Por sua vez a “Renovação Eclesiológica” implica reconhecer a paróquia como a primeira comunidade de vida cristã na Igreja e que não importa o local, o que promove a paróquia é o mais importante, sedo imperioso superar as barreiras territoriais e conquistar as pessoas para fé cristã.

No tocante a “Renovação Missionária”, o movimento incita a abertura da paróquia à dimensão social e coletiva da missão, de modo que a Igreja não se feche em si mesma, e por seu turno a tão aclamada “Renovação Comunitária” coloca em evidência a necessidade da paróquia desenvolver-se como comunidade cristã e numa pertença comunitária que supere o individualismo e incita a paróquia a sentir implicada com as dimensões fundamentais da vida e do peregrinar de cada um dos seus membros (SÁ, 2015).

Essas noções previas são importantes ao passo que, a renovação paroquial no Brasil deve ser vislumbrada numa perspectiva ampla de renovação da Igreja como todo, isso porque, aquela renovação somente se solidifica com a abertura da Igreja para as mudanças que se fazem necessárias para se manter viva e ativa ao longo da história e nos mais diversos contextos político, social e cultural.

Os debates em torno da renovação paroquial iniciaram a mais de meio século (OLIVEIRA, 2016). Diante disso, é interessante pontuar que, justamente com a ressignificação das ideias correlacionados a inserção da Igreja na sociedade, ideais mundialmente difundidos no papado de João XXIII, a Igreja Católica no Brasil também iniciou uma proposta pastoral de renovação diocesana e paroquial visando, sobretudo, uma corresponsabilidade entre clero e leigos no desempenho de projetos pastorais conjuntos e nas relações entre a Igreja e a sociedade (MARCHI, 2001).

Sem dúvidas o pontificado de João XXIII motivou a renovação na Igreja. Exemplo claro disso é observado na Carta escrita ao Conselho Episcopal Latino-Americano, em 1961, na qual o papa solicita dos episcopados a elaboração de um

plano pastoral condizente com as necessidades da Igreja no continente (REINERT, 2014).

Para Oliveira (2016) o início da renovação paroquial é incitado principalmente pela inadequação da instituição legada da cristandade ao estilo de vida contemporâneo. O que culmina nas inferências do Documento de Aparecida, que estabelece a necessidade de a paróquia ser uma “comunidade de comunidades” e na priorização dessa proposta pela CNBB.

Em nível mundial as décadas de 50 e 60 marcam significativas transformações na Igreja Católica. Seguindo essa tendência, March (2001, p. 90) assinala que “os ventos do Concílio Vaticano II sopram forte sobre o interior da Igreja no Brasil” (MARCHI, 2001, p. 90). Para o autor, neste momento, a Igreja tinha como objetivo primordial reconquistar seu protagonismo na história brasileira, o que compelia seu reposicionamento, a compreensão de seu papel como Instituição e a compreensão de sua missão religiosa e salvífica.

Entre as décadas de 60 e 70 a paróquia no Brasil tinha uma estrutura centralista, afirmativa fundamentada no Plano de Pastoral de Conjunto da CNBB (1966-1970) que colocava a paróquia como núcleo no qual o pároco era o elemento central, o qual orientava todos os organismos paroquiais, tais como liturgia, assistência social, grupos de catequese e celebrações (CNBB, 2004).

Mas foi com os debates em torno da “comunidade de comunidades” que a proposta da renovação das paróquias ganha forças no Brasil (OLIVEIRA, 2016). Segundo Reinert (2014), neste momento as orientações da renovação concentravam-se no seguinte: promoção da paróquia como uma célula orgânica da diocese e repreensão da Igreja universal, bem como na concepção da paróquia como fermento da comunidade humana, de modo a assumir um caráter supletivo em determinadas atividades no âmbito econômico social e cultural, além de ser uma instituição de promoção da educação e consciência dos leigos para ação na sociedade.

As transformações da Igreja no Brasil são avultadas especialmente a partir do momento em que a instituição compreende seu papel social. Por longo período a Igreja não encarava as mudanças sociais como parte de sua omissão, ao revés se opunha a maior parte das alterações sociais por irem contra suas tradições. Isso leva ao afastamento entre a Igreja e as pessoas/sociedade, e disso desponta a necessidade de reconquistar, ou recristianizar a sociedade, por meio da instauração

de um catolicismo que não fosse nem de esquerda, nem de direita, mas sim uma solução para as questões sociais (MARCHI, 2001).

A concretização desse período de mudanças ocorre em 1952 com a fundação da CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, visando unificar os bispos e traçar diretrizes para os enfrentamentos tanto dos problemas sociais mais complexos, quanto para os rumos a serem seguidos pela ação católica no Brasil.

É nesse contexto que, a Igreja Católica no Brasil sai de um período no qual estava estagnada pela pregação apologética tradicionalista, e inicia um processo de mudança que para March (2001, p. 93) “redundaria numa nova autocompreensão, comprometida com o mundo secular moderno e com os destinos dos seres humanos na terra e com a justiça social”.

Na década de 1960 a Igreja do Brasil vivencia um dos períodos mais significativos de sua história, ao responder positivamente aos apelos do Papa João XXIII para traçar um planejamento coordenado e tecnicamente preparado, por meio de ações racionais e realistas que catalisassem as forças para auxiliar a sociedade latino-americana, sobretudo no campo das ações pastorais (MARCH, 2001).

Neste contexto, Oliveira (2016) elucida que em 1960 a renovação paroquial no Brasil constitui-se como tema constante dos debates, ganhando ainda mais forças a partir do Concílio Ecumênico Vaticano II, o que impulsionou uma maior abertura entre a Igreja e o Mundo, bem como disseminou a necessidade de novas formas de organização eclesial com participação ativa do laicato.

Em 1962 na quinta Assembleia Geral Ordinária da CNBB foi aprovado o “Plano de Emergência para toda a Igreja do Brasil”, que tinha como objetivo central garantir uma presença vital da Igreja na sociedade nacional, numa proposta que ia além do “salvar almas”, mas ratificava o papel social da instituição, propondo libertar o país das concepções desagregadoras da família, da mentalidade laica, do egoísmo e dos desequilíbrios sociais (MARCH, 2001).

Esse plano é uma clara resposta aos apelos de João XXIII, subsidiando a identificação das comunidades e um trabalho mais apropriado a cada realidade que orientaria o trabalho pastoral da Arquidiocese. Dentre as principais características do Plano de Emergência, além da incitação à reorganização do alcance da instituição eclesial na sociedade civil, está a inclusão das reformas paroquial, dos

educandários e do ministério sacerdotal, bem como uma proposta pastoral de conjunto (REINERT, 2014).

Neste contendo, March (2001) observa que, o “Plano de Emergência para toda a Igreja do Brasil”, elucidou alguns princípios básicos da renovação paroquial, dentre eles:

- 1) coloca a diocese como unidade fundamental da ação pastoral;
- 2) explicita a paróquia como unidade de fé, culto e caridade;
- 3) a aceitação dos párocos como chefe da comunidade, com os quais os sacerdotes deveriam colaborar como educadores dos leigos;
- 4) a assunção da responsabilidade dos leigos perante a Igreja, os quais deviam ter suas funções e tarefas orientadas pelos párocos e sacerdotes;
- 5) elucida que a renovação paroquial depende do pároco, do seu conhecimento da realidade e de sua capacidade de explorar a potencialidade da paróquia;
- 6) além disso, o plano incitava a valorização da catequese, da pregação, do movimento litúrgico as vocações sacerdotais e os movimentos como o familiar cristão.

Neste ínterim, a Igreja foi convocada para um esforço pastoral, mais voltado às questões da religiosidade, na qual leigos, sacerdotes e religiosos unissem forças e atingissem todas as almas, fossem ovelhas dóceis ou arredias, oportunizando a todos integrarem o rebanho da Igreja, e vitalizando a ação dos fiéis na vida litúrgica da Igreja.

Na sua essência o Plano estava fortemente marcado pelo tema da Pastoral de conjunto. O Plano conjugava uma essência da temática pastoral com as necessidades da sociedade brasileira, estabelecendo práticas voltadas a união de todos. O plano acima identificado foi de extrema valia para que o episcopado brasileiro chegasse ao Concílio Vaticano com a noção mais coesa da realidade vivenciada pelas dioceses, paróquias e pelos próprios católicos do país (MARCH, 2001).

Nesse movimento grande atenção foi direcionada às paróquias brasileiras, na intenção de desmistificar a hierarquia entre o clero e leigos, para que reduzir a passividade dos católicos ao assistirem a missa e as indiferenças quanto às orientações pontificais. Para tanto March (2001) explicita que provado o Plano de Emergência fundamentava uma parte Pastoral e outra econômico social, “numa

proposta pastoral que não deixasse de contemplar as atividades básicas internas à vida da Igreja e ao mesmo tempo contivesse as orientações oficiais relativas à projeção da Igreja no campo econômico e social” (MARCH, 2001, p. 100).

Por fim, nota-se que a proposta de renovação da paróquia retornou à agenda de debates na Igreja católica, especialmente no Brasil, como “comunidade de comunidades”, para incorporar a renovação eclesial trazida pelas Comunidades Eclesiais de Base - CEBs como presença da Igreja no mundo (OLIVEIRA, 2016). Aspectos mais recentes da renovação serão abordados no capítulo seguinte.

3 A GESTÃO PAROQUIAL

“Igreja em Saída” (EG, n. 20-23), é uma expressão que manifesta o posicionamento do Papa Francisco, diante do modelo e práticas de uma Igreja autocentrada, que em muitos setores e práticas pastorais ainda persiste. A gestão eclesial paroquial, se coloca como instrumento facilitador das relações, entre os vários organismos, agentes e forças vivas e atuantes nas comunidades paroquiais, para que o processo de uma “Igreja em Saída” se efetive.

A gestão paroquial é importante ao passo que integra ações de evangelização e de administração dos bens eclesiais, direcionando melhor os esforços necessários para superar os problemas que acometem tanto a sociedade quanto a Instituição Igreja, bem como manter a instituição no caminho de sua missão (GOMES, RIGONI, 2021; PEREIRA, 2020).

Nesse sentido, como bem adverte Gomes e Rigoni (2021) mesmo que num primeiro momento seja estranho a conjugação dos temas evangelização e gestão, isso não deve ser visto como uma transformação da Igreja como balcão de venda de produtos religiosos, ao contrário sugere exatamente que aqueles a quem competem a gestão dos bens eclesiais devem atuar de forma ponderada e subsidiada pela missão evangelizadora da Igreja, tendo nessa missão o principal balizador da gestão.

Neste capítulo objetiva-se alinhar as perspectivas da gestão, em seu contexto mais amplo, no cerne das paróquias, visando os contributos da gestão eficiente para o alcance da missão evangelizadora e vivência dos preceitos da Igreja em Saída preconizados pela *Evangelii Gaudium*.

3.1 O Conceito de Gestão

O vocábulo gestão designa o efeito ou a ação de administrar e/ou gerir. Neste sentido, traz consigo a ideia de dirigir e administrar desde a vida, as capacidades das pessoas, a sociedade e as instituições, por meio de ações orientadas pelo planejamento da produção e distribuição de bens (ANDRADE, 2001).

Dall’o (2020, p. 67) explicita a gestão como “ato de administrar ou de gerir recursos, pessoas ou qualquer objeto que possam ser administrados com alguma

finalidade: seja em benefício próprio ou de uma entidade”. Conforme o autor, o conceito do termo evolui ao longo do tempo, juntamente com a evolução da administração, e ganha destaque à medida em que o pensamento estratégico coloca o gerenciamento das forças competitivas como fundamental para a obtenção dos resultados almejados.

Numa perspectiva técnica, Junquillo (2001) apresenta a gestão como um instrumento racional, que visa alcançar resultados preestabelecidos que, em geral, não são atingíveis sem a gestão, pois ela subsidia controle e garante a eficiência sobre a coordenação das ações humanas.

Com origem no latim, “*gestio*”, e no inglês “*Manegement*”, a gestão se refere ao conjunto de ações, métodos e processos de direção de uma empresa que engloba planejamento, organização e controle de ações entre outros procedimentos (PEREIRA, 2020). É com ideias análogas que Dall’o (2020, p. 72) colaciona:

[...] gestão é ter objetivo claro, planejar passos, criar estratégias, saber delegar tarefas, não se omitir dos conflitos, desenvolver parcerias, confiança, criatividade, flexibilidade, conhecimento da realidade, determinação, persistência, responsabilidade, valorizar equipe, ressaltar o que os outros tem de melhor, fortalecer a equipe, motivação, superação. A gestão implica fazer as coisas acontecerem, é vivenciar a situação atual, mas com um olhar de aperfeiçoamento. É buscar a excelência.

O vocábulo gestão traz a ideia de planejamento, direção, organização para que se atinja o fim que se almeja (ARAÚJO; GARCIA, 2009). Nesse sentido Garay (2011) evidencia a gestão como processo de direção das organizações, por meio do qual se orienta a tomada de decisões orientada pelas demandas do ambiente e recursos disponíveis, portanto, liga-se aos processos administrativos relacionados à direção, controle, planejamento e organização das mais diversas instituições.

De acordo com Araújo e Garcia (2009, p. 1) a gestão designa “o conjunto de esforços que tem por objetivo: planejar; organizar; dirigir ou liderar; coordenar e controlar as atividades de um grupo de indivíduos que se associam para atingir um resultado comum” levando em consideração as variáveis empresarial, ambiental e interativa.

O modelo de gestão deve ser orientado pelos princípios de administração de empresas, desta forma, devem sopesar as regras básicas que orientam a gestão, a exemplo dos indicadores de desempenho, grau de centralização ou descentralização,

e nível de controle, e demais diretrizes que orientam a missão determinada para a empresa ou organização (CHENG; MENDES, 1989).

Crozatti (1998) preconiza que o processo de gestão é o meio pelo qual a instituição passa de uma situação atual para a situação almejada. Assim, é o planejamento estratégico que determina as diretrizes que irão garantir a continuidade das empresas, as quais devem ser estruturadas em harmonia com a missão e com os valores de cada organização.

Conforme ensinado por Crozatti (1998, p.01) “o modelo de gestão é considerado como o conjunto de normas e princípios que devem orientar os gestores na escolha das melhores alternativas para levar a empresa a cumprir sua missão com eficácia”. Neste viés, o autor afirma que o modelo de gestão é determinante para o desempenho da organização, e deve ser concebido a partir das particularidades da instituição, das variáveis incidentes nela, contexto no qual se insere e cultura organizacional.

Para Oriolo (2018) o termo gestão remete a ideia de um método utilizado para alcançar os objetivos organizacionais de forma mais eficiente, por intermédio do planejamento, controle e coordenação das atividades organizacionais. O que vai de encontro aos ensinamentos de Chiavenato (2008, p. 15) ao elucidar a gestão como atos de “planejamento, organização, liderança e controle de forma a atingir objetivos organizacionais predeterminados”.

Gestão refere-se ao ato de administrar e conduzir a tomada de decisões, é um fator preponderante para que as metas e objetivos de qualquer tipo de organização sejam alcançados, afinal é um elemento essencial que permite a organização atingir seus objetivos, por intermédio da definição de metas e direcionamento de ações específicas que convirjam com os objetivos da instituição (DI SERIO; VASCONCELOS, 2009).

Diante disso, gestão atrela-se as ações de gerenciamento, regência e administração, o gestor é como o regente de uma orquestra, e seu objetivo é torná-la mais afinada e harmoniosa para obter os melhores resultados possíveis, extraindo de cada um de sua equipe o melhor que podem oferecer (ALVES, 2017).

3.2 Perspectivas da Gestão Paroquial

Como bem postulado em 2014 na Carta Apostólica do Papa Francisco, em forma de *Motu Proprio Fidelis Dispensator et Prudens*, a gestão paroquial parte do pressuposto que assim como numa empresa o administrador deve gerir de forma prudente aquilo que lhe foi confiado, na Igreja, os gestores devem igualmente atuar com responsabilidade na gestão dos bens à luz da missão evangelizadora.

Contudo, deve-se compreender que a gestão pastoral e administrativa das paróquias não é uma gestão como sinônimo de empresa, paróquia não é um negócio. A gestão paroquial não tem fulcro no lucro ou no destaque em um mercado competitivo, mas, sim em organizar e otimizar a missão evangelizadora na paróquia, para que a “Igreja em Saída” se efetive (DALL’O, 2020). Neste enfoque, o administrador da Igreja não pode confundir sua identidade com a da organização que administra, pois, a Igreja não lhe pertence, ele trabalha na gestão dos bens da Igreja, e ele próprio pertence à Igreja (ALVES, 2017).

A gestão administrativa eclesial tem sua importância destacada na contemporaneidade, e quando a gestão se refere a uma organização eclesial, vários são os elementos envolvidos. A gestão eclesial deve estar a serviço da evangelização, o que não reduz a necessidade do desenvolvimento de conhecimentos e habilidades para o exercício administrativo de uma instituição singular (GOMES; RIGONI, 2021).

Nesta perspectiva Dall’O (2020, p. 77) assegura que:

A evangelização é a atividade fim de uma paróquia que, a difere de qualquer outra organização. **Gerir a missão da paróquia, é gerir um conjunto de ações e situações em que estão envolvidos bens reais e bens simbólicos.** Os bens reais são os bens patrimoniais, bens móveis e imóveis, o financeiro e todas as relações administrativas que ele desencadeia. Relações e procedimentos que fazem da paróquia, perante o governo, uma empresa do terceiro setor e que, como tal, deve ser administrada cumprindo com todas as suas obrigações empresariais e encargos sociais, e que são elementos necessários para a missão evangelizadora. Os bens simbólicos são os bens de salvação: a cura das almas, o atendimento dos fiéis, a administração dos sacramentos, o cultivo da fé do povo, a fé da Igreja que enquanto discípula missionária, carrega em seu âmago histórico. (*grifo nosso*)

Como elucidado por Oriolo (2011), no 6º Congresso Nacional de Gestão Eclesial, a paróquia como comunidade de fiéis precisa ser gerida de forma eficiente,

por isso é preciso uma gestão paroquial que repense, aparelhe, comande, controle e coordene os paradigmas da estrutura eclesial, respondendo significativamente aos apelos atuais e as necessidades modernas.

Analisando a obra “Como Gerir Bem uma Paróquia” do Pe. Jose Carlos Pereira (2020) nota-se uma grande preocupação quanto ao melhor alinhamento da gestão paroquial ao cenário contemporâneo. O autor elucida que dentre os desafios enfrentados no cerne da renovação pastoral, o aspecto gestão também se destaca, trazendo a lume os ideais da totalidade da administração paroquial, englobando desde a gestão financeira e patrimonial, até a gestão pastoral, espiritual e missionária.

No cenário moderno traz consigo a necessidade de que qualquer planejamento envolto aos bens eclesiais sejam critérios e estratégias que satisfaçam às necessidades presentes no mercado gerencial com padrões nítidos, para que exista uma trajetória tranquila, na qual os bens de capital e o capital humano estejam em conluio (GOMES; RIGONI, 2021).

Neste sentido, Gomes e Rigoni (2021, p. 90) sobressaltam que “a questão da atividade administrativa em geral é complexa e na Igreja não é diferente, pois além das funções regulares, existe a preocupação com a evangelização, que é a razão da Igreja existir”. Diante disso, ao analisarem a gestão paroquial os autores concluem que:

Analisando-se a complexidade da gestão eclesial, é possível dar-se conta de que essa relevante questão requer constantemente a busca de novos rumos gerenciais, bem como tem como sombras nesse desafio a concentração de forças hercúleas para não perder a sua essência evangelizadora, observando sempre a realidade local (GOMES; RIGONI, 2021, p. 97).

De acordo com a Sociedade Brasileira de Canonistas (SBC, 2012, p. 1) assim como as empresas precisam administrar seus recursos “As paróquias (comunidades particulares da Igreja que pertencem a uma diocese), por sua vez, não têm como finalidade o lucro, mas necessitam de forma igualitária, administrar os seus recursos para melhor alcançar seus objetivos”.

Ademais, Campos (2015) complementa que a atualidade econômica requer competência e assertividade das instituições de qualquer natureza.

A gestão pastoral administrativa torna-se, cada vez mais, neste tempo uma ciência indispensável para a competência exigida nesse exercício e, também, um compromisso ético e moral com procedimentos garantidores de transparência nos processos, velocidade das respostas e efetiva intervenção em vista de mudar realidades e implantar novos hábitos em vista de uma nova

cultura administrativa [...] como exemplaridade de probidade administrativa e inteligente otimização de recursos, alcançando e cumprindo as metas institucionais por uma sociedade justa e solidária (AZEVEDO, 2018, p. 5).

As técnicas de administração e gestão capacitam as pessoas para o ofício de administrar, por isso, são aplicáveis aos empreendimentos públicos, privados, com finalidades lucrativas ou sem fins lucrativos, ou seja, a todas as atividades humanas, desde as mais simples as mais complexas (TAYLOR, 2015). Pensamento compartilhado por Jesus (2013) ao ratificar a necessidade da utilização racional e eficiente dos recursos em qualquer instituição, num cenário social, financeiro e econômica que implica em rápidas adaptações às mais diversas realidades.

Neste interim, Pereira (2020) afirma que tais princípios são perfeitamente aplicáveis à administração paroquial, uma vez que gerir uma paróquia é gerir um empreendimento, de forma que suas aplicações contribuem para uma maior eficiência. Diante disso o autor constata que a gestão paroquial é imprescindível para a evangelização, de modo a conduzi-la ao desenvolvimento, não somente como empresa, mas sobretudo como Igreja, com a missão primária voltada para a evangelização.

Corroborando Drucker (2001) ensina que, as entidades sem finalidade lucrativa, como as paróquias precisam ser administradas até mais que as empresas, uma vez que essas são geridas por uma série de regras e disciplinas que lhes dão maior controle em busca dos resultados almejados, enquanto aquelas são mais abertas e devem preconizar uma sintonia pastoral e espiritual.

Além disso, o autor destaca que, o fato de não ter finalidade lucrativa também traz uma limitação aos recursos, o que força ainda mais a eficiência na gestão de recursos, sejam eles humanos, financeiros ou patrimoniais, de modo que as necessidades relacionadas ao alcance de sua missão não sejam prejudicadas (DRUCKER, 2001). Em sentido semelhante Alves (2017, p 74):

A Igreja, e especificamente a paróquia, possui a missão de administrar bens, ações e pessoas sob sua jurisdição [...]. Ora, Jesus Cristo Bom Pastor confiou à Igreja a administração de seu Povo, o que significa que a Igreja não é dona dos bens que administra. Ao contrário, a Igreja é servidora, e cuida dos bens que pertencem ao Senhor. O fato de administrar bens que não são seus exige ainda maior responsabilidade de seus membros.

Nota-se que eficiência na gestão é determinante para que as decisões sejam mais acertadas e os caminhos trilhados pela instituição sejam condizentes com suas metas, visão, valores e missão. Os seus conceitos são aplicáveis a todas as instituições, tenham ou não fins lucrativos, independente do segmento, a gestão eficaz é a ponte para o sucesso.

É sob a mesma perspectiva que Henrique e Paiva (2012) defendem a necessidade da gestão paroquial se ater a Ciência da Administração. Para os autores, planejamento, organização, coordenação, controle e liderança, aspectos envolvidos à gestão, não podem ser desconsiderados na Gestão Eclesial, ao contrário devem ser vinculados às ações pastorais e administrativas.

Neste caminho Dall'O defende que a gestão paroquial é a ponte para a construção coletiva da vocação batismal, subsidiando as ações, atitudes e atividades indispensáveis para que o exercício dos ministérios ocorra de forma alinhada com as determinações no Papa Francisco atinentes a uma Igreja em saída.

Sá (2015) reconhece que nos últimos anos a paróquia tem passado por profundas transformações não só no desempenho de sua missão, mas também em sua administração. É sob essa mesma perspectiva que Gomes e Rigoni (2021) reconhecem que as comunidades paroquiais católicas, devem ter um pensamento gerencial com o propósito primeiro da Igreja que é a Evangelização, o que não torna prescindível outros aspectos ligados à administração.

De forma semelhante Oriolo (2018) evidencia a necessidade da gestão paroquial a partir da ideia de que a gestão é ponte para alcance das metas e objetivos, uma vez que implica fazer as coisas acontecerem, subsidia a excelência, a realização e a satisfação, de tal forma que é uma das atividades mais importantes para obtenção de resultados.

No contexto específico das paróquias o autor menciona que:

[...] uma paróquia bem gerenciada consegue atingir seus objetivos e tornar-se eficiente [...]. Para a paróquia ser visibilidade da Igreja é preciso recriar as estruturas eclesiais de forma a se adaptarem à mobilidade da cidade. Essa realidade só vai acontecer na dinâmica da gestão paroquial (ORIOLO, 2018, p. 22-23).

Corroborando Pereira (2012, p. 3) afirma que “A Igreja, como qualquer outra instituição, necessita de administração e, conseqüentemente, de gestores”. A

negação do caráter empresarial da Igreja, e das necessidades que se inserem em tal contexto é um risco, e dificulta a administração qualificada das dioceses e paróquias, daí a necessidade de se conscientizar que as missões espiritual, pastoral e missionária das paróquias estão interligadas a missão de gestão eficiente (PEREIRA, 2020).

Além dos benefícios de um bom gerenciamento, Gomes (2019) destaca que atualmente a gestão administrativa e financeira das organizações religiosas no Brasil é estritamente necessária até mesmo para se atender as exigências legais de controle contábil financeiro, administrativo e patrimonial, o que ascende a necessidade da capacitação profissional dos gestores para lidarem com todas as questões da administração e manterem um planejamento sustentável alinhado a missão da Igreja.

Na administração da comunidade eclesial é a espiritualidade que precisa estar entrelaçada com as habilidades na gestão. A espiritualidade está ligada a uma vida de oração e a uma intimidade com Deus. E nessa espiritualidade cristã caminham juntas: fé e vida (NOGUEIRA, 2008). Não é tratar a paróquia como uma empresa qualquer, mas sim compreender suas especificidades e gerir da melhor maneira os recursos que têm à disposição, como forma de se alcançar a missão evangelizadora (PEREIRA, 2020).

No âmbito das paróquias Delaméa (2006) postula que a gestão eficiente converge eficazmente para o bem de todo o Povo de Deus. Conforme ensina a autora:

O bom desempenho do múnus de reger nas dioceses e paróquias, nos institutos de vida consagrada e entidades assemelhadas exige competência gerencial, capacidade administrativa e dinamismo, porque esse ministério dá aos clérigos e religiosos (as) os meios de base para o bom desempenho dos múnus de ensinar e santificar e dos demais ministérios.

Pereira (2020) destaca que há tempos exigências legais e administrativas já são feitas para empresas do terceiro setor, como as filantrópicas, universidades e hospitais sem finalidades lucrativas. Dentre essas, também se incluem as Igrejas, seja qual for a denominação religiosa. Com isso torna-se imperiosa o aperfeiçoamento da gestão paroquial.

No mesmo sentido Azevedo (2018, p. 5-6) ratifica o dever da Igreja Católica (nas suas paróquias, dioceses, instituições e comunidades) de modelar em seu

funcionamento e procedimentos, inovando a gestão pastoral e administrativa para cumprimento do compromisso com anúncio do Reino de Deus.

Nota-se que, o cenário atual requer a competência e eficiência da gestão paroquial, e sob tal perspectiva que os preceitos da gestão envoltos a administração em geral não podem ser ignorados na gestão paroquial, ao contrário, tal observância se mostra cada dia mais preponderante para que a paróquia seja conduzida a resultados que conjuguem a eficiência com os princípios próprios da missão da Igreja (PEREIRA, 2020).

Na exortação *Evangelii Nuntiandi*, do Papa Paulo VI, enriquecida pela eclesiologia do Papa Francisco na *Evangelii Gaudium*, Dom Edson Oriolo (2018) encontra diversos elementos que convergem para necessidade da gestão eficiente para uma evangelização subsidiada pela Paixão de Cristo e pela valorização do Povo de Deus.

Para Pereira Neto e Ferreira (2011), os gestores cristãos precisam estar atentos às exigências da atualidade, para enfrentarem novos desafios, incentivando e motivando seus colaboradores. Cabe destacar que, dentre as exigências, a formação humana e gerencial torna-se prerrogativa para uma gestão eficaz e eficiente.

Hoje as Igrejas, através dos seus gestores, buscam estratégias que possam ajudá-las a atingir de forma eficaz os anseios dos fiéis e daqueles que ainda não aderiram a fé cristã. A gestão profissional de uma instituição como a Igreja Católica exige de todos os membros, que atuam como líderes cristãos, a busca constante pelo domínio de conhecimentos e habilidades que os ajudarão a manter um equilíbrio entre a formação recebida nos seminários e a utilização da gestão na organização que estão inseridos, no intuito de melhor desenvolver a missão evangelizadora (PEREIRA NETO; FERREIRA, 2011, p. 15).

O Código de Direito Canônico também remete atenção à administração econômica das paróquias, salientando inclusive a importância da capacitação dos seminaristas, ou seja, dos que estão em formação para o sacerdócio e dos gestores da secretaria paroquial: “os alunos sejam diligentemente instruídos em tudo o que se refere de modo específico ao ministério sagrado [...] na administração paroquial e no cumprimento de todos os outros encargos (Código de Direito Canônico, no 256, 1997, p. 115).

Nogueira (2008) corrobora com a importância dos conhecimentos de gestão aos sacerdotes, salientando que em relação à parte administrativa, a paróquia deve

assemelhar-se a uma gestão institucional geral. De acordo como o autor, devemos “organizar a paróquia da mesma forma que organizamos uma empresa cada departamento com suas funções definidas e responsabilidades especificadas claramente” (NOGUEIRA, 2008, p. 34).

Neste interim, em uma abrangente obra sobre Administração diocesana e paroquial Delaméa (2006) advoga pela instauração de uma administração eclesiástica contemporânea e de qualidade, que considere o todo operacional e funcional das organizações qualificadas da Igreja, os distintos patrimônios, como o patrimônio humano operativo-laborioso, o técnico-jurídico, o dos bens temporais, o intelectual, e o histórico-cultural e o religioso. Conforme advertem Gomes e Rigoni (2021, p. 93):

A paróquia sendo uma estrutura eclesial administrativa composta pelos membros ativos, tais como o pároco e os conselhos pastorais e econômicos atuam também como pessoa jurídica perante os órgãos civis e tem responsabilidades de diversas naturezas para cumprir como, por exemplo, fiscais, (tributárias, previdenciárias) e jurídicas, necessitando estabelecer parâmetros gerenciais para que todo o processo de evangelização e santificação esteja salvaguardado. Portanto, não é uma ação estanque e individual dos tipos: vou administrar. Vou evangelizar. Vou cuidar dos interesses eclesiásticos. Vou cuidar dos bens eclesiásticos. Na realidade, existe uma linha de ação única que inicia na missão, a saber: A missão coloca o foco da organização sobre a ação.

Nesse sentido, Pereira (2020, p.3) esclarece que “a boa administração paroquial deve conjugar a eficiência do mundo com os princípios de humanidade que caracterizam os discípulos de Cristo”. Ainda conforme o autor:

A boa administração paroquial deve conjugar a eficiência do mundo com os princípios de humanidade que caracterizam os discípulos de Cristo. Deve ter a eficiência do mundo, pois ‘a paróquia legitimamente erigida tem, ipso iure, personalidade jurídica própria’ (Código de Direito Canônico, 515, §1), mesmo que na sua organização civil seja considerada ora filial, ora extensão da diocese [...] A paróquia é uma instituição religiosa, mas possui personalidade jurídica própria, está sujeita às leis do Estado brasileiro. Deve, portanto, prestar conta da sua administração não só a mitra diocesana, à Receita Federal. Deve atuar com a legislação vigente no Estado Brasileiro, com todos os direitos e deveres que lhe são próprios diante dos poderes públicos.

Para Durker (2001) a missão paroquial no sentido empresarial sinaliza a necessidade de organização e gestão para alcance dos objetivos, mas sem dissociar da missão evangelizadora que é o foco central, de tal modo que os planejamentos referentes a suas missões empresariais e evangelizadora devem ser integrados.

Não se trata apenas de falar de Deus, mas vivenciar a Palavra de Deus, de modo que reflita nas atitudes, tendo coerência com a própria fé e as regras estabelecidas pela lei civil. Nessa perspectiva, Bach (2007, p.16) salienta, “quando se trata do cuidado com a administração dentro de um contexto de Igreja não podemos pensar que estamos isentos de qualquer tipo de lei ou orientação”. Ou seja, as leis civis de cada país influenciam na organização de cada Igreja particular – Diocese, e complementa Bach (2007, p. 21) “A caridade deverá ser sempre o nosso diferencial. Mesmo inseridos numa sociedade capitalista e consumista”.

É importante ressaltar que na seara da gestão paroquial “não existe a pretensão de priorizar a gestão e inferiorizar a espiritualidade, mas articular de uma maneira satisfatória estes dois pilares. Percebe-se que nos dias atuais uma organização cristã sem gestão fracassa e se lhe faltar a espiritualidade se esvazia” (PEREIRA NETO; FERREIRA, 2011, p.16).

Enfim, é importante repensar a organização e implementar coordenadamente os novos paradigmas da evangelização, adaptando-se ao ambiente contemporâneo. Diante disso Oriolo (2018) destaca a importância da gestão para realidade paroquial para melhor se organizar a missão evangelizadora.

3.2.1 Gestão econômica e captação de recursos

Na visão de Pereira (2020, p. 2) o cenário contemporâneo exige “uma profunda coerência evangélica e eficiência na gestão da vida espiritual, pastoral, na administração dos bens e recursos econômicos da Igreja”. É importante reconhecer que os bens da Igreja se destinam ao alcance das finalidades eclesiais, notadamente a sustentação do clero, culto ao divino, apostolado, obras de caridade, entre outros, o que compele há uma atenção na administração dos recursos para que os serviços atinjam seus escopos (GOMES; RIGONI, 2021).

A gestão financeira é “gestão dos fluxos monetários derivados da atividade operacional, em termos de suas respectivas ocorrências no tempo” (CHENG; MENDES, 1989, p. 1). Os estudos de Cheng e Mendes (1989) evidenciam a relevância da gestão financeira das instituições para subsidiar o processo decisório e a avaliação dos custos de oportunidades, destacando a responsabilidade dos gestores quanto à gestão econômica.

É importante reconhecer que, o fato de o lucro não ser o objetivo primordial da gestão paroquial não torna desnecessária a gestão financeira das paróquias. Como bem esclarece Pereira (2011) a dimensão financeira é fundamental para o seu desenvolvimento, de modo que a boa gestão paroquial deve primar tanto pelo aspecto pastoral, quanto pelo financeiro.

A administração na organização religiosa possui similaridades com uma empresa, tais como: responsabilidades civis com o número de CNPJ e com as leis trabalhistas no que se refere a contratação de funcionários. A diferença central reside no fato de que a Igreja é um agente do bem comum, que é a evangelização.

O Código de Direito Canônico estabelece a necessidade da gestão financeira das paróquias se desenvolver por meio de um conselho de assuntos econômicos, de modo que em cada paróquia tenha, conforme o previsto no §1 dos cânones 537, “conselho econômico, que se rege pelo direito universal e pelas normas dadas pelo Bispo diocesano; nele os fiéis, escolhidos de acordo com essas normas, ajudam o pároco na administração dos bens da paróquia”. Além disso, Código de Direito Canônico, nos Cânones 1277 a 1282, normatiza:

Para praticar atos de administração que, levando-se em conta a situação econômica da diocese, são de importância maior, o Bispo diocesano deve ouvir o conselho econômico e o conselho dos consultores, necessita, contudo do consentimento desse conselho e também do colégio dos consultores [...]. Todos os que participam por título legítimo, clérigo ou leigos, na administração dos bens eclesiais devem cumprir seus encargos em nome da Igreja de acordo com o direito.

Para realizar suas funções, os recursos são arrecadados através da devolução do dízimo dos paroquianos e a eles tais benefícios retornam. Os principais benefícios são: construção e manutenção de Igrejas, espaços e subsídios necessários para a vivência das celebrações, sacramentos, formações e encontros. Esses benefícios fazem parte das dimensões do dízimo que são: dimensão religiosa, eclesial, missionária e caritativa. Ou seja, a Igreja apenas administra os recursos, devendo inclusive informar como estes foram empregados (NOGUEIRA, 2008).

Também Nogueira (2008, p. 41) já enfatizava que “a administração econômica em nada poderá denegrir a Igreja; muito pelo contrário, servirá de exemplo, pois é perfeitamente possível conciliar rentabilidade, eficiência e organização sem recorrer a mecanismos incompatíveis com a ética e a moral cristã”.

3.2.2 Secretaria Paroquial e seu papel na Igreja de Saída

Inicialmente é preciso ter em mente que “o serviço na secretaria é compreendido como serviço ao Reino de Deus, à Igreja, à comunidade e aos irmãos e irmãs na fé, bem como àqueles que estão mais distantes e precisam ser ungidos no bálsamo do amor de Deus” (CARVALHO; ESPONTON, 2021, p.1). Completando esse entendimento Dall’O (2020, p. 89) confere:

A secretaria paroquial, é a porta de entrada para “acolhida” ou “expulsão” das pessoas que se achegam a paróquia. É o cartão de visitas. Na estrutura organizacional da paróquia, a secretaria ocupa um lugar de destaque e deve ser conduzida com competência e lealdade. Quem exerce a função precisa conhecer o ambiente, entender a sua missão, e estar junto com cada um dos colaboradores, orientando, motivando, treinando e desenvolvendo-os nas suas melhores aptidões e potencialidades. Assegurar integração, harmonia e efetividade – eficiência e eficácia – entre os diversos segmentos da paróquia.

Seguindo os preceitos da *Evangelii Gaudium*, Pereira (2016) destaca que numa paróquia não se pode negligenciar a caridade evangélica e o amor ao próximo, sendo inconcebível que, numa época em que a Igreja clama pela renovação, o expediente não seja incluído. A paróquia não pode ser vista como uma empresa ou como certas repartições públicas, ao contrário deve ser espelho do atendimento humanizado, missão que começa nas suas secretarias.

Desse modo surge a necessidade de investir nas pessoas que atuam nas secretarias, qualificá-las para a conjuntura paroquial renovada. Sob tal enfoque, Carvalho e Esponton (2021) compreendem os secretários e secretárias como evangelizadores no coração das comunidades paroquiais, num serviço no qual doam de si na alegria de anunciar o evangelho e de vive-lo, contagiando a todos e edificando o povo de Deus.

Neste contexto, Pereira (2020) defende que na administração paroquial é indispensável que os presbíteros se cerquem de leigos experientes e competentes em economia, administração, direitos e outras ciências afins, com fulcro numa administração mais eficiente e que conduza a consecução da missão da paróquia mais alinhada com os preceitos do EG.

Neste sentido Gomes e Rigoni (2021, p. 91) consignam que:

Desta forma, contextualizando o papel do leigo e da leiga a serviço da gestão paroquial, contemplamos sua clara função de santificar, ensinar, governar e prestar serviço como Povo de Deus (fiéis batizados), inserido nas diversas possibilidades e nos inúmeros desafios decorrentes da execução dessa administração exigente e complexa.

Se a missão da renovação é abrir as portas da Igreja, acolher todos que queiram ser Igreja e é levar a Boa Nova para construir o Reino de Deus, não há como fazer isso sem que aqueles que fazem o acolhimento inicial tenham o decido zelo e cuidado. Assim como a Igreja deve manter-se em constante renovação, a secretaria paroquial deve acompanhar tal dinâmica. O cenário contemporâneo exige o acompanhamento das demandas da atualidade e é justamente nesse contexto que Pereira (2016) afirma, num guia prático para a formação de secretárias(os) paroquiais, que:

[...] surge o apelo para formação permanente e integral da pessoa, a sua capacitação, a atualização das secretárias e secretários, para que possam contribuir com a paróquia e a Igreja, buscando novos conhecimentos e aplicando novas tecnologias, sem perder aquilo que é essencial: o acolhimento fraterno, humano, que revele Deus (PEREIRA, 2016, p. 5).

O autor observa ainda que as pessoas que atuam no expediente paroquial devem ter uma formação que enfatize valores morais e éticos, não se esquecendo de valores cuja importância não se esvai no tempo, tais como gentileza, educação, bondade, acolhimento fraterno, honestidade e empatia. Dentre esses, a capacitação para o acolhimento e seus desdobramentos é destacada como fundamento de maior importância, pois ele reflete diretamente a missão daqueles que atuam no expediente paroquial (PEREIRA, 2016).

Carvalho e Esponton (2021) enfocam o secretário e secretária paroquial sob a perspectiva da acolhida, manifestada em ações e atitudes que subsidiem o desenvolvimento do trabalho na perspectiva da espiritualidade cristã “olham para a pessoa da secretária e do secretário paroquial sob o aspecto da capacidade de acolhida e de serviço manifestadas em atitudes e ações que possibilitam realizar seu trabalho na perspectiva da espiritualidade cristã.”

A secretaria paroquial teve suas funções ampliadas ao longo da história, se antes secretárias e secretários eram vistos somente como simples atendentes, telefonistas ou pessoas que realizavam atividades puramente mecânicas e

operacionais, no cenário atual a realidade é outra. Como bem assevera Pereira (2016), as concepções reducionistas da missão dos secretários paroquiais não se sustentam, o secretário se insere cada dia mais no dia a dia da paróquia.

Como bem acrescentam Carvalho e Esponton (2021, p. 6):

O trabalho da secretária e do secretário paroquial não se resume a uma simples organização burocrática da paróquia ou ao auxílio na articulação pastoral. É um serviço prestado à comunidade cristã e deve ser visto como um ministério. [...] na secretaria paroquial a vida, em sua totalidade acontece diariamente.

Cabe ressaltar que o trabalho técnico, administrativo e financeiro continua sendo realizado, todavia, com o foco na caridade pastoral, revelando um secretariado que precisa acolher com atenção e carinho. Diante disso, se ratifica o papel estratégico que o secretariado paroquial vem assumindo, sobretudo com foco no acolhimento, e tal realidade destaca também a necessidade de preparo e capacitação para que os secretários e secretárias desempenhe com eficiência a missão que lhes é dada (PEREIRA, 2016).

No entanto, para Carvalho e Esponton (2021) é preciso ressaltar a qualificação do secretariado paroquial não se limita a perspectiva simples da capacitação técnica, ou conceitos frios de qualidade, competência e produtividade, a capacitação que se evidencia diante das premissas do EG é aquela que ressignifica e dignifica a vivência do secretariado paroquial em termos de participação na missão da Igreja: anunciar Jesus Cristo.

3.2.3 Gestão partilhada e para a missão

A missão é o eixo norteador da Igreja, e desde a V Conferência Episcopal Latino-Americano e Caribenha, vem sendo colocada como a “condição imprescindível para a renovação da Igreja em geral e da paróquia em particular” (REINEIRT, 2014, p.196), evidenciado a perspectiva missionária da renovação, e consequentemente incitando a gestão para a missão.

Segundo postulado por Dall’O (2020, p. 22) “a missão é constitutiva da identidade da Igreja, chamada pelo Senhor a evangelizar todos os povos. Sua razão

de ser e agir como fermento e como alma da sociedade, que deve renovar-se em Cristo e transformar-se em família de Deus”.

A atividade missionária da Igreja depende de uma gestão que, sopesando os parâmetros pastorais e hierárquicos, consiga direcionar os esforços comuns para cumprimento dos encargos da Igreja, respeitando a autonomia proposta pelo Concílio Vaticano II e aceitando a participação de clérigos e leigos (GOMES, RIGONI, 2021).

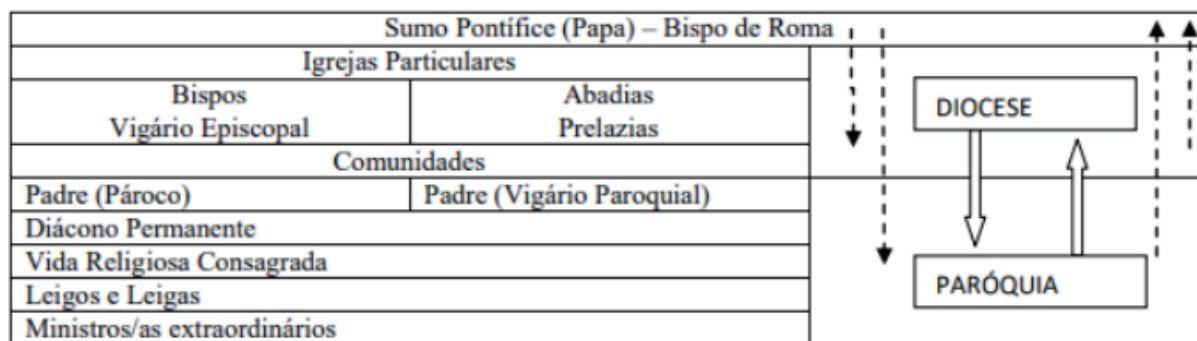
Como ensina Alves (2017) as diretrizes preconizadas na “Nova Paróquia”, identificada como comunidade de comunidades, incitam uma administração compartilhada, comunitária, representativa e participativa. Desta forma, a renovação paroquial incitada no cenário contemporâneo não coaduna com a centralização, atitudes despóticas e tampouco a concentração do poder por parte do pároco.

O cenário moderno compele a uma administração paroquial alinhada aos diversos contextos eclesiais e competente para gerir o universo paroquial que compreende desde finanças, patrimônio, pessoas e voluntários, até a gestão espiritual e pastoral (PEREIRA, 2012).

Neste contexto, sopesando os direcionamentos do Sumo Pontífice atual, é indispensável que episcopos, presbíteros, diáconos, religiosos e leigos atuem de forma partilhada, com fundamento nos critérios de uma Igreja universal, buscando a coerência entre a administração e a evangelização (GOMES; RIGONI, 2021), isso porque a sinodalidade implica num “caminhar juntos”, assumindo a verdadeira feição de comunidade paroquial (CARREIRA, 2021).

Diante disso, a renovação paroquial compele que “sacerdotes se tornam autênticos educadores dos leigos, criando neles uma consciência de pertença à comunidade e de compromisso, incentivando-os a assumir a iniciativa e a plena responsabilidade nas tarefas da Igreja” (REINERT, 2014, p 68).

Para melhor compreender as perspectivas da gestão partilhada, deve-se ter em mente que a paróquia tem parâmetros hierárquicos que administrativos que subsidiam a gestão e os atos de administração. É nesse sentido que Gomes e Rigoni (2021) introduzem os debates, sobre as possibilidades e desafios da gestão paroquial no cenário contemporâneo, com a apresentação do quadro a seguir:



Quadro - Parâmetros Hierárquicos Pastorais e Administrativos na Igreja Católica

Fonte: Gomes e Rigoni (2021, p.90)

Depreende-se que a estrutura administrativa atual, além de compor-se pelos clérigos, em razão da própria constituição hierárquica da Igreja, vem abrindo espaço cada vez maior a participação e cooperação dos leigos. Os leigos assumem relevante papel tanto na evangelização, quanto na administração, estando cada vez mais inseridos nos cuidados com os bens eclesiais e nas atividades eclesiais, como bem ilustrado a seguir:

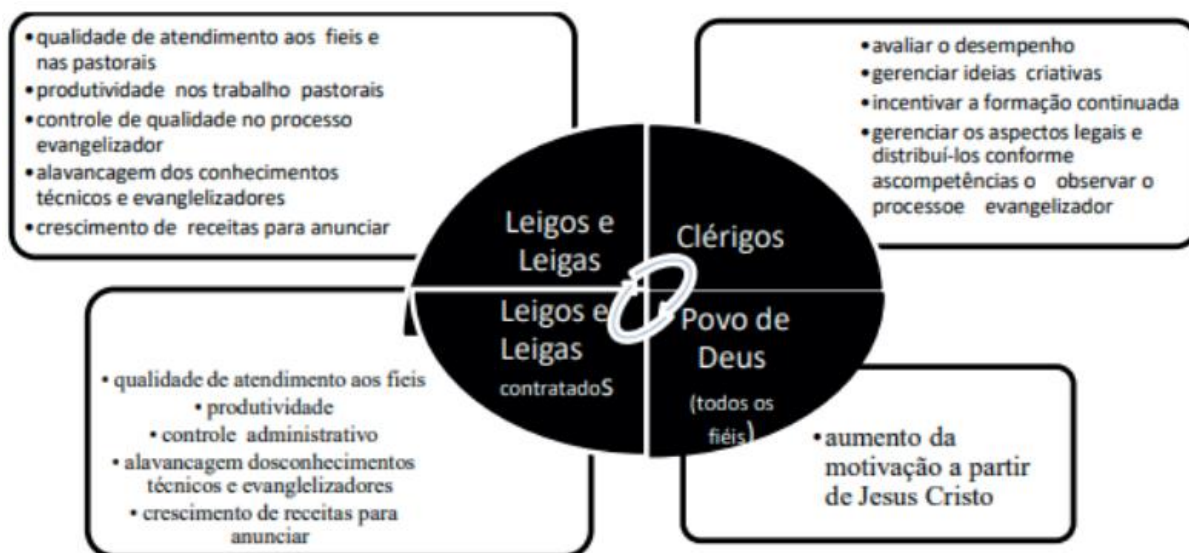


Figura - Critérios práticos para tratar do tema evangelização e administração

Fonte: Gomes; Rigoni (2021, p.99)

Nesse ínterim, Prete e Pette (2003), aludem que a participação eficiente dos leigos nas tarefas administrativas das paróquias depende das orientações e treinamentos, para ampliação de seus conhecimentos e principalmente para o

desenvolvimento das habilidades comunitárias, gerenciais e pessoais, que alinhem seu desempenho com a missão evangelizadora.

A gestão partilhada parte dos pressupostos sublinhados no Concílio Vaticano II que preconizam a ação conjunta de clérigos e leigos na missão evangelizadora, reafirmando a necessidade de ação conjunta, através da qual os leigos de unem de forma consistente à estrutura clerical da Igreja (GOMES; RIGONI, 2021).

Segundo Dall'O (2020, p. 7) “a gestão eclesial paroquial participativa e processual, planeja que, a ação missionária seja o paradigma de toda obra da Igreja, passando de uma pastoral de mera conservação para uma pastoral decididamente missionária”.

A Igreja é impelida a manifestar-se com “novo ardor missionário”, como “mãe que vai ao encontro, uma casa acolhedora, uma escola permanente de comunhão missionária”. É uma Igreja “em saída”, que vai ao encontro dos seus filhos e filhas antecipando-se (o Papa Francisco usa o neologismo “primeirear”). É importante frisar o vocábulo “Encontro” porque ele fornece a tônica e o sentido da Missão, que é o Encontro da Igreja com o Mundo, de Jesus Cristo com todas as pessoas e Povos. Como escreve Guerreira (1995, p.50):

Se a Igreja está constituída pela Missão, tem que romper uma tradição que baseia a ação eclesial somente no culto, tem que estabelecer o diálogo, tem que aprender com o mundo a eficácia em seus modos de lidar com as questões, tem que aprender a importância que os grupos sociais exercem sobre os indivíduos, tem que abrir suas fronteiras e reavivar suas forças missionárias.

É nesse cenário que a temática da missão se adentra na agenda eclesial de forma bastante significativa, sopesando uma nova compreensão eclesiológica, num diálogo com o mundo moderno e a cultura contemporânea, e rompendo com qualquer visão que não seja alinhada com o ideal de que a Igreja existe para evangelizar (REINEIRT, 2014).

Neste interim Reinert (2014) recorda que a evangelização é a mais profunda missão da Igreja desde os primórdios do cristianismo, sendo, de fato, a vocação e a graça da Igreja, pois é com a evangelização que se comunica e possibilita a experiência originária e salvífica.

O “ser missionário” deve ser latente e patente em todas as atividades eclesiais. De maneira especial, o Documento de Aparecida sublinha a necessidade de uma “formação permanente” da paróquia para a assunção da Missão, principalmente na área da Catequese.

Enfim, Debiadi (2021, p. 12) preconiza que “a comunidade paroquial é a Igreja do Evangelho e de Cristo, sinal e sacramento de salvação”. Para Reinert (2014) sua função principal é a missionária e evangelizadora, por isso, seguindo os postulados do Documento de Aparecida, o autor destaca a necessidade de transformar as paróquias em comunidades cristãs que irradiam a vida em Cristo.

3.3 Teologia da Paróquia Renovada

A paróquia não pode viver de forma isolada, tampouco voltar-se para si mesma, a renovação desponta exatamente para que a paróquia não distorça a sua missão e incite a dispersão. É nesse sentido que a teologia da paróquia renovada, aponta caminhos de conversão, mais ajustados aos anseios da comunidade contemporânea (SÁ, 2015).

A missão evangelizadora, ainda que seja uma ação eclesial sob o dinamismo do Espírito Santo, é também uma ação humana, sujeita as contingências da história, como qualquer outra ação. O apelo do Papa Francisco, verbalizado tanto na Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* (2013), como em seus gestos e atitudes para uma “Igreja em saída”, coloca todos os agentes internos da Igreja, numa nova postura, numa nova dinâmica, num novo estilo de anunciar o Evangelho no mundo atual, pois ele é “boa notícia”, e como tal, há de desencadear alegria, criatividade, ousadia, novas estruturas de acolhida, misericórdia, participação e, humanização.

À luz das premissas de uma Igreja de saída que se desenvolve no EG a Igreja tem que abrir as portas para os fiéis e se aproximar dos povos. A missão missionária tão proclama na EG implica em mudanças, numa renovação que consiga acolher melhor os povos no contexto contemporâneo. Isso deve ocorrer em toda Igreja, a adesão e participação nos ideais de uma Igreja de saída deve ser difundidos em todos os âmbitos da paróquia.

Para Dantas (2020, p. 36) “romper com esse paradigma não é algo simples, porque exige, tanto do Magistério como do fiel cristão, uma mudança radical de mentalidade, à luz do evangelho, antes que das normas e das regras doutrinárias muitas vezes impostas à força”.

A gestão paroquial renovada preconiza que a paróquia deve retomar valores que se perderam no tempo a fim de se aproximar das pessoas, e um dos pontos cruciais é reconhecer a Igreja, primordialmente, como um conjunto de pessoas e não como um local de culto (PEREIRA, 2016b). Diante disso, os estudos da Sá (2015, p. 3) preconizam que:

[...] a Igreja deve olhar, hoje, com especial atenção para a paróquia, a fim de questionar, com seriedade e prudência, as potencialidades e debilidades de uma instituição que, manifestamente, tem permanecido estagnada perante as sucessivas e vertiginosas metamorfoses que a sociedade hodierna vai sofrendo.

É nesse sentido que Habowski, Jacobi e Rocha (2016) pontuam que no cenário atual, num mundo feito de “muitos mundos” e realidades diversas que se transformam numa velocidade extrema, a Igreja e as estruturas paroquiais precisam se renovar para corresponder às necessidades. A Igreja precisa reconhecer a necessidade de ser de saída não no aspecto território, mas de saída em si mesma (DALL’O, 2020).

3.3.1 A espiritualidade da gestão paroquial

Não obstante parecer inequívoca a presença da dimensão espiritual na gestão paroquial, é um tópico cuja discussão se faz necessária em razão da sua importância. Sopesando os estudos de Dall’O (2020, p. 94) tem-se que:

[...] parece óbvio falar de espiritualidade num espaço eclesial, mas se faz necessário. Pode ocorrer que, devido às inúmeras atividades pastorais e compromissos administrativos, a dimensão da espiritualidade fique ofuscada ou em segundo plano dentro das ações missionárias da paróquia. Se isso ocorrer, a comunidade paroquial se esvazia, perdendo, assim, o seu sentido de Igreja missionária e de lugar privilegiado de encontro com Cristo.

A questão da espiritualidade na gestão desponta a partir da necessidade de coerência entre as funções administrativas e evangelizadoras (GOMES, RIGONI,

2021). Como bem explica Mikuszka (2019) a espiritualidade na gestão pastoral leva a agir na força do Espírito de Deus, sendo que toda ação provinda dessa dinâmica pode concretizar a experiência de Deus na História.

Considerando que “A paróquia é uma estrutura basilar para a experiência de fé vivida de forma comunitária” (SÁ, 2015, p. 46), ela é uma célula vital, “imprescindível para que todo o batizado possa ser formado na fé, alicerçado pela comunidade a fim de, em cada tempo, redescobrir a sua identidade cristã” (SÁ, 2015, p. 97).

A par disso, permanece válido o destaque feito por Pio XI, ao dispor que:

Uma verdadeira colaboração de todos, em vista do bem comum, não se estabelecerá senão quando todos tiverem íntima convicção de serem, membros de uma grande família e filhos de um mesmo Pai Celeste, de não formarem senão um só corpo no Cristo, do qual eles são reciprocamente, os membros que se um sofre todos sofrem (MARCH, 2001, p. 85).

É nesse contexto que a espiritualidade se desperta, tanto no que tange sua importância, quando a sua relação intrínseca com a religião e a religiosidade, isso porque o objetivo dessas é chegar a essência humana. Segundo Almeida (2021), somente se consegue de forma efetiva quando há uma predisposição a aceitar conceitos e fatos que transcendem o tangível.

A espiritualidade é uma questão que tem fomentado diversos estudos, tanto no âmbito da religião quanto no âmbito da saúde, ou na integração de ambos. A questão é que, em todo caso o bem-estar espiritual é uma variável de múltiplas facetas, positivamente associado tanto ao compromisso religioso, quanto à aspectos positivos da saúde psíquica e física, que em qualquer seara fomenta qualidade de vida e bem-estar dos indivíduos (HILL, PARGAMENT, 2003; ALMARAZ; et al, 2022).

A espiritualidade ampara a busca por respostas às questões existenciais e sentido da vida, é o amálgama das emoções positivas que une os seres humanos e a suas experiências com o divino, daí a sua relação com religião e religiosidade sempre ser colocada em destaque (FORTI; SERBENA; SCADUTO, 2020).

Para Forti, Serbena e Scaduto (2020, p. 1464) o conceito de espiritualidade pode ser observado sob dois pontos de vista distintos. No sentido primário, ela é compreendida como “uma busca pelo significado da vida e o relacionamento com o sagrado/transcendente”, porém há uma outra concepção que se refere a

espiritualidade como “manifestações humanas que buscam a superação de si, ou de obstáculos, no qual não há necessariamente uma ligação com o sagrado”.

Não se pode negar que há séculos tanto espiritualidade, quanto saúde, são relacionadas ao cuidado com as pessoas (STROPPA; ALMEIDA, 2009). Tanto é assim que, a própria Organização Mundial da Saúde reconheceu em 1988, sem qualquer juízo de valor quanto às práticas religiosas ou crenças, a dimensão espiritual no conceito multidimensional de saúde (OLIVEIRA; JUNGES, 2012).

Diante disso, muitos estudos, a exemplo de Hill e Pargament (2003), Sanchez e Nappo (2007), Lucchetti Lucchetti e Avezum Jr. (2011) e Almaraz et al (2022), trabalham a questão da espiritualidade no âmbito da psicologia e saúde têm um enfoque mais distante da questão religiosa.

Neste estudo o enfoque é mais alinhado à perceptiva da espiritualidade cristã, que em termos simples, concebe o encontro do ser humano com Deus, na pessoa de Jesus (MIKUSZKA, 2019). Como ensina Castro (2022), a espiritualidade cristã é uma espiritualidade concebida com solidariedade e comprometida com a realidade social, é um modo de ser cristão no mundo, deixando-se guiar pelo espírito de Deus.

Desta maneira, o primeiro ponto de vista, veiculado por Forti, Serbena e Scaduto (2020), é o que mais se adequa aos objetivos, bem como é aquele mais condizente com o relacionamento estreito entre espiritualidade, religião e religiosidade. Corroborando Gomes, Farina e Forno (2014, p.108)

[...] espiritualidade, religiosidade e religião, não são realidades estanques ou desconectadas uma da outra. Compreende-se que são experiências inseparáveis, uma vez que uma dimensão complementa a outra e todas elas remetem a pessoa para a relação com o transcendente na busca de significados da vida. Cada uma dessas dimensões revela sua peculiaridade tendo em vista a experiência de cada indivíduo.

A religião deve ser compreendida como prática que transcende a realidade, composta por crenças e ritos que levam a relação com o transcendente. (ZANGARI; MACHADO, 2018; GOMES, FARINA; FORNO, 2014). Na visão de Bonifati e Barros (2016, p. 71):

Para aquele que crê, a religião vem colocar ordem, organizar um universo caótico em termos de sentidos e significações, legitimando e fundamentando o existir humano em termos de referência, de alicerçamento para esse existir,

que deixa de ser, apenas, um simples existir humano para se converter em um existir sagrado. Um existir compreendido, justificado por uma realidade última, universal, sagrada.

Por seu turno, a religiosidade estabelece o elo entre a religião e as pessoas, como forma que esses vivenciam a religião, em outros termos a e prática do crente, geralmente relacionada com uma instituição religiosa (ZANGARI; MACHADO, 2018; GOMES, FARINA E FORNO, 2014).

A espiritualidade é um elemento facilitador da experiência religiosa, do equilíbrio e bem-estar dos indivíduos. Enquanto a religião relaciona mais as normas e dogmas, a religiosidade é a dimensão pessoal da religião, ou seja, é uma expressão característica da espiritualidade. Contudo, não obstante algumas distinções conceituais, os três elementos devem ser compreendidos de forma conjunta, especialmente porque se pode dissociar religião, religiosidade e espiritualidade do universo maior da experiência religiosa e sua dimensão espiritual (OLIVEIRA; JUNGES, 2012).

Neste interregno, a espiritualidade desponta como o elo entre religião e religiosidade, podendo ser abarcada como o “coração e alma” da religião, que tanto se expressa na fé pessoal dos religiosos, quando por pessoal que não são formalmente religiosas (HILL, PARGAMENT, 2003). O que para Gomes, Farina e Forno (2014) sustenta o sentido da espiritualidade como uma dimensão mais abrangente que a religião/religiosidade:

A espiritualidade é a dimensão peculiar de todo ser humano e o impulsiona na busca do sagrado, da experiência transcendente na tentativa de dar sentido e resposta aos aspectos fundamentais da vida. A espiritualidade não é monopólio das religiões ou de algum movimento espiritual. Ela é inerente ao ser humano. É a dimensão que eleva a pessoa para além de seu universo e a coloca frente as suas questões mais profundas, as que brotam da sua interioridade. (GOMES, FARINA E FORNO, 2014, p. 109).

A inteligência espiritual favorece a orientação dos indivíduos tanto nas questões transcendentais que dão sentido à vida, o que no cerne da religiosidade proporciona uma experiência singular de encontro consigo, com os outros seres-humanos, com o transcendente e com o universo, contribuindo para que os indivíduos consigam sobrepujar a si mesmo e os obstáculos, e atinjam realidades desconhecidas que superem seus limites (OLIVEIRA; JUNGES, 2012).

Diante do exposto, vale mencionar o exemplo de Rodrigues (2020), que compara a espiritualidade com a seiva de uma árvore, “não está à vista, mas nutre, faz crescer e produz fruto”, para incitar a reflexão sobre a necessidade da espiritualidade na gestão paroquial.

Desde o papado de João XXII, a uma ressignificação da inserção da Igreja na sociedade bem como a promoção da necessidade da revisão das ações pastorais (MARCH, 2011). Reestruturação que tem sua importância ainda mais evidente na renovação incitada pela *Evangelii Gaudium* visando reforçar ações de comunhão e promover a evangelização (MULLER, 2018).

A Igreja em saída preconizada no papado de Francisco é uma Igreja evangelizadora que precisa buscar a modernidade no seu caminho para se adequar aos novos tempos, principalmente no que concerne a dimensão da gestão, que deve ser exercida com foco nas características fundamentais preconizadas pela EG, tais como a tradição comunitária e apostólica e a missionariedade (GOMES; RIGONI, 2021).

Sendo a paróquia um organismo de evangelização (SÁ, 2015), e a espiritualidade o elemento que promove a maior conexão entre o ser humano e o divino (RODRIGUES, 2020), não há como promover uma gestão paroquial à luz de uma Igreja em saída de forma dissociada da espiritualidade. Corroborando Mikuszka (2019, p. 01) consigna:

Gestão pastoral significa coordenar os ministérios eclesiais para que realizem a ação de modo organizado e processual. Sem a gestão pastoral, pode-se desabar no caos, no voluntarismo, no amadorismo, na improvisação e gastar energia desnecessária. **Gestão com espiritualidade implica unir o mundo da razão com o mundo da fé. Jesus cultivava uma espiritualidade envolta pela partilha, solidariedade e fraternidade.** (grifo nosso)

Como bem aludido por Gomes e Rigoni (2021), a gestão paroquial deve alinhar uma perfeita sintonia espiritual e pastoral, tendo em vista que “São deveres que se reclamam mutuamente, não podendo um ser separado dos outros” (Carta enc. Deus caritas est, 2015§25), e tão pouco distantes do propósito de bem gerir os bens eclesiais” (GOMES; RIGONI, 2021, p. 94).

É nesse contexto que a espiritualidade deve ser vista como algo que o ser humano se utiliza, bem como uma construção constante, considerando que o próprio

ser humano é um processo e a espiritualidade é a busca deste ser no mundo de uma forma supersensível, o que permite ao ser humano superar as barreiras e encadear os sentidos da vida e religião, superando as contradições (ALMEIDA, 2021).

Daí a destaque dado por Mikuszka (2019) da importância da espiritualidade na gestão pastoral, para que os ministérios eclesiais se tornem mais eficazes em suas ações. Segundo o missionário:

Ações revestidas de espiritualidade influem no modo de pensar, sentir e agir. Sem espiritualidade, causam fracassos. Técnicas e habilidades para promover a ação são importantes, mas sem espiritualidade o trabalho pode ser asfixiado por interesses próprios. A gestão pastoral depende da espiritualidade, que remete a viver as recomendações do Evangelho: fraternidade, solidariedade e anúncio da mensagem ao mundo. Jesus fez o que fez porque em tudo envolveu a espiritualidade (MIKUSZKA, 2019, p. 1).

Neste sentido, a prática da espiritualidade deve ser “um exercício diário e permanente, que consiste basicamente na busca pelo contato com a essência e na procura pela conexão entre esse eu interior e o universo em que se está inserido” (SILVA; SILVA, 2014, p. 208), o que certamente incita a maior eficiência na gestão paroquial já que para Almeida (2021) a espiritualidade auxilia a encadear os sentidos e superar as contradições.

Por isso a gestão não pode ser dissociada da espiritualidade, uma vez que conforme Castro (2022), ela direciona o ser cristão no mundo moderno, incitando ações guiadas pelo espírito que animou Jesus. Corroborando Gomes e Rigoni (2021) elucidam que na comunidade paroquial a administração dos bens e gestão e pessoas deve ser realizada sob o viés da espiritualidade, pois disso depende o desempenho eficiente da gestão da Igreja, pois incita a competência gestora, subsidiada pela sintonia espiritual e pastoral.

Neste esteio os autores advertem que a administração e evangelização devem ser geridas de forma coerente, sobretudo porque “A administração dos bens eclesiais está a serviço da Igreja e a serviço da Evangelização, que é o fim de todas as atividades da comunidade Cristã, na organização eclesial” (GOMES; RIGONI, 2021, p. 96).

4 PARÓQUIA RENOVADA À LUZ DA *EVANGELII GAUDIUM*

A perspectiva do Papa Francisco elucida uma nova era para a Igreja: essa incita uma profunda transformação que tem no Evangelho a principal missão a ser alcançada (ORIOLO, 2018). Em verdade, a própria eleição do Papa, uma pessoa com perfil totalmente inovador se comparado as escolhas realizadas até então, já demonstra de forma clarividente a compreensão de que a transformação é necessária para atender as necessidades do mundo contemporâneo.

Para Silva, Tessarole e Brito (2021) a reorganização das estruturas paroquiais, e a própria reorganização da instituição religiosa como um todo, é necessária para se assegurar diante dos desafios do cenário contemporâneo, sendo a única alternativa para que a Igreja atinja seus objetivos como instituição missionária.

Nesse contexto a renovação paroquial se apresenta como uma abertura da Igreja, onde as características da comunidade são evidenciadas e as ações são dirigidas para orientar e direcionar a consciência dos povos para os caminhos do evangelho e, conseqüentemente a construção de uma sociedade mais justa e crente em Deus. Assim, é uma tarefa na qual a ação pastoral deve ser repensada para a efetividade da missão evangelizadora.

Sopesando que o texto da *Evangelii Gaudium* “O Evangelho, onde resplandece gloriosa a Cruz de Cristo, convida insistentemente à alegria” (EG, n. 5). A evangelização é a ponte de transmissão da fé, daí a necessidade de a Igreja esforçar-se à conversão que lhes restitua a alegria da fé e o desejo de se comprometerem com o Evangelho (EG, n. 14).

É nesse contexto que surge a necessidade de transformação da Igreja, e a “Igreja em Saída” ganha destaque com uma proposta de inclusão real, atendendo aos preceitos do evangelho e superando os dogmas de uma Igreja acomodada e limitada “aos seus próprios muros”, enfim uma Igreja que vai de encontro a todos.

[...] a evangelização está essencialmente relacionada com a proclamação do Evangelho *àqueles que não conhecem Jesus Cristo ou que sempre O recusaram*. Muitos deles buscam secretamente a Deus, movidos pela nostalgia do seu rosto, mesmo em países de antiga tradição cristã. Todos têm o direito de receber o Evangelho. Os cristãos têm o dever de o anunciar, sem excluir ninguém, e não como quem impõe uma nova obrigação, mas como quem partilha uma alegria, indica um horizonte estupendo, oferece um

banquete apetecível. A Igreja não cresce por proselitismo, mas 'por atração' (EG, n. 14);

Diante disso, o presente capítulo busca apresentar as novas perspectivas da Igreja, com fulcro na compreensão dos motivos que incitam cada dia mais uma gestão eficiente para que a missão da Igreja seja alcançada. Busca-se apresentar contribuições para o entendimento do real sentido da paróquia no cenário contemporâneo, sua missão e as ações necessárias para o alcance de seus objetivos.

4.1 Compreensão do significado de Paróquia

Scherer (2011) elucida que a paróquia é, na expressão local e concreta, aquilo que a Igreja é no seu todo. Para o autor ela é o local onde a Igreja manifesta de maneira próxima e perceptível a sua vida e sua missão. Sá (2015, p. 5) evidencia que a concepção atual da paróquia “é uma herança de muitos séculos e, hoje como no passado, esta apresenta desfasamentos, debilidades e potencialidades acrescidas para concretizar a sua missão”. Seguindo tal visão, para Habowski, Jacobi e Rocha (2016) a compreensão do desenvolvimento estrutural das paróquias perpassa pela abordagem da etiologia do vocábulo e seu histórico.

Diante disso, convém inicialmente ressaltar que o Dicionário de Religiosidade Popular informa que o termo “do grego, conjunto de casas próximas. No séc. III, a palavra ‘paróquia’ indicava as comunidades eclesiais. Hoje significa parte da diocese ou prelazia, com Igreja matriz própria, sob a direção de um pároco ou ‘vigário’ (termo popular)” (SILVA; TESSAROLE; BRITO, 2021, p. 101605).

Nos termos do Código de Direito Canônico, a definição de paróquia a partir da etiologia do vocábulo pode-se inferir que “paróquia provém do grego para-oikia, ou seja, aquilo que se encontra perto ou a redor da casa (supõe-se “do Senhor”, ou seja, da Igreja)” (SILVA; TESSAROLE; BRITO, 2021, p. 101607). Corroborando, Souza (2014, p 160) informa que:

O termo ‘paróquia’ é de origem grega. O verbo paroikêin tem vários significados: viver junto a, habitar nas proximidades, ser estrangeiro, habitar como peregrino em qualquer parte (Lc 24, 18 discípulos de Emaús). O substantivo paroikía pode ser traduzido por morada em terra alheia,

estrangeira (At 13,17). O adjetivo pároikos equivale a vizinho, próximo, que habita junto a, que está situado junto a (At 7, 6.29; 1 Pd 2,11; Ef 2, 19).

Em direcionamento semelhante Habowski, Jacobi e Rocha (2016) aludem que a raiz grega do termo é encontrada na literatura bíblica. A partir disso evidenciam a paróquia como substantivo, verbo e palavra, designando respectivamente estrangeiro migrante (substantivo paroikía); “habitar nas proximidades” e/ou “viver junto a” (verbo paroiken); e sua interpretação semântica que traz a ideia de “habitação em casa estrangeira” e/ou “que habita junto” (palavra paroikós).

Desse modo, os autores elucidam que o sentido bíblico de paróquia é essencialmente pascal, remetendo assim “a consciência do povo de Deus, que vive nesse mundo, peregrino, em busca da terra prometida, encontrando seu lugar de acolhida e fraternidade, conforme Ef 2,19: “Já não sois estrangeiros, mas membros da família de Deus” (HABOWSKI; JACOBI; ROCHA, 2016, p. 20).

Revalorizando o sentido do termo, o Código de Direito Canônico de 1983 refere-se a paróquia como “uma determinada comunidade de fiéis cristãos, constituída de modo estável na Igreja particular, cuja cura pastoral, sob a autoridade do Bispo diocesano, está confiada ao pároco, como a seu pastor próprio (cân. 515)” (SÁ, 2015, p. 19-20).

Destarte, “paróquia” é um termo que pode assumir vários significados e cabe, numa interpretação contextualizada, entender o sentido do vocábulo aplicado ao Povo de Deus, concebendo a *poroikía* como uma eterna aliança entre a Igreja de Deus e de Cristo e o Povo de Deus (SOUZA, 2014).

É preciso destacar que o termo paróquia não foi inicialmente utilizado para denominar as comunidades cristãs, ou as formas primitivas do que ao longo da história caracterizariam tais comunidades. A origem grega do termo está relacionada às características observadas nos primórdios do cristianismo que conecta o termo paróquia aos atributos dos primeiros cristãos e suas formas de ação apostólica (HABOWSKI; JACOBI; ROCHA, 2016, p. 20).

Por seu turno, na visão de Florestán (1995) o termo pode ser analisado sob dois enfoques, um eclesial, sob a perspectiva de que a paróquia é um sacramento que representa a Igreja visível, e outro sociológico, ao passo que consubstancia um sistema de relações sociais.

Na perspectiva teológico-canônica, baseada na eclesiologia de comunhão, têm-se o conceito de paróquia estabelecido pelo Código de Direito Canônico de 1983, segundo o qual ela é “uma determinada comunidade de fiéis, constituída de modo estável na Igreja particular, cujo cuidado pastoral sob a autoridade do bispo diocesano, se entrega a um pároco, como pastor próprio (CDC 515, §1)” (ORIOLO, 2018, p. 15).

Neste ponto, atentando para autonomia do pároco, vale mencionar que:

A autonomia pastoral do pároco permite que ele governe sua paróquia de modo descentralizado e participativo, e estimule existência de CEBs e Pastorais voltadas para a ação transformadora no mundo. Nada garante, porém, que quando ele for substituído por um padre com orientação pastoral diferente, mantenham-se a descentralização, a participação e a ação transformadora. Daí a inadequação estrutural da paróquia à proposta de Igreja em saída, pelo menos enquanto vigorar o atual Código de Direito Canônico (OLIVEIRA, 2016, p. 651-652).

Retomando a análise do significado de paróquia, como o seu surgimento remete a reunião dos fiéis de certa localidade, seu conceito é bastante atrelado ao de comunidade, palavra de originada no latim *communitas* e *communis*, que designa “algo em comum”, “comum-idade”, ou seja, relaciona uma organização consciente com algum traço de união, irmanados por um mesmo legado histórico e cultural, e ainda que possuam interesses em comum (SILVA; TESSAROLE; BRITO, 2021).

No Documento de Estudos da CNBB, o conceito de paróquia surge inicialmente atrelado ao conceito de diocese, mas com o passar do tempo, novas configurações de comunidades cristãs (Igrejas Domésticas) foram alterando essa perspectiva, cedendo espaço para as paróquias territoriais. A partir do desaparecimento das fronteiras entre a comunidade eclesial e a sociedade civil, nasce um modelo de Igreja paroquial que guarda grandes semelhanças a configuração da paróquia atual, cujo conceito não se atrela ao de diocese, embora ambas mantenham a evangelização como finalidade precípua (PEREIRA, 2020).

Ao longo da história não existe “paróquia” e sim “paróquias”. Reinert (2014) usa desse trocadilho para evidenciar que as instituições paroquiais mudam ao longo dos anos sob influência dos contextos no qual se inserem. Assim, o que se tem atualmente é uma paróquia cuja estrutura é configurada pela vocação comunitária, além de fortemente influenciada pelo compromisso evangelizador e função missionária.

A paróquia é uma “instituição eclesial antiga e atual que, nas características que apresenta e pela densidade teológica e pastoral que comporta, deve ser constantemente refletida, valorizada e questionada” (SÁ, 2015, p. 09). Na visão de Floristán (1993), é o local principal no qual se vivencia quantitativamente a vida cristã.

4.2 Comunidade Paroquial

A paróquia “é uma comunidade organizada de batizados, de bens espirituais, simbólicos e materiais, de organizações e iniciativas, que fazem a Igreja acontecer num determinado espaço e contexto” (SCHERER, 2011, p. 2). As paróquias são instituições comunitárias que, ao seu modo, consolidam a identidade da Igreja católica e facilitam a relação com a comunidade (SÁ, 2015). Como estabelecido por Reinert (2014, p. 175):

É a paróquia uma comunidade que concretiza o mistério de comunhão que é a Igreja. É uma comunidade de fé, uma comunidade eucarística, uma vez que a eucaristia é o centro da vida paroquial; uma comunidade ecumênica, porque aberta a todas as instâncias. É ela a concretização da Igreja local por possuir todos os elementos da mesma. Ecumênica no sentido de estar aberta a todas as pessoas, condições social e econômica, sem qualquer distinção.

Compreendido o significado de paróquia, é preciso agora entender as dimensões da comunidade paroquial, especialmente pela perspectiva de união comunitária se conectadas aos preceitos que incitam a renovação numa Igreja em saída. Para melhor compressão, observe inicialmente as características da paróquia nas três dimensões abordadas ao longo do estudo de Sá (2015):

Perspectiva	Característica
• canónica	• paróquia não é definida como um território, mas como uma comunidade de fiéis. • prioriza o serviço da palavra e a indispensabilidade dos sacramentos da cura. • embora o pároco seja importante, seu papel não é destacado.
- teológica	- a paróquia não é a estrutura essencial da Igreja, é a Igreja local derivada, não plena; - a ação pastoral da paróquia e a pastoral diocesana devem estar em plena sincronia;

	- não pode haver dicotomia ou separação entre a ação pastoral da paróquia e a pastoral diocesana; - as comunidades têm como caminhar rumo à unidade; - valoriza a harmonia pastoral, como reflexo da unidade e da comunhão intensa entre o bispo diocesano e os seus presbíteros.
❖ pastoral	❖ a dimensão pastoral de qualquer paróquia se nutre de certas características, tais como a comunitária, a popular e aquela que conduz à unidade pastoral; ❖ a paróquia deve ser uma célula comunitária; ❖ destaca a necessidade de criar espaços de evangelização para que a paróquia não fique reduzida a uma simples estrutura jurídica.

Quadro 1 - Características fundamentais da paróquia
Fonte: Adaptado pela autora de Sá (2015)

Pelos predicados apontados no quadro, observa-se que a perspectiva pastoral da paróquia está estritamente alinhada à sua aproximação dos preceitos comunitários que colocam a “comunidade de comunidades” em evidência na visão da Igreja em saída.

Isso ocorre porque, como bem elucidado por Reinert (2014), comunidade é o termo que dá destaque para as relações interpessoais, certo grau de intimidade, de partilha e participação. Nelas as relações se desenvolvem por intermédio de uma associação organizada, resultado da vontade natural, incitada pela solidariedade, intimidade, confiança e partilha.

O ser humano não é concebido como indivíduo autônomo e isolado, como bem destacado pela CNBB (2014, p. 22): “Ele é membro de uma comunidade, faz parte do povo da Aliança, encontra sua identidade pessoal como membro do Povo de Deus”. Comunidade de uma forma geral tem sua ideia central conectada às abordagens comunitárias como estratégias de criação de condições culturais, religiosas, políticas e administrativas que sustentam um elo de participação conjunta (SILVEIRA JÚNIOR, et al, 2019). Neste esteio convém mencionar que:

A comunidade conta com elevado grau de integração afetiva e coesão entre seus membros, que compartilham conhecimentos, objetivos, práticas cotidianas, valores, formas de agir e pensar. Enquanto nas comunidades os membros têm relações diretas e pessoais, solidariedades afetivas e comuns, sem regulamentações jurídicas (REINERT, 2014, p.165).

Para Sá (2015) o vocábulo “comunidade” empregado em conjunto com a paróquia sustenta uma consciência de mudança da Igreja, e consubstancia o impulso necessário para valorização da comunidade pastoral que vem progredindo para conjugar a identidade e autenticidade da Igreja com o mundo em que se insere.

De forma bastante coesa o autor observa ainda que foi a partir dos trabalhos realizados em 1992, no cerne da IV Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, que a organização paroquial em rede de comunidades ganhou destaque, principalmente com a publicação do documento Comunidade cristã e comunidade eclesial de base (SÁ, 2015).

Neste Caminho, sopesando os ensinamentos de Floristán (1993), a Igreja não pode ser compreendida no binômio sacerdócio-laicado, mas, sim deve ser evidenciada no binômio comunidade-ministérios, inaugurando uma nova eclesiologia, na qual o domínio e poder não prosperam. Isso porque, “o sujeito da ação pastoral é a Igreja como comunidade, comunidade local e universal de discípulos que seguem Jesus de modo afetivo e efetivo” (TEMES, 2010, p. 169).

Considerando os preceitos do Documento 100 a comunidade paroquial deve ser uma comunidade viva, serviçal e aberta, livre das amarras da territorialidade e se solidificar como uma fonte que sacie a sede de todos, uma ponte para que o povo encontre a Água Viva (CNBB. 2014).

Segundo March (2001, p. 102) “paróquia é o ponto de intercepção dos homens da Igreja e constitui a base de toda a ação pastoral, portanto é, antes de tudo, um espaço de caridade, fé e esperança. É nesse esteio que para Oliveira (2016) a renovação paróquia incita uma abertura aos leigos e maior tolerância às diversas manifestações do catolicismo, de modo que a Igreja/paróquia possa acolher a todos, seja aqueles devotos, sejam aqueles mais distantes da vida sacramental, de tal modo que ninguém seja excluído.

Na visão de Sá (2015) a Igreja é uma fraternidade, e como tal, necessariamente, a todos inclui e a todos compromete, daí a imperiosidade de se ratificar a identidade comunitária da paróquia para incitar um caminho compartilhado, no qual a integração e o sentido de pertença, edificam a ministerialidade a comunhão, promovendo a unidade.

O Documento de Aparecida propõe que a paróquia seja uma “comunidade de comunidades” (DAp, n. 324), incitando uma renovação missionária e o abandono das estruturas retrogradadas que não favorecem a transmissão da fé (DAp, n. 365).

4.2 Instituição Paroquial na eclesiologia do Papa Francisco

A Igreja “vive em virtude do mistério trinitário revelado em Jesus Cristo” (STEFFEN, 2014, p. 15). Nesta perspectiva a Igreja é um sinal visível instituído por Jesus Cristo de uma graça salvífica invisível” (STEFFEN, 2014, p. 16). Conforme estabelecido na *Evangelii Gaudium*:

A Igreja deve aprofundar a consciência de si mesma, meditar sobre o seu próprio mistério [...]. Desta consciência esclarecida e operante deriva espontaneamente um desejo de comparar a imagem ideal da Igreja, tal como Cristo a viu, quis e amou, ou seja, como sua Esposa santa e imaculada (Ef 5, 27), com o rosto real que a Igreja apresenta hoje. [...] Em consequência disso, surge uma necessidade generosa e quase impaciente de renovação, isto é, de emenda dos defeitos, que aquela consciência denuncia e rejeita, como se fosse um exame interior ao espelho do modelo que Cristo nos deixou de Si mesmo (EG, n. 26).

Conforme Oriolo (2018) a paróquia é uma comunidade eucarística que guarda uma ligação particular com o território no qual se estabelece, o que favorece a identidade religiosa e o exercício da fé. Nos tempos modernos ela é, acima de tudo, uma comunidade de fiéis, um lugar de comunicação do Evangelho. Segundo a EG, n. 28:

A paróquia não é uma estrutura caduca; precisamente porque possui uma grande plasticidade, pode assumir formas muito diferentes que requerem a docilidade e a criatividade missionária do Pastor e da comunidade. Embora não seja certamente a única instituição evangelizadora, se for capaz de se reformar e adaptar constantemente, continuará a ser ‘a própria Igreja que vive no meio das casas dos seus filhos e das suas filhas’.

Comblin (1991, p. 199) reconhece que “a paróquia é um instrumento importante para a construção da identidade cristã; é o lugar onde o cristianismo se torna visível em nossa cultura e história”. Segundo Habowski, Jacobi e Rocha (2016) a paróquia é uma instituição eclesial que assegura a religiosidade, instituição em torno da qual a Igreja se articula e desenvolve seu ministério apostólico.

Sopesando a pesquisas relacionadas a primeira carta de Pedro, Souza (2014) traz importantes reflexões sobre como tal pensamento anterior sobre a paróquia a ainda permanecesse atualizado e deve direcionar a conduta dos cristãos. Nestes termos, o autor constata que na primeira carta de Pedro já havia um chamado para que a Igreja como unidade, ou seja, um lugar onde todos são aceitos e nenhum cristão é forasteiro e todos podem encontrar o seu lugar. Pensamentos que certamente converge na dimensão da *Evangelii Gaudium*:

A paróquia é presença eclesial no território, âmbito para a escuta da Palavra, o crescimento da vida cristã, o diálogo, o anúncio, a caridade generosa, a adoração e a celebração. Através de todas as suas atividades, a paróquia incentiva e forma os seus membros para serem agentes da evangelização. Pela sua plasticidade, assume formas muito diferentes que requerem docilidade e a criatividade missionária do Pastor e da comunidade (EG, n. 28).

Com a premissa fundamental no Evangelho, o Papa Francisco delineia um novo perfil eclesial, com implicações diretas na dinâmica missionária a pastoral, com fulcro na maior aproximação entre a Igreja e o povo. Tais mudanças ensejam uma abertura para as multidões e impedem o fechamento da Igreja em si mesma ou em grupos minoritários, e assim exige a expressão “Igreja em Saída”. Como bem abordado por Steffen (2014, p.16) “tal abertura foi favorecida pelo desenvolvimento do mundo moderno e exige a supressão do feudalismo eclesiástico, a educação para a liberdade e para responsabilidade e o respeito aos fiéis cristãos leigos”.

Neste caminho, a *Evangelii Gaudium* estabelece a Paróquia como:

[...] comunidade de comunidades, santuário onde os sedentos vão beber para continuarem a caminhar, e centro de constante envio missionário. Temos, porém, de reconhecer que o apelo à revisão e renovação das paróquias ainda não deu suficientemente fruto, tornando-as ainda mais próximas das pessoas, sendo âmbitos de viva comunhão e participação e orientando-as completamente para a missão (EG, n. 28).

Nos ensinamentos de Pereira (2020) a paróquia é uma expressão da comunidade urbana, ela representa a expansão missionária da Igreja. Tal perspectiva se alinha à EG 28, segundo a qual a paróquia como “a própria Igreja que vive no meio das casas dos seus filhos e das suas filhas”. Interpretando as afirmações do Papa

Francisco, Pereira (2020) salienta que a Igreja de Cristo, é sacramento de salvação, que se faz presente no meio do nosso povo por meio da paróquia.

4.3 Comunhão e participação na Paróquia Renovada: do clericalismo a sinodalidade

A sinodalidade tem sido um dos aspectos mais evidenciados no pontificado de Francisco. Segundo Pontes e Paranhos (2022) o Papa compreende que a Igreja precisa ser reformada e que a verdadeira reforma passa pela sinodalidade.

Estudos de Martins Filho (2022, p. 134) constata que “a dimensão da sinodalidade pode ser considerada como o grande refrão do pontificado de Francisco”. Conforme os textos magisteriais do Papa Francisco, a questão da sinodalidade pode ser observada com base na etimologia do termo sínodo, ou orientada pelos conceitos metodológicos fundamentais para o processo de auscultação sinodal, quais sejam: o encontrar, o escutar e o discernir (MARTINS FILHO, 2022).

Segundo dispõe Czerny (2022) a sinodalidade na era do Papa Francisco representa “a Igreja que caminha junto”, o processo “de escuta e de discernimento que implica a participação e o envolvimento de todo o Povo de Deus”. O projeto da sinodalidade foi lançado em 2015 no Discurso em ocasião da comemoração do cinquentenário da instituição do Sínodo dos Bispos; Francisco remando a proposta do Papa Roncalli, afirma que “o caminho da sinodalidade é precisamente o caminho que Deus espera da Igreja deste terceiro milênio” (PARANHOS; PONTE, 2022, p. 11).

Embora pareça um tema novo, a sinodalidade é continuidade de um itinerário sinuoso de recepção do Concílio Vaticano II. O termo envolve um processo que implica em reforma da identidade da instituição eclesial (PARANHOS; PONTE, 2022), o que atende aos preceitos da reforma da Igreja em saída missionária tão evidenciados na *Evangelii Gaudium*.

Sopesando a Exortação do Papa Francisco ao Povo de Deus, Paranhos e Ponte (2022, p. 15) destacam que:

Francisco declarou que ‘o mundo, em que vivemos e que somos chamados a amar e servir mesmo nas suas contradições, exige da Igreja o reforço das sinergias em todas as áreas da sua missão’. Este chamamento à cooperação na missão da Igreja é dirigido a todo o Povo de Deus. O Papa deixou isto bem claro quando convidou todo o Povo de Deus para contribuir na reflexão sobre a ‘sinodalidade’: ‘É necessário que cada batizado se sinta envolvido na

transformação eclesial e social de que tanto necessitamos. Tal transformação exige conversão pessoal e comunitária, e nos leva dirigir os olhos na mesma direção do olhar do Senhor’.

Ocorre que a Igreja passa por momentos diferentes na sua trajetória histórica. Os leigos nem sempre tiveram suas ações valorizadas e estimuladas. Bem diferente do cenário contemporâneo no qual todos são convidados a assumir sua função missionária e propagar a alegria do Evangelho.

Na Idade Média se observa a Igreja como uma elite eclesiástica, centralizada nas instituições clericais e preocupadas com os altos dirigentes e com o pensamento oficial da Igreja. Diante disso, a espiritualidade e assuntos de interesse da comunidade foram marginalizados até o momento em que o sentido original da Igreja como comunidade foi retomado para englobar os leigos em conjunto com a hierarquia eclesiástica, o que permite, na Alta Idade Média, uma organização das comunidades em torno dos bispos e das paróquias (SILVA; TESSAROLE; BRITO, 2021).

Para São Paulo “a Igreja é um corpo em que todos os membros têm a sua função” (MADALENO, 2013, p. 72). Diante disso, para iniciar o debate quanto a participação dos leigos na Paróquia Renovada, toma-se por base os ensinamentos de Steffen (2014) no estudo da dimensão do ministério da Igreja:

As estruturas sociais da Igreja estão a serviço de sua natureza sacramental. Elas a comunicam e a expressam. Todos os fiéis, por conseguinte, devem empenhar-se constantemente em fazer resplandecer nas estruturas externas a autenticidade da comunidade de fé, esperança e caridade. Outra consequência prática é o dever missionário de toda a Igreja. Como Jesus Cristo chamou os discípulos para estarem com ele e para enviá-los (cf. Mc 3,14), assim o Senhor ressuscitado reúne ao redor de si a Igreja para enviá-la em missão (STEFEN, 2014, p.20).

Na década de 50, o papa João XXIII igualmente elucidava a necessidade de revigorar os fiéis na vida da graça, através da vivência dos Santos Sacramentos e de uma intensa vida eucarística:

Mantendo nos fiéis o entusiasmo da sua fé, convidando-os a colaborar convosco, com os sacerdotes, com os religiosos e religiosas, no trabalho do apostolado, especialmente incorporando-se nas fileiras da Ação Católica e promovendo-a. Eles sentir-se-ão, deste modo, arte viva e operante da Igreja, e distribuídos em setores bem-organizados, experimentarão, sem dúvida, as delícias de serem úteis ao bem religioso e moral de suas palavras (MARCH, 2001, p. 98).

O Concílio Vaticano II já indicava de forma contundente a necessidade de abertura e reforma da Igreja para maior participação do “Povo de Deus”. No estudo do Concílio percebe-se que ele incentivou uma abertura tríplice às fontes de fé, aos cristãos não católicos e aos problemas da humanidade, buscando vitalizar a função missionária (SETEFFEN, 2014).

Conforme destacado no Documento de Santo Domingo é preciso “favorecer a organização dos leigos em todos os níveis da estrutura pastoral, baseada nos critérios de comunhão e participação, respeitando “a liberdade de associação dos fiéis leigos na Igreja” (cf. *Christifideles laici*, 29-30)” (SD, n. 100).

A paróquia é um grande espaço de evangelização da atualidade (FALEIRO, 2009). O Documento de Aparecida evidencia que:

A renovação das estruturas paroquiais no início do terceiro milênio exige a reformulação de suas estruturas, para que seja uma rede de comunidades e grupos, capazes de se articular conseguindo que seus membros se sintam realmente discípulos e missionários de Jesus Cristo em comunhão. A partir da paróquia é necessário anunciar o que Jesus Cristo ‘fez e ensinou’ (At 1,1) enquanto esteve entre nós. Sua pessoa e sua obra são a boa nova da salvação anunciada pelos ministros e testemunhas da Palavra que o Espírito desperta e inspira. A Palavra acolhida é salvífica e reveladora do ministério de Deus e de sua vontade. Toda paróquia é chamada a ser o espaço onde se receba e se acolha a Palavra, celebra-se e expresse na adoração do corpo de Cristo e, assim, é a fonte dinâmica do discipulado missionário (DAp., n. 172).

O dever missionário é da Igreja como todo: “Todos os fiéis, por conseguinte, devem empenhar-se constantemente em fazer resplandecer nas estruturas externas a autenticidade da comunidade de fé, esperança e caridade” (STEFFEN, 2014, p. 20). Como bem destacado na EG, n. 23 a alegria do Evangelho é para todos e a igreja deve “sair” para anunciá-la.

A intimidade da Igreja com Jesus é uma intimidade itinerante, e a comunhão ‘reveste essencialmente a forma de comunhão missionária’. Fiel ao modelo do Mestre, é vital que hoje a Igreja saia para anunciar o Evangelho a todos, em todos os lugares, em todas as ocasiões, sem demora, sem repugnâncias e sem medo.

A “Igreja em saída” incita a participação dos leigos, considerando-os como sujeitos eclesiais que não devem somente “pertencer” a Igreja, mas serem conscientes de sua autonomia e corresponsabilidade na comunidade de fé e nas ações da Igreja pelo mundo (CNBB, 2013a). A “Igreja em saída” é a comunidade de

discípulos missionários que tomam a iniciativa e verdadeiramente se envolvem na missão evangelizadora, aceitando essa missão como seu dever de cristãos (EG, n. 20-24)

Um dos pontos mais evidenciados é a necessidade de que os leigos superem o clericalismo e cresçam em suas responsabilidades, participando mais ativamente nas comunidades eclesiais, nos conselhos pastorais, grupos bíblicos e na administração paroquial (CNBB, 2014). Contudo, a mentalidade clerical ainda se conserva como empecilho para efetiva promoção do laicato (FALEIRO, 2009).

O clericalismo é reconhecido na *Evangelii Gaudium* como um desafio eclesial:

A imensa maioria do povo de Deus é constituída por leigos. Ao seu serviço, está uma minoria: os ministros ordenados. Cresceu a consciência da identidade e da missão dos leigos na Igreja. Embora não suficiente, pode-se contar com um numeroso laicado, dotado de um arraigado sentido de comunidade e uma grande fidelidade ao compromisso da caridade, da catequese, da celebração da fé. Mas, **a tomada de consciência desta responsabilidade laical** que nasce do Batismo e da Confirmação **não se manifesta de igual modo em toda a parte**; nalguns casos, porque não se formaram para assumir responsabilidades importantes, noutros **por não encontrar espaço nas suas Igrejas particulares para poderem exprimir-se e agir por causa dum excessivo clericalismo que os mantém à margem das decisões**. (EG, n. 102) (grifo nosso).

Diante disso, emerge a necessidade de compreender o clericalismo que, ainda hoje, se reflete nas dificuldades de se efetivar uma renovação completa na estrutura paroquial que não seja monopolizada pelo clero, já que em sua essência ele converge no “serviço eclesial como um poder que pretende dominar todo o espaço da Igreja; entende que a Igreja se constitui a partir de uma hierarquia que monopoliza a graça e se organiza a partir desse epicentro” (CNBB, 2014a, n.40).

Neste viés, Gaeta (1997) observa que durante um longo período foi praticado um catolicismo mais autoritário que se iniciou no Brasil na segunda metade do século XIX e se consolidou nas primeiras décadas do século XX. Conforme elucidado por Souza (2014) diante do iluminismo e da Revolução Industrial, as paróquias seguiram a reação da sociedade eclesiástica da época, ou seja, fecharam-se em si mesmas, exaltando o devocionalismo, o pietismo, instaurando, desse modo, rigidez, insegurança e agressividade.

Neste íterim, destaca-se a definição de clericalismo, conforme apresentada pela CNBB no Estudo 107, “Cristãos Leigos e Leigas na Igreja e na Sociedade”:

O clericalismo é a versão religiosa da afirmação do princípio da autoridade exercida pela instituição como o meio de organização de toda a vida social. Ele se estrutura de modo articulado com o individualismo – na passividade de cada indivíduo perante um poder sagrado – e o comunitarismo, que afirma a obediência à norma como regra de comportamento (CNBB, 2014a, n. 38).

Neste momento histórico, com raízes conservadoras, o catolicismo buscava concretizar a doutrina teológica, estruturando-se em torno da rejeição à filosofia e à ciência, aversão aos princípios democráticos e condenação a ordem burguesa e ao capitalismo (GAETA, 1997). A partir do Estudo 107 “Cristãos Leigos e Leigas na Igreja e na Sociedade” da CNBB (2013), pode-se destacar alguns dos pontos negativos do clericalismo que são mais evidentes:

- cumplicidade viciosa entre o leigo e o sacerdote;
- impede que os leigos se desenvolvam e se realizem como verdadeiros sujeitos eclesiais;
- impede que o cristão leigo atue como sujeito eclesial;
- evidencia o individualismo e o comunitarismo;
- não permite que os leigos assumam funções importantes e, com isso, impedem que eles assumam a responsabilidade laical;
- infantiliza os leigos e os mantém manipuláveis e subservientes;
- deixa os leigos falsamente protegidos sob estruturas que os mantêm subservientes e manipuláveis.

Diante disso evidencia-se que o clericalismo dicotomiza a relação entre a Igreja e o mundo e deturpa a atuação do cristão leigo na Igreja. Para melhor compreensão é importante diferenciar o clero do clericalismo:

[...] o primeiro [o clero] são os que exercem na Igreja o ministério ordenado na condição de servidores do Povo de Deus, investidos de funções de coordenação na comunidade eclesial. O segundo, [o clericalismo], é o exercício da função como poder de mando de uns sobre os outros, em nome de uma pretensa dignidade sagrada superior (EG, n. 104). (CNBB, 2014a, n.134).

Esse modelo conservador do clericalismo se fundamentava no centralismo institucional de Roma, consolidando um fechamento sobre si mesmo e avultando a recusa do contato com o mundo moderno, o que consolidava uma rigidez hierárquica que se refletia nas células paroquiais, colocando sob a responsabilidade dos párocos

toda dinâmica política e da espiritualidade da Igreja e retirando as funções dos leigos (GAETA, 1997).

Para o historiador Massimo Faggioli (2018) esse movimento de clericalização e centralização que marcava o século XX foi uma espécie de “terapia” da qual a Igreja utilizou para se “purificar” e combater a corrupção. Gaeta (1997) destaca que:

A expressão doutrinária mais explícita dessa concepção religiosa foi a encíclica *Quanta Cura* e o *Syllabus* que a acompanhava, em que se retomava a luta pela preponderância da autoridade espiritual da Igreja sobre a sociedade civil. De acordo com suas teses, a sociedade inteira deveria estar impregnada de catolicismo, a educação seria submetida à Igreja e os clérigos estariam fora da jurisdição do Estado (GAETA, 1997, p. online).

Conforme assegura o Estudo 107 da CNBB (2014a), o clericalismo implica uma rígida estrutura hierárquica e o ministério eclesial passa a ser exercício de forma centralizada. Nesse ínterim a conduta clerical consolida o poder do clero na vida política, econômica e social, para favorecer seus interesses materiais e institucionais, visando incrementar o seu poder. Nestes termos tem-se que:

A essência do clericalismo consiste na afirmação do serviço eclesial como um poder que pretende dominar todo o espaço da Igreja; entende que a Igreja se constitui a partir de uma hierarquia que monopoliza a graça e se organiza a partir desse epicentro (CNBB, 2014a, n. 38).

Com a potencialização do clericalismo no período pós-conciliador, na hierarquia da Igreja o leigo é taxado como mero consumidor religioso passivo, sem qualquer cidadania eclesial (CNBB, 2013). Além disso, conforme destacam Silva e Toor (1988, p. 73) “na versão clerical, os ateístas e comunistas seriam a personificação do mal, da criminalidade e do diabo e, como tal, deveriam ser esconjurados”.

Observa-se, ainda, nessa versão conservadora que os padres não se preocupavam substancialmente com as famílias e a sociedade, tão pouco com seus problemas. Em verdade, se esperava dos “crentes” apenas o assentimento às sentenças da Igreja, juízos morais e suas ordens (SILVA; TOOR, 1988), o que consolida a passividade religiosa do leigo no sistema clerical (CNBB, 2013).

No cerne do domínio clerical, Silva e Toor (1988) salientam que, o controle institucional pelos padres era medida que intimidava os paroquianos a seguir o que era determinado pelo clero. Até meados do século XIX houve, portanto, uma forte pressão normativista católica, que sancionava o comportamento cotidiano, e

penalizava com desprezo, marginalização e perseguições, aqueles que não se submetiam ao domínio clerical.

Com o passar do tempo o clericalismo foi perdendo forças, pois distorceu a missão da Igreja, afastou a paróquia dos fiéis e da comunidade (SOUZA, 2014). No entanto, documentos da CNBB (2013) apontam as heranças do clericalismo que ainda impedem a efetiva participação dos leigos e que eles assumam suas responsabilidades.

Mesmo que em 1992, na 4ª Conferência dos bispos latino-americanos de Santo Domingo já se perceba uma maior consciência da responsabilidade pastoral dos leigos⁴, o processo de renovação paroquial ainda ocorria de forma bem lenta, o que incitou sugestões para maior valorização do laicato no documento de Santo Domingo. Conforme Faleiro (2009, p. 93):

No apontamento de linhas de ação na paróquia, Santo Domingo sugere duas atitudes para a maior valorização do laicato:

- 1) renovar as paróquias a partir de estruturas que permitam setorizar a pastoral, mediante pequenas comunidades eclesiais nas quais apareça a responsabilidade dos fiéis leigos;
- 2) qualificar a formação e participação dos leigos, capacitando-os para encarnar o Evangelho nas situações específicas onde vivem ou atuam.

Convém destacar que o Documento de Santo Domingo, além de apontar reflexos do clericalismo nas dificuldades da promoção do laicato, traz à tona a necessidade a maior participação e comprometimento dos leigos para superar a doutrina clerical. Neste sentido, o documento desafia os leigos a serem protagonistas da Nova Evangelização e da Cultura Cristã, para “promoção de um laicato, livre de todo clericalismo e sem vedação ao intra-ecclesial” (SD, n. 97).

Como bem destacado por Sá (2015) a evangelização deve ser a prioridade máxima da Igreja, pois é ao mesmo tempo uma resposta e uma forma de promoção da continuidade do mandato de Jesus Cristo, cujos ensinamentos levam a “anunciar a Boa Nova a toda criatura” (Mc 16,15).

⁴ “Hoje, como sinal dos tempos, vemos muitos leigos comprometidos com a Igreja que exercem diversos ministérios, serviços e funções nas comunidades eclesiais de base ou atividades nos movimentos eclesiais. Cresce sempre mais a consciência de sua responsabilidade no mundo e na missão ad gentes” (SD, n. 95).

Seguindo o que preconizou a V Conferência do Episcopado Latino-americano, a Igreja não pode manter uma estrutura que desfavoreça a transmissão da fé a prejudique a evangelização, o que incita a renovação da estrutura paroquial de modo a se permitir a aproximação da comunidade e a participação dos leigos, desde o planejamento à execução e tomada de decisões, o que impede a continuidade do clericalismo (SOUZA, 2014).

Na III Conferência do Episcopado Latino-americano de Puebla, realizada em 1979, os bispos já reformavam a necessidade da renovação e superação do clericalismo, incentivando o ministério dos leigos em colaboração com os trabalhos apostólicos dos sacerdotes (FALEIRO, 2009). Dall'O (2020) elucida que em Puebla a evangelização é colocada como eixo principal. Conforme o pronunciamento n. 649 dos Bispos em Puebla:

Nas paróquias, é preciso prosseguir no esforço de renovação, superando os aspectos meramente administrativos; buscando maior participação dos leigos, mormente no conselho pastoral; dando prioridade aos apostolados organizados e formando os seculares para que assumam, como cristãos, suas responsabilidades na comunidade e no ambiente social (CELAM 1979, n. 649).

É nesse caminho que o Documento de Aparecida (2007), concebido na V Conferência Geral do Episcopado Latino-americano, elucida que:

Os melhores esforços das paróquias neste início do terceiro milênio devem estar na convocação e na formação de leigos missionários. Só através da multiplicação deles poderemos chegar a responder às exigências missionárias do momento atual. Também é importante recordar que o campo específico da atividade evangelizadora leiga é o complexo mundo do trabalho, da cultura, das ciências e das artes, da política, dos meios de comunicação e da economia, assim como as esferas da família, da educação, da vida profissional, sobretudo nos contextos onde a Igreja se faz presente somente por eles (DAP, n. 174).

Esse posicionamento é também evidenciado na 52ª Assembleia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

Para que leigos e leigas possam superar o clericalismo e crescer em suas responsabilidades, é preciso fomentar a sua participação nas comunidades eclesiais, nos grupos bíblicos, nos conselhos pastorais e de administração paroquial. O empenho para que haja a participação de todos nos destinos da comunidade supõe reconhecer a diversidade de carismas, serviços e

ministérios dos leigos, até mesmo confiando-lhes a administração de uma paróquia, quando a situação o exigir, como prevê o Código de Direito Canônico (CNBB, 2014, p. 39-40).

Restam evidenciadas a necessidade de uma renovação que promova o laicato e enfraqueça a mentalidade clerical. Tomando por base o histórico das paróquias, Souza (2014) constata que, o clericalismo distorceu a missão da Igreja. Neste sentido, evidencia o leigo como sujeito eclesial e enfatiza a necessidade de superação do clericalismo e do individualismo.

A busca pela unidade religiosa concentrada na clericalização se confrontava com a pluralidade social e cultural, e se por um tempo a centralização foi vista como possível solução para as problemáticas da época, atualmente ela não tem mais tal conotação. O projeto contemporâneo, avultado pelo Papa Francisco, destaca uma Igreja descentralizada e sinodal, com estruturas de responsabilização e de participação renovadas (FAGGIOLI, 2018).

Com fundamentos no Novo Testamento pode-se conceber que a Igreja/Paróquia deve ser um local de comunhão, onde vínculos de fraternidade expressem a fé em Jesus Cristo. Assim, é preciso promover o intercâmbio das unidades eclesiais e não se justifica uma Igreja fechada em si mesmo (AGUIRRE, 2015).

Essa abertura, embora seja concebida desde os primórdios do cristianismo, e tenha dado arrimo no passado para o surgimento das Igrejas Domésticas (SOUZA, 2014), além de caracterizar uma prévia do que adiante seria a paróquia, é bem alinhada a proposta da renovação paroquial preconizada atualmente pela Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*.

Neste contexto, a *Evangelii Gaudium* abaliza uma nova paróquia, a qual não seja fechada em si mesmo, incentive a participação dos membros como agentes de evangelização, mantenha contato com as famílias, se integrem das questões sociais e culturais, enfim, se aproxime das pessoas para que elas se sintam compelidas a exercerem a fé e viverem efetivamente uma vida cristã.

Os direcionamentos do Papa Francisco orientam a inversão da trajetória da clericalização, ou seja, na descentralização e sinodalidade, daí a incitação da reforma da Igreja, já não suporta mais a centralização, o que faz com que o conservadorismo perca espaço e a sinodalidade se confirma como um “caminho que Deus espera da Igreja deste terceiro milênio” (FRANCISCO, 2015).

Gomes e Rigoni (2021, p. 95-96) asseguram que o termo sinodalidade envolve todos os membros da Igreja, sendo constantemente utilizado pelo Papa Francisco para elucidar “a maneira pela qual as pessoas na Igreja aprendem e escutam umas às outras e tomam a responsabilidade compartilhada por proclamar o Evangelho”. Num resumo bastante completo Carreira (2021, p. 7) expõe que:

A sinodalidade da paróquia é a perspectiva atual de grande importância para a pastoral do mundo contemporâneo pois abre os paroquianos ao mundo e à vida em comunidade. A partir da eclesiologia pós-conciliar e do Papa Francisco se tem percebido a grande necessidade de se colocar os agentes de pastorais, assim como o pároco e os conselhos econômicos e de pastoral, no caminho da sinodalidade. Caminhar juntos é a motivação da Igreja atual no que concerne ao processo de escuta e diálogo tão necessários para se perceber a paróquia para o mundo.

Como evidenciado por Paranhos e Ponte (2022) a sinodalidade é a esperança para a renovação eclesial. Embora suas conjecturas não sejam inauguradas na EG, e sim continuidade de um percurso que vem se desenvolvendo desde o Concílio Vaticano II, esse destaque dado pelo Papa a colegialidade episcopal do arrimo para uma verdadeira transformação.

Neste contexto o paradigma da sinodalidade retoma categoricamente o tema bíblico “Povo de Deus”, o que certamente é uma chave para o fim da Igreja estruturada hierarquicamente e teocraticamente de maneira vertical e monárquica (PARANHOS; PONTE, 2022). Corroborando o arcebispo de Salvador consigna que:

A sinodalidade não é uma questão restrita a organização ou funcionamento eclesial, mas pertence à própria natureza da Igreja, isto é, possui fundamentação teológica. O horizonte da sinodalidade é eclesiológico, espiritual, e não funcional. Para uma justa compreensão da sinodalidade, é importante retomar a eclesiologia do Concílio Vaticano II que apresenta a Igreja como ‘mistério’, sinal e instrumento de comunhão, e como ‘Povo de Deus’, no qual há diversidade de vocações e ministérios, mas ‘reina entre todos verdadeira igualdade quanto à dignidade e ação comum a todos os fiéis na edificação do Corpo de Cristo’ (Lumen Gentium 32). Trata-se de uma Igreja servidora, ministerial, na qual a autoridade se exprime como serviço e o próprio Sucessor de Pedro se apresenta como ‘servo dos servos de Deus’. (ROCHA, 2021, p. online).

As afirmações de Paranhos e Ponte vão ao encontro da recente afirmação do Papa Francisco em mensagem de vídeo gravada para a Pontifícia Comissão para a América Latina. Na oportunidade o Papa destaca que a sinodalidade implica na vivência intensa da comunhão eclesial:

[...] a sinodalidade é a dimensão dinâmica, a dimensão histórica da comunhão eclesial fundada pela comunhão trinitária, que ao apreciar o *sensus fidei* de todo o santo fiel Povo de Deus, a colegialidade apostólica e a unidade com o sucessor de Pedro, deve incentivar a conversão e a reforma da Igreja em todos os níveis (JAGURABA, 2022, p. online).

É neste sentido que Bianchi (2021) alude que a sinodalidade deve consagrar o estilo de viver e atuar na Igreja. Embora não haja menção expressa da sinodalidade na EG, as orientações da exortação são claramente voltadas ao pensamento da sinodalidade que atualmente vem sendo conclamado pelo Papa Francisco (BIACHI, 2021).

Embora o termo sinodalidade não se encontre nos documentos do Vaticano II, este sintetiza a eclesiologia de comunhão, onde leigos e leigas são convidados à responsabilidade de anunciar o Evangelho a todos e de participar do governo da Igreja conforme suas capacidades e papéis específicos (CEZERNY, 2022). O que certamente se adequava aos preceitos da *Evangelii Gaudium*, uma vez que, como bem destacado por Paranhos e Ponte (2022, p. 12):

A 'sinodalidade' aponta para uma Igreja de iguais, para uma Igreja substancialmente de irmãos e irmãs, em que é necessário rebaixar-se, esvaziar-se para se colocar a serviço. 'Sinodalidade' indica um caminhar junto que começa pela escuta e pela aprendizagem, uma atitude oposta à centralização excessiva 'que complica a vida da Igreja' (EG, n. 32).

No cenário contemporâneo a sinodalidade conclama a união, a um “caminhar juntos”, primeiro junto com Jesus, e na sequência, junto com os irmãos e irmãs, os fiéis discípulos de Jesus (BIACHI, 2021). Diante disso, se constata que “ Uma Igreja clerical não é uma Igreja em caminho, é uma Igreja firme e paralisada, enquanto uma Igreja sinodal é uma Igreja que se coloca em caminho” (PARANHOS; PONTE, 2022, p. 13).

Portanto, todos os ensinamentos e incitações atuais levam a concluir que o Papa tem suas convicções bem alinhadas a abertura e descentralização, reconhecendo a necessidade da reformulação paroquial e colocando fim ao ultrapassado pensamento clerical, para que juntos o “Povo de Deus” pratique a fé, a fraternidade e a evangelização, num modelo de comunidade missionária.

4.4 Conversão pastoral e renovação paroquial para uma Igreja de Saída

Na década de 1950, a partir do momento em que a estrutura de desenvolvimento capitalista intensifica as diferenças sociais e entusiasma as manifestações relacionadas às condições de vida da população, a Igreja assume um posicionamento diferenciado: volta sua atenção para as classes economicamente menos favorecidas e cuja dignidade humana estava sendo abalada, principalmente pelas condições de vida e trabalho que grande parte das pessoas vinham sendo submetidas. Essa aproximação Igreja/sociedade é o principal estímulo para revisão estrutural e mudanças na Igreja ao longo da história mais recente (MARCH, 2001).

Diante dessa mudança de postura, de resgate dos valores morais e da justiça, a Igreja evidencia seu descontentamento com o egoísmo que reinava na sociedade, e incitava a exploração entre os possuidores (classe dos ricos) e os despossuídos (proletários). Nesse contexto o discurso do papado se modificou, e passou a reconhecer a sociedade como o corpo não harmônico, que necessitava que todos cooperassem para o bem comum.

Dessa maneira, os movimentos pela renovação paroquial não são frutos do presente, mas, sim, de momentos históricos que vem se perpetuando ao longo da história das paróquias. O Documento de Estudos da CNBB (2013b, n. 54), alude:

A paróquia, historicamente, parece ter sempre resistido às tentativas de renovação. Sua principal ocupação, em geral, não tem sido a vida comunitária (bonomia), nem a pregação (didaskalia), nem testemunho (martyria) nem o serviço (diakonia), mas o culto (leitourgia). Daqui decorre certa redução da compreensão da vida comunitária cristã como comunidade preferencialmente de culto, com menor força missionária e atuação profética.

No cenário atual a renovação ganha forças com a Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, do Papa Francisco (2013) que assinala a alegria do Evangelho, que “enche a vida da comunidade dos discípulos, é uma alegria missionária” (EG, n. 21). Essa alegria serve para auxiliar nos dilemas contemporâneos e, especialmente, para incitar que a Igreja “saia de si mesma” e chegue as periferias, não somente geográficas, mas sobretudo as existenciais (LIMA, 2014).

Conforme Besen (2014, p. 154), rememorando a unidade entre a *Lumen Fidei*⁵⁵ (2013) e a *Evangelii Gaudium*, o Papa Francisco “convidou à reflexão sobre a dimensão luminosa da fé, sobre a conexão entre a fé e a verdade, buscada não só com os olhos da mente, mas também com os do coração, na perspectiva do amor”.

A *Evangelii Gaudium* exorta que “a alegria é um sinal de que o Evangelho foi anunciado e está a frutificar” (EG, n. 21), e ainda que “a alegria do Evangelho é para todo o povo, não se pode excluir ninguém” (EG, n. 23). Por isso a exortação incita a abertura da Igreja, a Igreja “em saída”, como uma “comunidade de discípulos missionários que “primeireiam”, que se envolvem, que acompanham, que frutificam e festejam” (EG, n. 24).

Desse modo, a *Evangelii Gaudium* incorpora ideias de uma pastoral missionária, que não esteja obcecada com a transmissão desarticulada da doutrina, mas, sim, com o anúncio daquilo que é essencial, que apaixona e atrai. A proposta do evangelho deve ser mais simples, irradiante e profunda considerando que o evangelizar é que torna o Reino de Deus Presente no mundo. Nesse sentido,

A Alegria do Evangelho enche o coração e a vida inteira daqueles que se encontram com Jesus. Quantos se deixam salvar por Ele são libertados do pecado, da tristeza, do vazio interior, do isolamento. Com Jesus Cristo, renasce sem cessar a alegria. Quero, com esta Exortação, dirigir-me aos fiéis cristãos a fim de os convidar para uma nova etapa evangelizadora marcada por esta alegria e indicar caminhos para o percurso da Igreja nos próximos anos (EG, n.1).

A *Evangelii Gaudium* se assenta na vida a partir do Evangelho, é um convite a comunhão, a tolerância, a valorização de todas as culturas, incitando as atitudes cristãs e renegando as ações que se reforçam no bojo de uma sociedade descartável. Corroborando Muller (2018, p. 102) estabelece que:

A *Evangelii Gaudium* é a alegria presente na vida dos que vivem o Evangelho. Do povo fiel de Deus que dá as mãos uns aos outros e vê valor em caminhar juntos na certeza de que Deus está sempre a caminho junto com o seu povo. Este é o povo peregrino, um povo de fé ardente, que luta pela justiça, que sabe ser bom e que irradia a luz que é o próprio Cristo e como Ele vive a partir do amor do Pai e caminha na luz e ungido pela força do Espírito Santo.

⁵⁵ Lumen Fidei (em latim) ou Luz da Fé (em português), é a primeira encíclica do Papa Francisco, assinada e 2013, na Solenidade dos Apóstolos Pedro e Paulo.

É isso que se observa quando a *Evangelii Gaudium* clama para que cada cristão e cada comunidade saibam discernir os caminhos dos Senhor, aceitem o convite para “sair da própria comodidade e ter a coragem de alcançar todas as periferias que precisam da luz do Evangelho” (EG, n. 20). Assim exorta Francisco:

A comunidade missionária experimenta que o Senhor tomou a iniciativa, precedeu-a no amor (cf. 1 Jo 4, 10), e, por isso, ela sabe ir à frente, sabe tomar a iniciativa sem medo, ir ao encontro, procurar os afastados e chegar às encruzilhadas dos caminhos para convidar os excluídos. Vive um desejo inexaurível de oferecer misericórdia, fruto de ter experimentado a misericórdia infinita do Pai e a sua força difusiva. Ousemos um pouco mais no tomar a iniciativa!

As palavras do Papa Francisco dispõem que aqueles que se deixam salvar por Cristo são libertados da tristeza, do isolamento, do pecado e do vazio interior (EG, n.1). Portanto, o Evangelho deve ser um convite para responder a Deus e reconhecer seu amor:

Quando a pregação é fiel ao Evangelho, manifesta-se com clareza a centralidade de algumas verdades e fica claro que a pregação moral cristã não é uma ética estoica, é mais do que uma ascese, não é uma mera filosofia prática nem um catálogo de pecados e erros. O Evangelho convida, antes de tudo, a responder a Deus que nos ama e salva, reconhecendo-O nos outros e saindo de nós mesmos para procurar o bem de todos (EG, n. 39).

Numa ampla análise da a Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, Silva (2014) salienta que o Papa Francisco se orienta pelo Evangelho, propondo um caminho de fé e de real encontro com o Senhor, visando principalmente a transformação da sociedade para obtenção da salvação. É nesse contexto que se ratifica a condenação da sociedade que vive e age sem Deus, idealizando uma transformação que leve a uma vida mais comprometida com o bem das pessoas.

Sob essa perspectiva, a *Evangelii Gaudium* é um dos documentos eclesiais de maior importância no que tange a missão da Igreja e verdadeira conversão pastoral (DALL’O, 2020). Nesse sentido, o Papa expressa que as coisas não podem continuar como estão, de tal modo que ele espera que as comunidades se esforcem para avançar no caminho duma conversão pastoral e missionária (EG, n. 25).

É interessante observar que a *Evangelii Gaudium* se dirige primordialmente ao público interno da Igreja, evidenciando a necessidade de mudanças e uma nova

evangelização, convergente com uma mudança de coração, mentalidade e estilo, e subsidiada pelo encontro pessoal com o Evangelho de Jesus Cristo (DALL’O, 2020). Nesse esteio, “a evangelização é apresentada sob a ótica da alegria cristã, porque o Evangelho é sempre um alegre anúncio” (BASEN, 2014, p. 169).

A transformação pelo Evangelho é um convite a apropriar-se verdadeiramente da Palavra e, conseqüentemente voltarmos os olhos e atenção uns aos outros, aceitando que somos instrumentos da missão de Deus, valorizando as pessoas e experimentando a alegria de se viver o Evangelho (MULLER, 2018). Como estabelecido na EG, n. 11:

Sempre que procuramos voltar à fonte e recuperar o frescor original do Evangelho, despontam novas estradas, métodos criativos, outras formas de expressão, sinais mais eloquentes, palavras cheias de renovado significado para o mundo atual. Na realidade, toda a ação evangelizadora autêntica é sempre ‘nova’.

A conversão pastoral sugere renovação missionária das comunidades, para passar de uma pastoral de mera conservação para uma pastoral categoricamente missionária (PEREIRA, 2020). Com o destaque dado a “chave” missionária pela *Evangelii Gaudium*, é preciso compreender que isso aplica-se a maneira de comunicar a mensagem, para que ela seja identificada e manifeste o coração de Jesus Cristo, conferindo assim, sentido, fascínio e beleza ao Evangelho (EG, n. 34)

Isso supõe mudança de estruturas e métodos eclesiais, mas principalmente, exige uma nova atitude dos pastores, dos agentes de pastoral e dos membros das associações de fiéis e movimentos eclesiais. Segundo Oliveira (2016, p. 642) “a renovação eclesial, no sentido da Igreja em saída, requer a superação da estrutura canônica da paróquia pela área pastoral”. Deve-se observar que:

Uma pastoral em chave missionária não está obcecada pela transmissão desarticulada de uma imensidade de doutrinas que se tentam impor à força de insistir. Quando se assume um objetivo pastoral e um estilo missionário, que chegue realmente a todos sem exceções nem exclusões, o anúncio concentra-se no essencial, no que é mais belo, mais importante, mais atraente e, ao mesmo tempo, mais necessário. A proposta acaba simplificada, sem com isso perder profundidade e verdade, e assim se torna mais convincente e radiosa (EG, n. 35).

A *Evangelii Gaudium* destaca a renovação eclesial como inadiável, para que as estruturas eclesiais condicionem o dinamismo evangelizador e assegure a autenticidade do evangelho (EG, n. 26). Nesse sentido a renovação é o sonho do Papa Francisco para consolidar “uma opção missionária capaz de transformar tudo, para que os costumes, os estilos, os horários, a linguagem e toda a estrutura eclesial se tornem um canal proporcionado mais à evangelização do mundo atual que à autopreservação” (EG, n. 27).

Com a Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, Dall’O (2020) assevera que o Papa Francisco incita a postura de saída de toda a Igreja. Em outras palavras, o Papa incita a missionariedade, de modo que todos os membros da Igreja anunciem com alegria a Boa-nova, numa coerente visão da Igreja como “uma mãe de coração aberto”⁶.

Atentando-se para a mensagem contida da *Evangelii Gaudium*, a Igreja precisa ser reconhecida como ambiente cristão no qual doutrinas condenatórias e extremamente restritivas não devem prosperar, uma vez que as proibições não devem repercutir mais que os conteúdos positivos. Assim a exortação destaca a necessidade de buscar na mensagem cristã e seu componente positivo, para que ela seja Boa Nova (LIMA, 2014).

Conforme destacado na *Evangelii Gaudium* “A Igreja é chamada a ser sempre a casa aberta do Pai. Um dos sinais concretos desta abertura é ter, por todo o lado, igrejas com as portas abertas” (EG, n. 47). Isso porque “Se a Igreja inteira assume este dinamismo missionário, há de chegar a todos, sem exceção” (EG, n. 48).

Ao interpretar a EG 47, Lima (2014) esclarece que a Igreja é chamada a ser sempre a casa aberta do Pai, um local em que todos possam enfrentar os cansaços e desafios da vida. Diante disso todos podem fazer parte da comunidade e participar da vida eclesial e, em nenhum momento, as portas dos sacramentos devem se fechar para alguém. Como bem pontuado por Steffen (2014, p. 15):

A missão de Jesus Cristo se apresenta como abertura, comunicação e humanização de Deus, com a finalidade de levar o mundo a ouvir a palavra de Deus e fazê-lo participante da unidade do amor de Deus. Isso significa que a verdadeira abertura da Igreja deve se efetuar mediante o serviço e o amor, a fim de que possa ser uma abertura do tipo cristológico.

⁶ No ponto V do final do primeiro capítulo da Carta Apostólica *Evangelii Gaudium*, o Papa emprega como título: “Uma mãe de coração aberto”.

A paróquia é a instituição através da qual a Igreja se articula, mantém tradições e assegura a religiosidade, contudo o advento dos novos tempos imputa na atualização das estruturas arcaicas, fundamentadas em paradigmas que já desfaleceram, exigindo mudanças estruturais que comportem o novo desenvolvimento histórico (HABOWSKI; JACOBI; ROCHA, 2016).

A reforma é uma ação permanente incitada pela fidelidade à Jesus Cristo (EG, n. 26). A conversão estimula uma pastoral que se tornará mais missionária, mais comunicativa e aberta, mas também exige mudança de postura dos agentes pastorais, que devem adotar atitudes “em saída”, favorecendo a resposta positiva daqueles a quem Jesus oferta sua amizade (EG, n. 27).

Com fundamento de que “toda e qualquer nova estrutura se corrompe em pouco tempo” (EG 26), a *Evangelii Gaudium* em diversas ocasiões salienta a importância de uma renovação da Igreja que conduza a sua melhor adequação aos novos tempos (PEREIRA, 2020). Na *Evangelii Gaudium* há uma súplica expressa para a conversão pastoral: “espero que todas as comunidades se esforcem por atuar os meios necessários para avançar no caminho de uma conversão pastoral e missionária, que não pode deixar as coisas como estão” (EG, n. 25).

É válido esclarecer que, não obstante *Evangelii Gaudium* (2013) ter uma importância ímpar no que tange a renovação da Igreja, essa não foi o primeiro, tampouco o único documento que destacou a necessidade da renovação paroquial. Além das contribuições do Concílio de Trento e do Vaticano II, já abordados anteriormente, destacam-se:

- 1968 – 2ª Conferências do Episcopado Latino-americano de Medellín
- 1979 – 3ª Conferências do Episcopado Latino-americano de Puebla
- 1992 – 4ª Conferências do Episcopado Latino-americano de Santo Domingo
- 1997 – 5ª Conferências do Episcopado Latino-americano de Aparecida
- 2013 – 51ª Assembleia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, realizada em Aparecida-SP

Em todas as conferências acima mencionadas a necessidade da renovação paroquial foi, de algum modo destacada, por já estar evidente que a estrutura que se desenvolve ao longo dos séculos não era ideal para evangelização e comunhão de todos (SOUZA, 2014). O que foi coroado com a *Evangelii Gaudium*, de modo que se

reforçou num documento ainda mais expressivo a necessidade aproximação Igreja e comunidade, de tal forma que a Paróquia se adeque às necessidades modernas, e alinhe suas atividades, funções e funcionamento que foram deturpadas pelo clericalismo.

No entanto, é clarividente que no cenário moderno, a Exortação Apostólica sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual tem o maior peso quanto a incitação ao aperfeiçoamento da Igreja, tendo em vista que:

A Exortação é um convite para a Igreja que movida pelo Espírito do Senhor e conduzida pela Trindade, muito mais do que se preocupar com as suas estruturas e doutrinas, deve renovar-se e converter-se mediante a vivência do Evangelho e seguimento de Jesus. O Evangelho da Misericórdia, baseado no amor, considera cada pessoa e a sua cultura como algo importante. Por isso só consegue ser próximo quem se deixa sensibilizar pela vida do outro e pela riqueza presente na sua vida. Portanto, para ser fiel a Jesus, a Igreja deve ser mais humana e menos moralista; mais missionária e menos 'parada'; colocar sua força mais na ação do Espírito Santo do que nas suas doutrinas e instituições (MULLER, 2018, p. 100).

Paulo VI, na Carta encíclica *Ecclesiam suam* (1964), já havia convidado a Igreja para alargar o apelo à renovação de modo que ressaltasse, com força, a necessidade de não apenas aos indivíduos, mas à Igreja inteira. A Igreja deve aprofundar a consciência de si mesma, meditar sobre o seu próprio mistério. Em consequência disso, surge a necessidade generosa e quase impaciente de renovação. Nos termos da *Evangelii Gaudium*:

A reforma das estruturas, que a conversão pastoral exige, só se pode entender neste sentido: fazer com que todas elas se tornem mais missionárias, que a pastoral ordinária em todas as suas instâncias seja mais comunicativa e aberta, que coloque os agentes pastorais em atitude constante de 'saída' e, assim, favoreça a resposta positiva de todos aqueles a quem Jesus oferece a sua amizade (EG, n. 27).

Todo contexto em que se desenvolveu a *Evangelii Gaudium* evidencia o direcionamento e a vontade do Papa sobre a aproximação da Igreja com os fiéis. Há um desejo explícito de que "todo o Povo de Deus possa participar da vida da Igreja, que ninguém se sinta excluído da vida eclesial, mas que todos se sintam amados e acolhidos por Deus" (DANTAS, 2020, p. 37).

No entendimento de Muller (2018, p. 11), a proposta do Papa Francisco consolida um novo agir da Igreja, com fundamentos no Evangelho e na vida de Jesus. Observe:

O Papa propõe este novo agir para a Igreja, baseado no Evangelho, na vida de Jesus que sai de junto do Pai para ir ao encontro das pessoas, movido pelo Espírito Santo. A cristologia de Francisco é a síntese da vida de um Pastor, que vê na misericórdia, a atitude de um Deus, que no amor, acolhe e conduz para aos outros. Este deve ser o movimento da Igreja que impulsionada pelo Espírito, sai de si, vai ao encontro de todos, de modo especial os pobres e dá testemunho da alegria presente no Evangelho (MULLER, 2018, p. 11).

Tal interpretação vai ao encontro da que postula a *Evangelii Gaudium*:

A Igreja 'em saída' é uma Igreja com as portas abertas. Sair em direção aos outros para chegar às periferias humanas não significa correr pelo mundo sem direção nem sem sentido. Muitas vezes é melhor diminuir o ritmo, pôr de parte a ansiedade para olhar nos olhos e escutar, ou renunciar às urgências para acompanhar quem ficou caído à beira do caminho. Às vezes, é como o Pai do filho pródigo, que continua com as portas abertas para, quando este voltar, poder entrar sem dificuldade (EG, n. 46).

Conforme destacado na *Evangelii Gaudium* “A Igreja é chamada a ser sempre a casa aberta do Pai. Um dos sinais concretos desta abertura é ter, por todo o lado, igrejas com as portas abertas” (EG, n. 47). Desse modo, “Se a Igreja inteira assume este dinamismo missionário, há de chegar a todos, sem exceção” (EG, n. 48).

Nesse sentido, a Igreja precisa manter as portas abertas, sair em direção aos outros para se chegar a todos. Só assim será uma Igreja em que todos podem participar, de algum modo, da vida eclesial, todos devem ter a oportunidade de fazer parte da comunidade (EG, n. 46-48).

É justamente sob tal premissa que se desenvolve o conceito de uma Igreja de saída, ou seja, “uma Igreja de portas abertas, a fim de acolher e oferecer a todos o testemunho salvífico do Senhor. É uma Igreja que busca iluminar a humanidade com as luzes do Evangelho, sem condicionar a fé cristã num emaranhado de obsessões e procedimentos” (DANTAS, 2020, p.37). Neste íterim Dall’O (2020, p. 22) expressa:

[...] ‘Igreja em saída’, descortina para os missionários um largo horizonte de ação. Coloca-os nos passos de Deus e de seu povo, fazendo com que estejam ali, onde Deus está, como servidores do povo que é de Deus, especialmente os empobrecidos e marginalizados, os que nada contam para este mundo, as massas sobrantes, carentes de misericórdia. Os missionários são colocados nos passos de Jesus de Nazaré, o ungido de Deus para ‘evangelizar os pobres, proclamar a remissão aos presos e aos cegos a recuperação da vista, restituir a liberdade aos oprimidos e proclamar um ano da graça do Senhor’ (Lc 4,18-19).

Tudo isso vai de encontro a diversas passagens nas quais o Papa evidencia a necessidade de renovação constante e esclarece que a Igreja não pode acomodar-se por segurança, ao contrário, deve “sair pelas estradas”, mesmo que isso traga riscos.

O foco na função missionária é destacado na *Evangelii Gaudium* incitando levar a Igreja a todos os povos. Tomando por base especialmente as EG 24-33, observa-se que o Papa Francisco defende a necessidade de mudanças para que a Igreja cumpra o seu papel, exige-se claramente novas práxis eclesial e não a mera administração da instituição.

É nesse sentido que Dantas (2020, p. 30) define a “Igreja em saída” como “uma Igreja decididamente missionária, capaz de sair da autorreferencialidade para chegar a todos, indistintamente, a fim de testemunhar no mundo o amor salvífico do Senhor”. É justamente esse “chegar a todos” que deve fundamentar a nova postura da Igreja, onde haja iniciativas que visem o encontro com todos os povos, abstendo-se da centralização e apostando na missionariedade.

A Igreja ‘em saída’ é a comunidade de discípulos missionários que ‘primeireiam’, [...], tomam a iniciativa! A comunidade missionária experimenta que o Senhor tomou a iniciativa, precedeu-a no amor (cf. 1 Jo 4, 10), e, por isso, ela sabe ir à frente, sabe tomar a iniciativa sem medo, ir ao encontro, procurar os afastados e chegar às encruzilhadas dos caminhos para convidar os excluídos. Vive um desejo inexaurível de oferecer misericórdia, fruto de ter experimentado a misericórdia infinita do Pai e a sua força difusiva (EG, n. 24).

Depreende-se a necessidade de seguir não somente os ensinamentos, mas os passos de Jesus e de envolver-se na sua missão. “Com obras e gestos, a comunidade missionária entra na vida diária dos outros, encurta as distâncias, abaixa-se – se for necessário – até à humilhação e assume a vida humana, tocando a carne sofredora de Cristo no povo” (EG, n. 24). Mesmo havendo condições adversas, as premissas da *Evangelii Gaudium* deixam claro a necessária proximidade entre evangelizadores e comunidade, de tal modo que as limitações sejam apenas detalhes e não impeçam a concretização da missão evangelizadora, despida de preconceitos e aberta as mudanças exigidas pelos tempos atuais.

É importante destacar que, embora a missão evangelizadora ganhe cada dia mais destaque, principalmente nos contornos da renovação paroquial atual, as reflexões propostas por Sá (2015) evidenciam que a Igreja nunca perdeu de vista o seu impulso missionário. Todavia, a rápida secularização da sociedade nos últimos tempos, ascende uma preocupação ainda maior pela evangelização.

Desse modo, a renovação torna-se necessária para que a força do Evangelho atinja todo seu potencial. Cabe, portanto, um exame interior para se ter consciência da proximidade ou distância dos ensinamentos deixados por Cristo, pois sem a fidelidade da Igreja à sua própria vocação, a estrutura se corrompe com o tempo (EG, n. 26). Na EG tem-se a proposta de uma Igreja perpetuamente aberta a reforma permanente de si mesma por lealdade a Jesus Cristo.

O Concílio Vaticano II apresentou a conversão eclesial como a abertura a uma reforma permanente de si mesma por fidelidade a Jesus Cristo: 'Toda a renovação da Igreja consiste essencialmente numa maior fidelidade à própria vocação. [...] A Igreja peregrina é chamada por Cristo a esta reforma perene. Como instituição humana e terrena, a Igreja necessita perpetuamente desta reforma (EG, n. 26).

Depreende-se que na época do Concílio já se tinha a consciência de que a Igreja estava perdendo a massa popular, por isso incitou a renovação da vida eclesial, para comportar a complexidade e pluralidade do mundo moderno, compreendendo que o "Povo de Deus" manifesta a variedade na unidade e a unidade na variedade (STEFFEN, 2014).

Somente a Palavra de Deus consegue transformar uma sociedade autorreferencial em povo fiel de Deus. Se a Igreja não for missionária ela continuará sendo autorreferencial; se ela não for misericordiosa ela continuará sendo mais moralista do que humana; se ela não souber dialogar e reconhecer o valor presente em cada cultura, em cada época e nisto perceber a manifestação do Espírito ela deixará de ser profética, mas será um "esconderijo" dos que buscam na "velha tradição", amparo para as suas necessidades (MULLER, 2018, p. 101).

Diante do exposto a Igreja precisa assumir sua dimensão construtiva para efetiva a sinodalidade, definida como o caminho que Deus espera da Igreja. Isso somente será possível com um esforço conjunto para que a renovação progrida e a conversão missionária e pastoral se consolide.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho teve como objetivo realizar uma pesquisa bibliográfica e documental que subsidiasse a análise da proposta de renovação paroquial a partir da *Evangelii Gaudium*. Diante disso, foram averiguados desde os aspectos históricos da gênese das instituições paroquiais até os elementos contemporâneos, com destaque para a Exortação Apostólica sobre o anúncio do Evangelho no mundo Atual publicada pelo Papa Francisco.

Percebeu-se que ao longo dos anos as paróquias passaram por reformulações estruturais. A caracterização prévia da instituição se deu com as incitações do Apóstolo Paulo para as reuniões nas chamadas Igrejas Domésticas, que embora ainda não tivesse a estrutura de uma paróquia, certamente foi um prelúdio para o futuro da Instituição da Igreja.

A Igreja passou por momentos distintos no seu percurso histórico, influenciada pelas questões econômicas, políticas e sociais, viveu momentos de abertura para a participação dos fiéis e momentos de centralização. Com o passar dos anos ficou mais evidente que o modelo clerical não atende as necessidades e afasta o “povo de Deus” e a reformulação para abertura é requerida e estimulada.

A abertura da Igreja, estimulada sobretudo pela *Evangelii Gaudium*, convidam os fiéis a participarem ativamente da Igreja, e não serem somente consumidores religiosos passivos. O desejo de renovação é ratificado no Concílio Vaticano II, nas Conferências Gerais do Episcopado Latino-Americano e na Exortação *Evangelii Gaudium*, ganhando mais forças nos últimos anos em razão do forte apelo do Papa Francisco para que a Igreja retome a comunhão com os fiéis e promova a evangelização para anunciar a alegria do evangelho.

Neste cenário, os aspectos referendados na gestão paroquial devem seguir uma prática alinhada à proposta “Igreja de saída” e, que incite o anúncio da alegria do Evangelho. Nesse sentido, a gestão paroquial deve fomentar a conversão pastoral e renovação paroquial, levando a Igreja a avançar em sua primordial função missionária e evangelizadora.

Diante disso, se acentuam as necessidades de promoção de um trabalho conjunto e harmônico entre todos os envolvidos na gestão paroquial, desde o pároco e secretários, até os fiéis. É imprescindível que cada agente compreenda seu papel,

dentro de uma Igreja renovada que reconhece a pluralidade, mas também preconiza que o todo pode ser visto como unidade, não obstante as diferenças que lhes são inerentes.

Enfim, é preciso um esforço conjunto para que a renovação avance e a conversão pastoral e missionária se concretize. É preciso compreender os ensinamentos de Jesus Cristo, e não medir esforços para viver a sinodalidade, que muito mais que uma questão de organização e funcionamento eclesial, é comunhão do “povo de Deus”.

A comunhão e a participação são exaltadas para concretizar o ideal da Igreja aberta, que caminha junto ao povo, que escuta os fiéis e se atenta às suas necessidades.

É nesse contexto que a gestão paroquial precisa ser subsidiada nas novas perspectivas da paróquia renovada, tendo em vista, principalmente, que a paróquia é um dos pilares para a construção da identidade cristã, em torno da qual a comunidade cristã convive e se desenvolve. Diante da renovada consciência de si mesma as estruturas caducas não se sustentam mais.

O gestor eclesial ao executar sua tarefa, com sua comunidade, precisa avaliar a eficiência, onde se pode melhorar, o que deu certo e o que não deu dentro das metas e prioridades. Para isso deve prevalecer como critério em toda a administração a transparência. A democracia da fé deve traduzir essencialmente a essência da Igreja e sua fidelidade.

Na Igreja sinodal, a prática de gestão eclesial deveria ser mais participativa, fundamentada na escuta e ser vivida em todos os níveis eclesiais, todas as pessoas deveriam poder participar e as decisões deveriam ser tomadas somente depois de ter de ouvir o Povo de Deus.

É fundamental que nossas paróquias encontrem formas de incentivar uma participação efetiva também das mulheres. O Papa Francisco também tem, em várias ocasiões, enfatizado a importância de as mulheres estarem mais envolvidas nos processos eclesiais de discernimento e tomada de decisões; e já nos últimos Sínodos o número de mulheres participantes como especialistas ou auditoras tem aumentado.

É imprescindível que a gestão paroquial atenda aos novos conceitos de gestão, que se promovam formações que se enquadrem ao apelo feito pelo Papa Francisco na *Evangelii Gaudium*. A renovação paroquial só será de fato efetiva quando houver

conversão pastoral por parte de seus membros, mas para que isso aconteça é necessário que todos assumam suas responsabilidades na missão colocando Jesus como centro da vida, se voltando às Sagradas Escrituras e se deixando conduzir pelo Espírito.

A gestão paroquial é o ponto de partida para uma Igreja sinodal, que agrega positivamente na vida do outro através de seu testemunho, uma Igreja em que o anúncio do Evangelho seja de fato uma alegria para os cristãos. É indispensável que a Paróquia se atente ao mundo contemporâneo, que passe pelas reformulações que se fizerem necessárias tendo como base a alegria do evangelho. Enquanto o cristão não compreender que o sustento da paróquia está na palavra de Deus, o sonho de uma renovação paroquial estará cada dia mais distante. Para se viver a comunhão e se alcançar o maior número de fiéis, o cristão precisa assumir sua identidade, bem como sua corresponsabilidade enquanto igreja, isso implica em uma gestão aberta, compartilhada e acolhedora, onde se consiga extrair de cada um o seu melhor.

6 REFERÊNCIAS

AGUIRRE, Rafael. **Del movimiento de Jesus a la Iglesia Cristiana**: ensayo de exégesis sociológica del cristianismo primitivo. 2. ed. Estella: Verbo Divino, 2015.

ALMARAZ, David; et al. What Aspects of Religion and Spirituality Affect the Physical Health of Cancer Patients? A Systematic Review. **Healthcare (Basel)**, v.10, n. 8, p. 1447, 2022. Disponível em: < <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/36011104/>>. Acesso em agosto 2022.

ALMEIDA, Antônio José de. **Paróquia, comunidades e pastoral urbana**. São Paulo: Paulinas, 2009.

ALMEIDA, Flávio Aparecido de. Espiritualidade dentro da psicologia da religião e da contemporaneidade. In: ALMEIDA, Flávio Aparecido de (Org.). **Ciências das Religiões**: uma análise transdisciplinar - Volume 2. Guarujá: Editora Científica, 2021. p.87-105.

ALVES, Rodrigo Fernando. **A Nova Paróquia**: os desafios pertinentes à criação, formação e administração numa perspectiva de “comunidade de comunidades”. 110f. 2017. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Teologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo: PUCSP, 2017. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/20195/2/Rodrigo%20Fernando%20Alves.pdf>>. Acesso em agosto 2022.

ANDRADE, Belisário H. C. L. **Dicionário de sinônimos da língua portuguesa**. Elfez, 2001.

ARAUJO, Luiz César G. de; GARCIA, Adriana Amadeu. **Gestão de Pessoas e Integração Organizacional**. 2. ed. São Paulo: Atlas 2009.

BARBOSA, Fabiane Machado. **Comunidades eclesiais de base na história social da Igreja Cariacica (1973-1989)**. 193F. 2007. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Programa de pós-graduação em história social das relações políticas. Vitória, UFES, 2007. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/teses/edh/tese_barbosa_cebs_cariacica.pdf>. Acesso em agosto 2022.

BARROS, José D’Assunção. Cristianismo e política na Idade Média: as relações entre o papado e o império. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 7, n. 15, p. 53-72, dez. 2009. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/3655136.pdf>>. Acesso em dezembro, 2022.

BIANCHI, Enzo. **O caminho da sinodalidade**. Revista IHU Online, 03 de dez. 2021. Disponível em: < <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/615004-o-caminho-da-sinodalidade-um-estilo-de-viver-e-atuar-na-igreja-artigo-de-enzo-bianchi>>. Acesso em junho de 2022.

BOFF, Leonardo. **Eclesiogênese**: as comunidades eclesiais de base reinventam a Igreja. Petrópolis: Vozes, 1977.

BONFATTI, Paulo Ferreira; BARROS, Cristiane do Amaral de. Psicologia da religião: Reflexões. **Revista Psique**, Juiz de Fora, v. 1, n. 1, p. 70-85, jan./jul. 2016. Disponível em: <<https://seer.uniacademia.edu.br/index.php/psq/article/view/548>>. Acesso em agosto 2022.

CARREIRA, Jorge dos Santos. **Perspectivas teológicas para a renovação paroquial com base na sinodalidade**. 144f. 2021 Dissertação (Mestrado) – Departamento de Teologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: PUCRJ, 2021. <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/54963/54963.PDF>

CARVALHO, Humberto Robson de; ESPOTON, Caio Henrique Esponton. **Espiritualidade da Secretária e do Secretário Paroquial**. São Paulo: Paulus Editora, 2021.

CASTRO, Valdir José de. **A espiritualidade no cotidiano**. Vida Pastoral, n. 182, ano p. 15-20, 2022. Disponível em: <<https://www.vidapastoral.com.br/artigos/espiritualidade/a-espiritualidade-no-cotidiano/>>. Acesso em agosto 2022.

CHENG, A.; MENDES, M. M. A importância e a responsabilidade da gestão financeira na empresa. Caderno de Estudos nº 01, p. 1-10, São Paulo, FIECAFI – Outubro/1989. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cest/a/K537QpqPkNmpTf4CVsh5CPc/?lang=pt>>. Acesso em dez. 2022.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

COMBLIN, José. **Teologia da cidade**. São Paulo: Paulinas, 1991.

CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO (CELAM). 1979. **Documento de Puebla (1979)**: III Conferências Geral do Episcopado Latino-Americano, Puebla de los Angeles, México, 27-1 a 13-2 de 1979. Disponível em: <http://portal.pucminas.br/imagadb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20130906182452.pdf>. Acesso em junho de 2022.

CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO (CELAM). 1992. **Documento de Santo Domingos (1992)**: IV Conferências Geral do Episcopado Latino-Americano, Disponível em: <http://portal.pucminas.br/imagadb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20130906182510.pdf>. Acesso em junho de 2022.

CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO (CELAM). 2007. **Documento de Aparecida**: V Conferências Geral do Episcopado Latino-Americano. São Paulo: Paulus, 2007. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/cjp/a_pdf/cnbb_2007_documento_de_aparecida.pdf>. Acesso em junho 2022.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). **As comunidades eclesiais de base na Igreja do Brasil**. 7ª Reunião Ordinária do Conselho Permanente, Brasília, 1982. Disponível em:

<<https://www.saojoabatistavicosas.com.br/storage/files/602fbd266ccd5/cebs-doc-25-cnbb.pdf>>. Acesso em junho 2022.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). **Comunidade de Comunidades: uma nova paróquia – A conversão pastoral da paróquia**. 52ª Assembleia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. 4ª Versão com emendas. Aparecida SP, 30 de abril a 9 de maio de 2014. Disponível em: <CNBBDoc100.pdf (sagradocoracaopaulinia.org.br)>. Acesso em junho 2022.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). **Comunidade de comunidades: uma nova paróquia**. Brasília: Edições CNBB, 2013a.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). **Cristãos Leigos e Leigas na Igreja e na Sociedade – Sal da Terra e Luz do Mundo (cf. Mt 5,13-14)**. Edições CNBB. 2013. Disponível em: <Cristãos Leigos_FINALIZADO.indd (paroquiasaopedropb.com.br)>. Acesso em junho 2022.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). **Estudos da CNBB, Doc.104**. São Paulo: Paulus, 2013b.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS NO BRASIL –CNBB. Plano de Pastoral de Conjunto da CNBB –1966-1970. Documentos da CNBB: São Paulo, n. 77, 2004. Disponível em: <http://www.cnbb.org.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=140-77-plano-de-pastoral-de-conjunto-1966-1970&Itemid=251>. Acesso em agosto 2022.

CROZATTI, Jaime. Modelo de gestão e cultura organizacional: conceitos e interações. **Caderno de Estudos**, São Paulo, FIECAFI, v.10, n. 18, p.1-20, maio/agosto 1998. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cest/a/Y39WBST4Nv345M6JBRH7QMp/?lang=pt>>. Acesso em dez. 2022.

CZERNY, Michael. Uma igreja que “caminha junto”. Sinodalidade da era do Papa Francisco. **Perspectiva Teológica**, Belo Horizonte, v. 54, n. 1, p. 67-88, Jan./Abr. 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pteo/a/bzWwS6HHQ5y9JGFfDvr3RvN/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em dez. 2022.

DALL’O, Antonio. **Gestão eclesial paroquial à luz do conceito de Igreja em saída**. 122f. 2020. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Teologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: PUCRS, 2020. https://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/9420/2/ANTONIO_DALLO_DIS.pdf

DANTAS, Erivaldo. Por uma “Igreja em saída”. **Vida Pastoral**, Ano 61, n. 331. p. 30-37, fev./2020. Disponível em: <Por uma “Igreja em saída” | Vida Pastoral>. Acesso em fev. 2021.

DELAMÉA, Elenita. **Administração diocesana e paroquial**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

DI SERIO, Luiz Carlos; VASCONCELLOS, Marcos Augusto. **Estratégia e competitividade empresarial: inovação e criação de valor**. São Paulo: Saraiva, 2009.

DRUCKER, Peter F. **O melhor de Peter Drucker: a administração**. São Paulo: Nobel, 2001.

FAGGIOLI, Massimo. **Clericalismo, centralização e reforma da Igreja**. Artigos, Reflexões e Notícias Paróquia São Pedro Apóstolo, setembro 2019. Disponível em: <<http://paroquiagaspar.com.br/clericalismo-centralizacao-e-reforma-da-igreja.html>>. Acesso em junho 2022.

FALEIRO, Miguel Orlando da Silva. **A paróquia na cidade atual à luz das conferências gerais do episcopado Latino-Americano**. 119f. 2009. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <<https://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/5819/1/413050.pdf>>. Acesso em junho 2022.

FAVIER, Jean. Carlos Magno. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

FLORISTÁN, Casiano. **Para compreender a paróquia**. Navarra: Gráfica de Coimbra, 1995.

FLORISTÁN, Casiano. **Teologia Practica, Teoria y Praxis de la accion pastoral**. Salamanca: Sigueme, 1993.

FORTI, Samanta; SERBENA; Carlos Augusto; SCADUTO, Alessandro Antonio. Mensuração da espiritualidade/religiosidade em saúde no Brasil: uma revisão sistemática. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.25, n.4, p.1463-1474, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.org/pdf/csc/2020.v25n4/1463-1474/pt>>. Acesso em agosto 2022.

FRANCISCO, Manoel João (Coord.). **Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)**. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil Regional Sul 2, 2022. Disponível em: <<https://www.saojoabatistaviciosa.com.br/storage/files/602fbd266ccd5/cebs-doc-25-cnbb.pdf>>. Acesso em junho 2022.

FRANCISCO, Papa. **Discurso na comemoração do cinquentenário da instituição do Sínodo dos Bispos**, 17 de outubro de 2015. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2015/october/documents/papa-francesco_20151017_50-anniversario-sinodo.html>. Acesso em junho 2022.

FRANCISCO. **Exortação Apostólica Evangelii Gaudium**. São Paulo: Paulinas, 2013.

GAETA, Maria Aparecida Junqueira Veiga. A Cultura clerical e a folia popular. **Revista Brasileira de História**, v. 17, n. 34, 1997. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-01881997000200010>>. Acesso em junho 2022.

GARAY, Ângela. Gestão. In: CATTANI, Antônio David; HOZLMANN, Lorena (Org.). **Dicionário de trabalho e tecnologia**. 2. ed. Porto Alegre: Zouk, 2011.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GOMES, Marise; RIGONI, Miguel Fernando. Leigos e leigas a serviço da gestão paroquial: possibilidades e desafios. In: ALMEIDA, Flávio Aparecido de (Org.). **Ciências das Religiões: uma análise transdisciplinar - Volume 2**. Guarujá: Editora Científica, 2021. p.59-71.

GOMES, Nivete S.; FARINA, Marianne; FORNO, Cristiano D. Espiritualidade, Religiosidade e Religião: Reflexão de Conceitos em Artigos Psicológicos. **Revista de Psicologia da IMED**, v.6, n.2, p. 107-112, 2014. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/59675823-Espiritualidade-religiosidade-e-religiao-reflexao-de-conceitos-em-artigos-psicologicos-1.html>>. Acesso em agosto 2022.

GOMES, Patrícia Lange. Por que uma diocese ou congregação deve conhecer e ter controle integral do patrimônio? **Revista Paróquias**, Edição 81, 24 de setembro de 2019. Disponível em: <<https://paroquias.com.br/porque-uma-diocese-ou-congregacao-deve-conhecer-e-ter-controle-integral-do-patrimonio/>>. Acesso em agosto 2022.

GUERREIRA, Julio A. Ramos. **Teología Pastoral. Serie de Manuales de Teología “Sapientia Fidei”**. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1995.

HABOWSKI, Adilson Cristiano; JACOBI, Daniel Felipe; ROCHA, Lucas Luiz Abreu. A paróquia: da progênie judaico-helenístico-cristã ao Concílio Vaticano II. **REVELETO – Revista Eletrônica Espaço Teológico**, v. 10, n. 18, p. 18-33, jul/dez, 2016. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/reveleteo/article/view/31207>>. Acesso em junho 2022.

HENRIQUE, Nereudo Freire; PAIVA, Edivaldo Cardoso de. **Fundamentos da gestão eclesial: manual para a área administrativa das paróquias**. São Paulo: Editora Vozes, 2012.

HILL, Pedro C. Colina; PARGAMENT, Kenneth I. Advances in the conceptualization and measurement of religion and spirituality: Implications for physical and mental health research. **Am Psychol**, v.58, n.1, p.64-74, 2003. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/12674819/>>. Acesso em agosto 2022.

JAGURABA, Mariângela. **O Papa: a sinodalidade deve nos levar a viver intensamente a comunhão eclesial**. Vatican News, 26 de maio de 2022. Disponível em: <<https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2022-05/papa-francisco-pcal-sinodalidade-comunhao-eclesial.html>>. Acesso em junho 2022.

JESUS, Luís Emanuel Freitas de. **Gestão LEAN aplicada ao terceiro setor**. 65f. 2013. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Aveiro, Portugal, 2013. Disponível em: <<https://ria.ua.pt/handle/10773/12379>>. Acesso em agosto 2022.

LIMA, L. C. Evangelii Gaudium: contribuições para as questões contemporâneas. In: AMADO, J. P.; FERNANDES, L. A. (org.); **Evangelii Gaudium em questão: aspectos bíblicos, teológicos e pastorais**. São Paulo: Paulinas; Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2014, p.245-250.

LOMBARDIA, Pedro. **Lições de direito canônico**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

LONDOÑO, Fernando Torres. **Paróquia e comunidade no Brasil: perspectiva histórica**. São Paulo: Paulus, 1997.

LUCCHETTI, Giancarlo; LUCCHETTI, Alessandra Lamas Granero; AVEZUM JR., Alvaro. Religiosidade, Espiritualidade e Doenças cardiovasculares. *Revista Brasileira de Cardiologia*, v.24, n.1, p.55-57, 2011. Disponível em: <http://sociedades.cardiol.br/socerj/revista/2011_01/a_2011_v24_n01_07giancarlo.pdf>. Acesso em agosto 2022.

MADALENO, Aurora. Breve introdução ao estudo das leis canônicas. **Gaudium Sciendi**, n. 9, p. 69-99, jul./2013. Disponível em: <http://www2.ucp.pt/resources/Documentos/SCUCP/GaudiumSciendi/Revista%20Gaudium%20Sciendi_N4/8.%20Aurora%20Madaleno.pdf>. Acesso em junho 2022.

MARCH, Euclides. A igreja e o plano de emergência 1952/1962. **Revista de Ciências Humanas**; Florianópolis, EDUFSC, n.30, p. 81-108, outubro/2001.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MARTINS FILHO, José Reinaldo F. Sinodalidade como refrão: contribuições à identidade eclesial. **Perspectiva Teológica**, Belo Horizonte, v. 54, n. 1, p. 133-154, Jan./Abr. 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pteo/a/8PVppXNMLwsbvPxCj6RqPRS/>>. Acesso em dez. 2022.

MIKUSZKA, Gelson Luiz. A espiritualidade cristã na Gestão Paroquial, **Revista Paróquias**, Edição 81, 24 de setembro de 2019. Disponível em: <<https://paroquias.com.br/a-espiritualidade-crista-na-gestao-paroquial/>>. Acesso em agosto 2022.

OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro. **Verbetes: Comunidades Eclesiais de Base**. CPDOC FGV 2022. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/comunidades-ecclesiais-de-base-cebs>>. Acesso em junho 2022.

OLIVEIRA, Marcia Regina; JUNGES, José Roque. Saúde mental e espiritualidade/religiosidade: a visão de psicólogos. **Estudos de Psicologia**, v.17, n. 3, p.469-476, dez/2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/epsic/a/w3hnsrp3wzVcRPL3DkCzXKr/?lang=pt>>. Acesso em agosto 2022.

ORIOLO, Edson. **Gestão Paroquial para uma igreja em saída**. São Paulo: Paulus Editora, 2018.

ORIOLO, Edson. **Os desafios e novos caminhos da gestão paroquial no contexto urbano**. 6º Congresso Nacional de Gestão Eclesial, 2011. Disponível em: <<https://pt.slideshare.net/promocatmarketing/gestao-paroquial>>. Acesso em agosto 2022.

PARANHOS, Washington da Silva; PONTE, Moisés Nonato Quintela. Sinodalidade como “estilo”. **Perspectiva Teológica**, Belo Horizonte, v. 54, n. 1, p. 11-19, Jan./Abr. 2022. Disponível em: <<http://old.scielo.br/pdf/pteo/v54n1/2176-8757-pteo-54-1-0011.pdf>>. Acesso em junho 2022.

PARANHOS, Washington da Silva; PONTE, Moisés Nonato Quintela. Sinodalidade como estilo. **Perspectiva Teológica**, Belo Horizonte, v. 54, n. 1, p. 11-19, Jan./Abr. 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pteo/a/5V75djBWKKbwLW4fbHfnmwj/?lang=pt>>. Acesso em dez. 2022.

PAULO VI. Carta encíclica *Ecclesiam Suam* (6 de agosto 1964). In: COSTA, Lourenço (org.). **Documentos de Paulo VI**. São Paulo: Paulinas, 1997. p. 14-67.

PEREIRA, José Carlos. **Como gerir bem uma Paróquia**. São Paulo: Paulus Editora, 2020.

PEREIRA, José Carlos. **Conversão Pastoral**: Reflexões sobre o documento 100 da CNBB em vista da renovação paroquial (Organização Paroquial). São Paulo: Paulus Editora, 2016b.

PEREIRA, José Carlos. **Expediente paroquial**: Guia prático para a formação de secretárias(os) paroquiais (Organização Paroquial). São Paulo: Paulus Editora, 2016.

PEREIRA, José Carlos. **Gestão eclesial Tarefas, responsabilidades e práticas**. São Paulo: Ave Maria: 2012.

PEREIRA, José Carlos. **Gestão Eclesial**: tarefas, responsabilidades e práticas. São Paulo: Editora Ave-Maria, 2012.

POEL, Francisco Van Der. **Dicionário da religiosidade popular**: cultura e religião no Brasil. Curitiba: Nossa Cultura, 2013.

PRETTE, Almir Del; PRETTE, Zilda .A. P. Del. **Habilidades Sociais Cristãs: Desafios para uma nova sociedade**. Petrópolis: Vozes, 2003.

REINERT, João Fernandes. **Paróquia e iniciação cristã: uma relação urgente –A interdependência entre renovação paroquial e mistagogia catecumenal**. 299f. 2014. Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Teologia, 2014. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/28588/28588.PDF>>. Acesso em agosto 2022.

ROCHA, Sergio da. **Sinodalidade**: o que é?. CNBB, artigo publicado em 01/06/2021. Disponível em: < <https://www.cnbb.org.br/sinodalidade-o-que-e/>>. Acesso em junho 2022.

RODRIGUES, Sérgio Barbosa. **Espiritualidade**: 5 hábitos para desenvolver a espiritualidade e se aproximar de Deus. Marista, março/2020. Disponível em: < <https://marista.org.br/blog/5-habitos-para-desenvolver-a-espiritualidade-e-se-aproximar-de-deus/>>. Acesso em agosto 2022.

SÁ, Vítor Emanuel Pereira. **Da paróquia à unidade pastoral: um caminho necessário**. 2015. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Universidade Católica Portuguesa, Braga, 111f. 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/18993/1/Tese%20Completa%20Vitor%20S%C3%A1.pdf>>. Acesso em agosto 2022.

SALOMAO, Gilberto. **Império Carolíngio - apogeu e declínio - Pepino, Carlos Magno e as invasões bárbaras**. Uol Educação 2022. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia/imperio-carolingio---apogeu-e-declinio-pepino-carlos-magno-e-as-invasoes-barbaras.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em dezembro, 2022.

SAMANES, Cassiano F.; ACOSTA, Juan J. Tamayo. **Dicionário de conceitos fundamentais do cristianismo**. Trad. Isabel Fontes Leal Ferreira e Ivone de Jesus Barreto. São Paulo: Paulus, 1999.

SANCHEZ, Zila Van der Meer; NAPPO, Solange Aparecida. A religiosidade, a espiritualidade e o consumo de drogas. **Rev. Psiq. Clín.** 34, supl 1; p.73-81, 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rpc/a/74ZvN6NDMzd6767Z34wxBjd/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em agosto 2022.

SCHERER, Odilo Pedro. **Paróquia, Comunidade de Comunidades**. Imprensa CNBB fev./2011. Disponível em: <<https://www.cnbb.org.br/parouquia-comunidade-de-comunidades/>>. Acesso em agosto 2022.

SHIAVO, Reinaldo Azevedo. **Os redentores em tempos de aggiornamento: um estudo sobre a pastoral missionária da província do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo entre as décadas de 1960-1980**. 162f. 2011. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana-MG: Instituto de Ciências Humanas e Sociais / UFOP, 2011.

SILVA, Jhauber Luiz Moreira da; TESSAROLE, Cristina de Lacerda; BRITTO, Vilmar Lugão de. A Evolução estrutural da paróquia na Idade Média e Contemporânea, **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.7, n.10, p. 101602-101615 oct. 2021. Disponível em: <<https://scholar.archive.org/work/dtiu5xtpencanppgsfkzkcm3ue/access/wayback/https://brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/download/38880/pdf>>. Acesso em junho 2022.

SILVA, João Bernardino da; SILVA, Lorena Bandeira da. Relação entre religião, espiritualidade e sentido da vida. **Revista Logos & Existência**, Paraíba, v. 3, n. 2, p. 203-215, dez. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/le/article/view/22107>>. Acesso em agosto 2022.

SILVA, José Maria da (org). **Papa Francisco: Perspectivas e Expectativas de uma Papado**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

SILVA, Manuel Carlos; TOOR, Marga von. Camponeses e patronos: o caso de uma aldeia minhota. **Cadernos de Ciências Sociais**, n.7, p. 51-80, novembro 1988. <<https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/11544>>. Acesso em junho 2022.

SILVEIRA JÚNIOR, Adilson Aquino; SILVA, Andressa Maria da; LIRA, Fernanda Helen de Paula; SILVA, Mariana Macena da. **O desenvolvimento de comunidade no serviço social em Pernambuco**. IX Jornada Internacional de Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, agosto de 2019. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/images/trabalhos/trabalho_submissa_old_373_3735c93cddda541f.pdf>. Acesso em agosto 2022.

SOUZA, Ney de. Da Igreja doméstica à paróquia. Aspectos históricos das origens à atualidade da paróquia. **Revista de Cultura Teológica**, Ano XXII, n. 83, jan./jul. 2014, p. 159-172. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/culturateo/article/view/19228/15086>>. Acesso em junho 2022.

STEFFEN, Carlos José Monteiro. **Igreja e direito canônico: a dimensão jurídica do mistério da Igreja**. 112f. 2014. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Teologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: PUC, 2014. Disponível em: <<https://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/5886/1/459184.pdf>>. Acesso em junho 2022.

STROPPIA, Andre, ALMEIDA, Alexander Moreira. Religiosidade e espiritualidade no transtorno bipolar do humor. **Revista de Psiquiatria Clínica**, v.36, n. 5, p.190-196, 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rpc/a/8nHpq4PPrnbcdZ48rXPwwXs/abstract/?lang=pt>>. Acesso em agosto 2022.

TEMES, Álvaro Granado. **Identidad y método de la Teología Pastoral, Ocho protagonistas del debate contemporáneo**. Valencia: Edicep, 2010.

ZANGARI, Wellington; MACHADO, Fatima Regina. **Psicologia e Religião: histórico, subjetividade, Saúde mental, manejo, ética profissional e direitos humanos [cartilha]**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2018. Disponível em: <<http://www.hu.usp.br/wp-content/uploads/sites/340/2018/03/Cartilha-PsiRel-Inter-Psi-USP-2018.pdf>>. Acesso em junho 2022.